

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

LEONARDO SEGURA MORAES

**ESTADO E INDUSTRIALIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA NOS ANOS 1930: UM
ESTUDO DE ECONOMIA POLÍTICA COMPARADA**

PORTO ALEGRE

2014

LEONARDO SEGURA MORAES

**ESTADO E INDUSTRIALIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA NOS ANOS 1930: UM
ESTUDO DE ECONOMIA POLÍTICA COMPARADA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia, com ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca.

PORTO ALEGRE

2014

CIP - Catalogação na Publicação

Segura Moraes, Leonardo

Estado e industrialização na América Latina nos anos 1930: um estudo de economia política comparada / Leonardo Segura Moraes. -- 2014.
136 f.

Orientador: Pedro Cezar Dutra Fonseca.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Estado. 2. Industrialização. 3. Correlação de forças políticas. 4. América Latina. 5. História econômica. I. Dutra Fonseca, Pedro Cezar, orient. II. Título.

LEONARDO SEGURA MORAES

**ESTADO E INDUSTRIALIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA NOS ANOS 1930: UM
ESTUDO DE ECONOMIA POLÍTICA COMPARADA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia, com ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Aprovada em: Porto Alegre, 22 de abril de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca – Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Milan
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. Pedro Paulo Zahluth Bastos
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Prof. Dr. Francisco Luiz Corsi
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP

AGRADECIMENTOS

Certa vez eu ouvi que os seres humanos não são feitos de átomos, mas de histórias. Pois bem, tomo a liberdade de me apropriar dessa frase e mudá-la um pouquinho: essa dissertação não é feita apenas de teorias, controvérsias e tinta jogada no papel. Ela também é feita de histórias e algumas delas serão mencionadas aqui.

O trabalho intelectual, assim como qualquer outra forma de trabalho, não pode ser visto senão como um produto coletivo de esforços diretos e indiretos que o sustentaram. Nesse sentido, cada linha aqui escrita e cada raciocínio construído nada mais são do que resultado de intensas discussões, críticas, apoios, aprendizados e experiências adquiridas, cujo resultado aqui se encontra. Nada mais justo do que um singelo agradecimento a todos que de uma forma ou outra contribuíram para essa reflexão.

Agradeço primeiramente aos meus pais, Argélia e Carlos Roberto, pois seus esforços cotidianos me permitiram avançar nos meus estudos e perseguir meus sonhos, ainda que muitas vezes eles possam parecer um tanto quanto distantes. Mais do que isso, sou grato por toda a dedicação, o carinho e amor que sempre demonstraram em cada atitude, palavra e gesto ao longo da minha vida. Se hoje me encontro em condições de pleitear um título de Mestre em Economia é porque pude contar sempre com vocês e de uma forma bastante especial esse título também é de vocês.

Sou grato também ao meu orientador, prof. Pedro Fonseca, com quem tive a oportunidade de aprender tanto desde que cheguei em Porto Alegre. Um mestre, a quem devo não só a inspiração temática tratada nessa dissertação, mas também a ambição de querer investigar e ensinar. Desde a minha graduação tive o prazer de poder considerar cada um dos meus professores e orientadores como mestres exemplares que se transformaram em amigos, algo que se confirmou ao longo do meu relacionamento com o prof. Pedro.

Quero agradecer também aos meus amigos que estiveram diretamente envolvidos ao longo do mestrado, tanto os “novos” quanto os mais “antigos” pelas risadas, sugestões e bons momentos. Em especial, para os “novos” cabe agradecimentos para Lucas Rodrigues, Ademir Vilaça, Fernando Duca, Bárbara Barros Barbosa, Raphael de Oliveira, Gustavo Orsolin, Wagner Faria de Oliveira, Alexandre Taveira, Leonel Clemente, Giliad de Souza Silva, Caroline Souza, Bruno Paim, Letícia Brasil, Jonattan Castelli, Henrique Grazziotin (a quem devo a sugestão de título) e Carol Corrêa. Para os mais antigos, sou sempre grato a todos, mas

em especial Caio Diniz, Lucas Tozo, Gabriel Schainer, Thiago Amaral, Daniel Elias, Rodrigo Mello, Oz Iazdi e Caetano Grippo. Preciso ainda fazer um agradecimento especial para Gabriela Xavier Ortiz por tanto carinho e paciência comigo na fase final da dissertação e em terras tão longínquas, mas que foram tão importantes para que eu conseguisse terminar. A todos, muito obrigado pelas profícuas discussões e o intenso estímulo intelectual.

Aos professores do PPGE/UFRGS que sob muitas formas contribuíram para a realização desse trabalho, seja por meio de leituras críticas, sugestões, conversas de corredor, nos churrascos ou nas partidas de futebol. De maneira especial, agradeço muito aos professores Marcelo Milan, pelos comentários na banca de projeto, os quais foram fundamentais para o decorrer da pesquisa, e Eduardo Maldonado, sempre muito atencioso e dedicado. Não poderia deixar de mencionar também os professores Eugenio Lagemann, Fernando Ferrari Filho, Octavio Conceição e Ronaldo Herrlein, por suas contribuições e apoio ao longo do mestrado.

Por fim, gostaria de agradecer aos organismos institucionais que proporcionaram a realização desse trabalho. Refiro-me à UFRGS e à CAPES, pela estrutura física, burocrática e pessoal desde o início e sempre com muita presteza e zelo. À CAPES sou muito grato pela bolsa de estudos que possibilitou o financiamento desse mestrado em uma cidade tão distante da minha base familiar. Um agradecimento especial cabe também à secretaria do PPGE/UFRGS, especialmente para a Iara e a Raquel, pela simpatia e auxílio em todos os momentos.

Os agradecimentos sempre nascem injustos, pois agradecer nunca é fácil ou completo. Cada uma das pessoas aqui citadas e cada uma das não-citadas por um mero lapso de memória minha contribuíram de maneira decisiva para que esse trabalho fosse realizado.

Uma teoria do Estado capitalista só pode ser elaborada ao se relacionar este Estado com a história das lutas políticas dentro do capitalismo

Nicos Poulantzas, O Estado, o Poder, o Socialismo

La historia es un profeta con la mirada vuelta hacia atrás: por lo que fue, y contra lo que fue, anuncia lo que será.

Eduardo Galeano, Las Venas Abiertas de América Latina

RESUMO

O objetivo geral da dissertação é comparar, incorporando aspectos de natureza política, o processo de industrialização latino-americano ao longo dos anos 1930, o qual teve repercussões distintas entre quatro países latino-americanos, quais sejam, Brasil, Argentina, Colômbia e México. Para tanto, é preciso necessariamente estudar a inter-relação entre a Política e a Economia na dinâmica do desenvolvimento capitalista desses países e a maneira pela qual os arranjos político-institucionais foram construídos nesse período, influenciando diferentes respostas à Grande Depressão (1929) e a um enraizamento diferenciado do processo de industrialização, o qual foi sustentado por distintas correlações de forças políticas.

Palavras-chave: Estado. Industrialização. Correlação de forças políticas. América Latina.

ABSTRACT

The general objective of this thesis is to compare incorporating aspects of political nature the Latin American industrialisation process through the 1930's, which had distinctives repercussions among four Latin American countries: Brazil, Argentina, Colombia and Mexico. For this purpose, it is necessary to study the inter-relationship between Politics and the Economy in the capitalist development dynamics of these countries and the way for which the politico-institutional arrangements were built during this period, influencing different answers to the Great Depression (1929) and to a differentiated embedment of the industrialisation process, which was sustained by distinct political forces correlations.

Keywords: State. Industrialisation. Political forces correlations. Latin America.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População Relativa da América Latina, 1930-1940	16
Tabela 2 – Presidentes da Argentina, Brasil, Colômbia e México, 1930-1940.....	18
Tabela 3 – Emancipação dos Camponeses, países selecionados.....	33
Tabela 4 – Tipologia comparada dos países latino-americanos, 1850-1930.....	38
Tabela 5 – Fontes do crescimento econômico nos países selecionados, 1929-1939.....	63
Tabela 6 – Quadro esquemático: teses sobre o Estado.....	112

SUMÁRIO

1.	Introdução	10
1.1.	Uma Nota Metodológica.....	13
2.	Estado Capitalista e Industrialização	22
2.1.	A Relação entre Instituições e Industrialização.....	28
2.2.	O Estado Capitalista na Periferia do Sistema: a América Latina	35
2.2.1.	Política Econômica, Aparelhos de Estado e Instituições.....	43
2.3.	A Contribuição de Poulantzas para a Compreensão da Relação Estado e Industrialização.....	47
2.3.1.	Política Econômica e sua Relação com a Autonomia Relativa do Estado	52
3.	O Processo de Industrialização Latino-americano dos Anos 1930	59
3.1.	Crise e Recuperação	59
3.2.	As Interpretações sobre a Industrialização Latino-americana	64
3.3.	O Brasil como Caso Típico.....	67
3.4.	O Caso da Argentina.....	75
3.5.	O Caso da Colômbia.....	86
3.6.	O Caso do México	97
4.	Estado e Correlação de Forças: a Importância da Política nas Diferentes Trajetórias de Industrialização dos Países Selecionados	110
5.	Conclusões	126
	Referências	129

1. INTRODUÇÃO

A América Latina é marcada pela conquista. Da conquista ibérica, que não apenas a dominou política e economicamente, mas a partir do encontro com o *outro* também a conquistou do ponto de vista cultural, impondo-se sobre as demais civilizações já existentes no continente¹. Desta, decorre a conquista da independência política, que se exacerba na primeira metade do século XIX, à luta pela conquista da independência econômica.

No que tange à última, isto é, à conquista da independência econômica, a partir da constituição da Cepal, em 1948, instaura-se uma tentativa de teorizar-se sobre si do ponto de vista econômico, de um reconhecimento do atraso do continente em relação aos países centrais e da necessidade de industrialização latino-americana como mecanismo de superação de tal subdesenvolvimento. De acordo com Prebisch (1986), este, por sua vez, produzia-se e reproduzia-se em função da natureza de ser da estrutura produtiva latinoamericana centrada na exportação de bens primários e no fenômeno da deterioração dos termos de troca.

Sem entrar no debate a respeito do processo de industrialização ser ou não o mecanismo pelo qual a América Latina superaria o subdesenvolvimento, é preciso pensar nas condições pelas quais tal processo poderia ganhar força. Nesse sentido, seguindo a orientação de Cohn (1968), entende-se que a industrialização em si não ocorre de forma espontânea, mas como resposta a uma adversidade ou crise. Além disso, não é apenas uma condição de crise por si só que se traduz em detonador do processo de industrialização em determinado país, mas fazem-se necessárias pré-condições para que tal ocorra.

Entre as pré-condições para a internalização do processo de industrialização, pode-se citar os fatores estruturais de ordem socioeconômica e os de ordem política. Os primeiros, grosso modo, dizem respeito à existência de excedente econômico sob a forma monetária no país, de uma classe que o aproprie, de um nível de assalariamento tal que um mercado interno exista, ainda que potencialmente, e de um nível de urbanização significativa. Já os fatores de ordem política incluem os arranjos das alianças e das correlações de forças internas, fundamentadas em bases materiais associadas aos fatores de ordem socioeconômica, os quais nos propiciam vislumbrar a viabilidade de um projeto de desenvolvimento centrado na industrialização. Com isso, afirma-se que em cada país as elites agrárias se colocaram de maneira diferenciada frente

¹ “Toda a história da descoberta da América, primeiro episódio da conquista, é marcada por esta ambiguidade: a alteridade humana é simultaneamente revelada e recusada” (TODOROV, 2010, p. 69).

às propostas industrializantes dos governos ao longo da década de 1930 e é exatamente neste aspecto que se pretende focar a atenção.

Portanto, uma importante razão para a viabilização de um projeto de desenvolvimento centrado na industrialização parece ser a dinâmica interna da política, que por sua vez ocorreu de maneira distinta entre os países em questão. Obviamente não se visualiza aqui como único o movimento interno da política sem levar em consideração o aspecto externo, mas, por outro lado, não há uma determinação externa sobre a interna. Em outras palavras, o elemento externo condiciona internamente as possibilidades de desenvolvimento, porém estas só se concretizam em função da dinâmica interna da correlação de forças políticas.

O desafio teórico de entender a especificidade do desenvolvimento capitalista na América Latina rendeu frutos notáveis a partir da publicação do *Estudio Económico de América Latina*, em 1949, um marco no pensamento estruturalista latino-americano. Buscava-se, então, entender as origens do processo de industrialização periférico, seus entraves e perspectivas frente à condição de subdesenvolvimento.

O eixo central da análise, que posteriormente ficou conhecida como “Teoria dos Choques Adversos”, lidava com o fenômeno da divisão internacional do trabalho instituída e na maneira pela qual a América Latina se inseria externamente. Dessa maneira, o processo de industrialização latino-americano refletia o caráter desigual da propagação do progresso técnico na economia mundial e a relativa fragilidade interna de demanda, a qual se associa à natureza dual das economias periféricas. Nas palavras de Mello (2009),

A Economia Política da CEPAL nasceu, assim, para explicar a natureza do processo de industrialização que eclodiria, entre 1914 e 1945, em vários países, pôr a nu sua possível trajetória, revelar os problemas que enfrentaria se quisesse ter êxito e sugerir políticas econômicas que fossem aptas a superá-los. Mas nasceu, ao mesmo tempo, para dizer em alto e bom som às Nações de Nuestra América que a industrialização seria o único caminho a trilhar se desejassem se tornar senhoras de seu próprio destino e, simultaneamente, se verem livres da miséria. (MELLO, 2009, p. 21).

Essa industrialização latino-americana apresentava um caráter específico e sua constituição dependeria de choques externos, guerras mundiais e a depressão de 1929, como mecanismos centrais para resultarem em um modelo voltado para dentro, dado que a demanda externa por produtos primários se restringia. Com isso, os preços relativos dos produtos importados encareciam, possibilitando um investimento interno a fim de suprir a demanda interna, que até então ocorria de maneira exógena.

No Brasil, algumas interpretações a partir da Teoria dos Choques Adversos ganharam forma, como as de Tavares ([1986] 1998), onde o desenvolvimento industrial precedente a 1930 se dava de maneira dependente ao setor agroexportador e, por isso, não se constituiria em si em um processo de industrialização. Somente a partir de 1930, seguindo a tradição furtadiana, é que o deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira passa a ser no sentido do mercado interno e do desenvolvimento industrial.

Cardoso & Faletto (2004) criticam esta visão dos “Choques Adversos” e seus desdobramentos, pois esta se resume a uma análise econômica do fenômeno da industrialização, não incorporando, por exemplo, classes sociais e a dinâmica da política no processo. Em suas palavras, “o desenvolvimento é em si mesmo um processo social; mesmo seus aspectos puramente econômicos deixam transparecer a trama de relações sociais subjacentes.” (CARDOSO & FALETTO, 2004, p. 27).

Sendo, portanto, o desenvolvimento um fenômeno social complexo, os autores argumentam que não há uma determinação unívoca sobre o fenômeno, mas uma dupla relação entre estrutura e processo. Isto é, não se faz presente em sua análise uma mera justaposição das especificidades sociais ou econômicas, mas uma vinculação entre ambas no que os autores denominaram por processo histórico. Portanto, o desenvolvimento seria fruto da interação conflituosa entre os diversos grupos econômicos da sociedade (como classes sociais, empresas, Estado, entre outros), em um caráter próprio e relacionado à construção de estruturas de dominação. Nesse sentido, tem-se que “a estrutura social e política vai-se modificando à medida que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade”. (CARDOSO & FALETTO, 2004, p. 34). Dessa maneira, a industrialização crescente – elemento fundamental do processo de desenvolvimento em sua análise – pode ocorrer nos países subdesenvolvidos, mas está circunscrita a condicionantes históricos e dependerá do tipo de interrelação dos grupos sociais internos com os externos. Por outro lado, a dinâmica das alianças e acordos entre os grupos sociais internos dependerá do próprio modo de vinculação que as economias nacionais têm com a economia mundial.

Diferentemente dos países com “desenvolvimento originário”, as economias latino-americanas não se consolidaram simultaneamente com a expansão do mercado mundial, o que por sua vez lhes garantiu uma posição dependente no sistema de dominação internacional estabelecido, mesmo que, ainda assim, a dinâmica socioeconômica e política interna tenha se

articulado com a própria continuidade do processo de desenvolvimento das economias centrais.

Para Cardoso & Faletto (2004), a dependência não é apenas uma condição de periferia, mas uma espécie de ontologia latino-americana desde sua conquista e colonização européia, pois demonstra a posição desta área quanto às relações de dominação internacionalmente constituídas. Em suas palavras,

Desta forma, entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas não existe uma simples diferença de etapa ou de estágio do sistema produtivo, mas também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição. Isso supõe, por outro lado, uma estrutura definida de relações de dominação. (CARDOSO & FALETTTO, 2004, p. 38-39).

Essa posição latino-americana frente à estrutura econômica internacional implica sua *dependência*, que por sua vez não corresponde à condição de *periferia* da economia internacional. Para Cardoso & Faletto (2004), diferentemente da visão cepalina, subdesenvolvimento/desenvolvimento e periferia/centro não são conceitos que podem ser tratados de maneira igual. O primeiro diz respeito às condições de funcionamento do sistema político-econômico nacional, ao passo que o segundo corresponde às funções das economias dentro do mercado mundial. Sendo assim, dependência e desenvolvimento não necessariamente são incompatíveis, pois as transformações possíveis no sistema produtivo de uma determinada sociedade podem ocorrer sem, no entanto, alteração de sua posição dentro da estrutura econômica internacional.

A dependência da situação de subdesenvolvimento implica socialmente uma forma de dominação que se manifesta por uma série de características no modo de atuação e orientação dos grupos que no sistema econômico aparecem como produtores ou como consumidores. essa situação supõe nos casos extremos que as decisões que afetam a produção ou o consumo de uma economia dada são tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas. (CARDOSO & FALETTTO, 2004, p. 39).

1.1. UMA NOTA METODOLÓGICA

O ponto de partida para a investigação aqui pretendida tem como eixo de análise a problemática enfocada por Cardoso & Faletto (2004), onde os processos econômicos não ocorrem dissociados da própria dinâmica de classes em que se inserem. A crítica, portanto, não vai no sentido de invalidar a visão cepalina, mas de buscar incorporar à análise aspectos políticos, as quais, como vimos, têm relevância para o desfecho do processo de

industrialização. Sendo assim, não se trata de um trabalho sobre a Teoria da Dependência², mas do uso da metodologia da “análise integrada do desenvolvimento” proposta pelos autores supracitados, em que os fatores internos devem também ser levados em conta no processo de desenvolvimento dos países.

Entende-se por desenvolvimento o processo de modificação da estrutura social e política, que por sua vez se altera à medida que o processo de acumulação de capital ganha novos impulsos e formas, influenciando a própria alteração da estrutura social e política. Essa dinâmica corresponde ao que Cardoso & Faletto (2004, p. 33-37) denominam como a dupla relação entre estrutura e processo e se mostra relevante para a análise concreta das experiências comparadas dos países latino-americanos ao longo dos anos 1930 no que diz respeito à diferenciação de suas estruturas produtivas.

O estudo histórico comparado é objeto de incentivo desde a tradição inaugurada por Marc Bloch e os *Annales* no sentido de transcender a perspectiva interna e propiciar uma análise de civilizações. Grew (1980), identifica três grandes correntes do estudo de história comparada de civilizações. A primeira corresponde a uma comparação do desenvolvimento de toda a civilização, tendo como referenciais Spengler e Toynbee. A segunda forma conhecida se dá a partir da comparação por grandes temas, tais como religião, relação do Estado com a sociedade, entre outras. Por fim, a terceira diz respeito a uma história comparada de processos históricos, isto é, modos de produção, nível de industrialização, revoluções comparadas, sendo o foco central das ciências sociais.

Entre as vantagens do estudo comparado em história, destaca-se o cuidado em interpretações não-etnocentristas de outras culturas. No entanto, de acordo com Grew (1980, p. 765), entre os historiadores os estudos comparados são mais apreciados do que propriamente praticados. Sobre a centralidade da comparação no estudo histórico, o autor argumenta:

a preocupação do historiador com a mudança é um compromisso com a comparação. Então, a necessidade de comparar e o hábito de fazê-la são uma grande parte da prática que faz a história uma disciplina que permite um historiador “experiente”

² A Teoria da Dependência aparece como uma vertente crítica às visões do atraso socioeconômico como decorrente da ausência de desenvolvimento, interpretando este de maneira indissociada à própria hierarquia estruturante do capitalismo mundial que os coloca de maneira subordinada aos países desenvolvidos. Para uma síntese das várias Teorias da Dependência, suas influências teóricas e sua relação com as Teorias do Imperialismo, ver DOS SANTOS (1997) e BEIGEL (2010).

julgar uma bolsa de estudos em um distante campo da história (GREW, 1980, p. 768, tradução própria)³.

Nesse sentido, Grew (1980) conclui que o estudo comparado pode ajudar os historiadores de quatro maneiras. A primeira delas diz respeito às perguntas a serem feitas a fim de iniciar a investigação histórica. A segunda maneira corresponde na identificação do problema histórico em questão, o que por sua vez segue na terceira maneira, a qual se traduz na maneira mais apropriada ao objeto em questão pela qual a investigação histórica deverá feita. Por último, a comparação pode ajudar os historiadores a alcançarem e testarem conclusões a partir da investigação histórica.

No entanto, isso não implica que toda investigação histórica deve necessariamente ser comparada. O que ocorre é que, em sentido lato, o nosso julgamento tem em si elementos comparativos, seja na formulação das perguntas, seja na delimitação do objeto a ser estudado ou nas conclusões. Pensar comparadamente é, portanto, uma ferramenta de extrema importância para ampliar a comunicação científica por parte daqueles que conscientemente aplicam tal maneira de pensar e escrever. Isto não só em termos estritamente históricos, mas no sentido de favorecer uma maior interdisciplinaridade.

A comparação, portanto, consiste em uma perspectiva de investigação que se mostra útil na análise de processos históricos, na formulação de conclusões e na interdisciplinaridade da pesquisa. Porém, restam duas perguntas no âmbito da investigação aqui proposta: como comparar a diferenciação nas estruturas produtivas dos países latino-americanos? Quais países selecionar?

Propõe-se aqui uma análise comparada pela negação, isto é, frisar as características comuns aos países para depois analisar as diferenças entre eles. A escolha dos países se deve sob duas justificativas. A primeira como sendo uma amostra razoável dentro do universo de países possíveis que compõem a América Latina. Se observarmos em termos populacionais, tal como se apreende a partir da tabela 1, percebe-se facilmente que Argentina, Brasil, Colômbia e México correspondem às maiores populações relativas entre 23 países latino-americanos observados.

³ *“the historian’s preoccupation with change is a commitment to comparison. Thus, the need to compare and the habit of doing it are a large part of the practice that makes history a discipline that enables an “experienced” historian to judge a piece of scholarship in a distant field of history”.*

Tabela 1 – População Relativa da América Latina, 1930-1940

País	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940
Argentina	11,13	11,18	11,19	11,18	11,17	11,15	11,15	11,14	11,13	11,13	11,07
Brazil	31,41	31,46	31,53	31,60	31,69	31,76	31,87	31,94	32,02	32,06	32,11
Chile	3,99	3,98	3,97	3,96	3,96	3,95	3,96	3,95	3,95	3,95	3,95
Colombia	7,41	7,36	7,31	7,27	7,22	7,18	7,14	7,10	7,06	7,11	7,16
Mexico	16,07	16,05	16,05	16,05	16,06	16,06	16,00	15,99	15,98	15,95	15,93
Peru	5,13	5,11	5,11	5,10	5,09	5,08	5,08	5,07	5,06	5,04	5,03
Uruguay	1,60	1,60	1,60	1,59	1,59	1,59	1,59	1,59	1,58	1,55	1,53
Venezuela	3,09	3,06	3,04	3,01	2,99	2,96	2,95	2,94	2,94	2,94	2,96
Bolivia	2,24	2,23	2,21	2,20	2,19	2,17	2,16	2,15	2,13	2,12	2,10
Costa Rica	0,47	0,47	0,47	0,47	0,47	0,47	0,47	0,48	0,48	0,49	0,48
Cuba	3,59	3,59	3,59	3,60	3,60	3,61	3,61	3,60	3,59	3,58	3,57
Dom. Republic	1,18	1,19	1,21	1,23	1,25	1,27	1,28	1,29	1,29	1,30	1,31
Ecuador	1,82	1,83	1,85	1,86	1,86	1,88	1,89	1,90	1,91	1,92	1,93
El Salvador	1,35	1,34	1,33	1,32	1,31	1,31	1,30	1,30	1,29	1,28	1,27
Guatemala	1,66	1,66	1,68	1,69	1,69	1,69	1,70	1,71	1,71	1,71	1,72
Haïti	2,27	2,25	2,24	2,23	2,22	2,21	2,20	2,19	2,18	2,16	2,15
Honduras	0,89	0,89	0,89	0,89	0,89	0,89	0,89	0,89	0,89	0,89	0,90
Jamaica	0,94	0,95	0,96	0,96	0,96	0,95	0,95	0,94	0,94	0,95	0,95
Nicaragua	0,64	0,63	0,62	0,62	0,62	0,62	0,63	0,64	0,63	0,64	0,65
Panama	0,48	0,48	0,49	0,50	0,50	0,51	0,51	0,51	0,52	0,52	0,54
Paraguay	0,82	0,83	0,83	0,84	0,84	0,84	0,85	0,86	0,86	0,86	0,87
Puerto Rico	1,45	1,45	1,46	1,46	1,46	1,46	1,47	1,47	1,47	1,47	1,47
Trin. and Tobago	0,38	0,38	0,38	0,37	0,37	0,37	0,37	0,37	0,37	0,37	0,37
Total	106.870	108.876	110.857	112.876	114.878	116.954	118.969	121.116	123.290	125.661	128.048
	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940
Argentina	11,131	11,175	11,187	11,183	11,172	11,153	11,146	11,138	11,131	11,128	11,065
Brazil	31,41	31,463	31,533	31,604	31,689	31,765	31,866	31,942	32,022	32,062	32,108
Colombia	7,4053	7,3561	7,3103	7,2655	7,2242	7,1806	7,143	7,0998	7,0582	7,1104	7,1645
Mexico	16,071	16,055	16,048	16,049	16,056	16,058	16,004	15,993	15,983	15,953	15,926
% Total	66,02	66,05	66,08	66,10	66,14	66,16	66,16	66,17	66,19	66,25	66,26

Fonte: Maddison (2010). Elaboração própria.

Se tomarmos a soma da população, entre 1930-1940, tem-se que cerca de 66% da população latinoamericana residia nesses países no período em questão, conforme a tabela. Dessa maneira, a relevância dos países apresenta uma justificativa a partir da própria dimensão populacional que eles apresentavam no continente nesse período, fazendo sentido tomar-lhes como amostra para o estudo. Além disso, há uma relação entre o bem-estar e o

tamanho dos países com o processo de industrialização, pois é este que configura maiores possibilidades de emprego, elevação da renda em grande escala⁴.

A segunda justificativa para a escolha dos países se obtém a partir de Furtado (2007, p. 107-111), para quem a a crise de 1929 repercutiu diferentemente entre os países latino-americanos em função de suas respectivas estruturas produtivas, mesmo que todas tenham em comum o caráter subdesenvolvido. Em termos gerais, as diferenças se concentraram em três casos: o primeiro diz respeito aos países exportadores de produtos de clima temperado, como a Argentina, e que sofreram menos com a crise devido a uma elasticidade de oferta relativamente alta e a um maior grau de organização de seus respectivos mercados. O segundo corresponde aos países exportadores de produtos tropicais, como o Brasil e a Colômbia, cuja característica marcante é a relativa inelasticidade de oferta desses produtos pelo fato de serem culturas perenes. O último caso corresponde aos países exportadores de produtos minerais, como o Chile, em que “a queda da produção industrial nos países importadores acarretou uma liquidação de estoques e um colapso da produção nos países exportadores”. (FURTADO, 2007, p. 110). Um quarto caso poderia ser o do México e salta aos olhos por se tratar de um país que exportava tanto produtos de clima tropical quanto minerais.

Tomando o argumento de Furtado (2007), justifica-se a escolha dos países pela sua representatividade em relação aos três casos de diferenças pós-crise de 1929. No primeiro caso, o dos países exportadores de produtos de clima temperado, tem-se os do sul do continente, abrangendo a Argentina, o Uruguai e as partes sul do Brasil e do Chile, ficando evidente a relevância argentina entre estas regiões. Não apenas em termos populacionais, mas também em virtude de sua elevada renda per capita em comparação com os demais (MADDISON, 2007, p. 104). Argentina, Brasil, Colômbia e México são casos representativos de cada um desses três tipos de países latino-americanos exportadores nos anos 1930 citados por Furtado.

Partindo da proposta de realizar uma investigação sobre a diferenciação das estruturas produtivas dos países escolhidos com foco na diferença dos países ao longo da década de

⁴ Entende-se aqui que o aumento dos níveis de renda se constitui como condição necessária, porém não suficiente para a elevação do bem-estar de forma generalizada. Sen (1985) critica as concepções welfaristas de bem-estar baseadas no utilitarismo, pois estas não apresentam uma avaliação ética e moral da própria condição de bem-estar nem das realizações dos indivíduos. O processo de industrialização pode ser visto, de um ponto de vista macroeconômico, como um elemento que contribui para o aumento de bem-estar nos países, pois é capaz de proporcionar em larga escala aumentos de produtividade no conjunto do complexo econômico nacional (FURTADO, 1983, p. 79). Este, por sua vez, deve ser entendido como um *meio* e não o *fim* do desenvolvimento. (SEN, 2000, p. 34-53).

1930, precisa-se pontuar a questão do processo de industrialização desse período. Os elementos políticos, no entanto, não fazem parte de boa parte das análises sobre o fenômeno devido à concentração de estudos de natureza economicista que tratam desse processo. Entende-se aqui que a industrialização deve ser vista como processo e, para tanto, trata-se de uma análise de Economia Política por incorporar elementos de análise econômica associados a uma perspectiva normativa específica, além de configurarem uma perspectiva histórico-política e sociológica associada aos elementos econômicos.

Política, classes e estrutura social se coadunam no Estado capitalista de maneira específica e, portanto, a própria natureza desse Estado merece uma tipologia específica de análise. Com isso se afirma que entender o processo de industrialização depende, fundamentalmente, da compreensão do próprio Estado capitalista em que se insere, seja porque é nele que a dinâmica de classes se materializa e é a partir daí que os arranjos político-institucionais tomam forma, seja em função da especificidade latino-americana dos anos 1930, quando o intervencionismo do Estado assumiu, em muitos países, caráter significativo.

No intuito de analisar o que seriam os tais aspectos de natureza política, propõe-se o estudo de quatro governos nos países selecionados ao longo dos anos 1930, testando a existência de intencionalidade industrializante. O referencial para a análise da intencionalidade terá como base Fonseca (2003; 2004) e a análise dos governos se dará por meio de revisão bibliográfica de cunho analítico. Sendo assim, buscar-se-á uma articulação entre o referencial teórico com base na análise institucional comparada associando-a ao que a literatura especializada sobre os países no período trata de suas respectivas políticas econômicas e forças políticas.

O cenário mostrado na tabela 2 resume os países, os governos a serem estudados e a duração dos mandatos presidenciais a serem analisados. A revisão bibliográfica será feita a partir da política econômica sob duas frentes: a política econômica proposta e a executada.

Tabela 2 – Presidentes da Argentina, Brasil, Colômbia e México, 1930-1940

Países	Governos	Período de governo
Argentina	José Félix Uriburo/Augustín Justo	1930-1932/1932-38
Brasil	Getúlio Vargas	1930-1945
Colômbia	Alfonso López Pumarejo	1934-1938
México	Lázaro Cárdenas del Río	1934-1940

Fonte: Elaboração própria.

A partir da definição feita por Fonseca (2003), a política econômica será entendida como sendo em três níveis: meio (ou instrumental), fim e institucional. A análise da proposta de políticas econômicas fins e institucionais nos permite a compreensão da intencionalidade industrializante por parte dos governos, pois são estas que tem condições de criar instituições capazes de reorientar a relação entre a sociedade civil e o Estado. No entanto, a proposta não necessariamente se materializa em ações, dependendo para isso de um arranjo político que a sustente.

Entende-se que, se nem sempre estas políticas instrumentais são capazes de evidenciar intencionalidade, dificultando que de sua formulação ou execução se possam deprender claramente as intenções de seus formuladores, o mesmo não ocorre com instituições criadas, extintas ou alteradas. O exame destas pode mostrar-se valioso metodologicamente ao permitir, com maior facilidade e precisão, que sejam empiricamente reveladas intenções, planos e projetos, porquanto em geral resultam de atos deliberados, que precisam ser materialmente expressos não só “fisicamente” (caso de órgãos, institutos, ministérios, associações), como pela escrita (caso de leis, códigos e alguns símbolos) ou pela linguagem oral (caso de discursos e entrevistas, por exemplo) (FONSECA, 2003, p. 134).

Do ponto de vista econômico, mesmo as abordagens mais ortodoxas evidenciam que o crescimento econômico é um fenômeno complexo, sendo as instituições o elemento fundamental para o crescimento de longo prazo (ROBINSON & ACEMOGLU & JOHNSON, 2005, p. 386-472). Outrossim, se as instituições importam, é na política uma importante esfera onde elas se materializam.

As instituições, no entanto, não surgem do nada, mas são construções articuladas e coordenadas também dentro da ossatura do Estado. Nesse sentido, no intuito de buscarmos a compreensão da maneira pela qual os aspectos políticos influenciam a articulação de um projeto industrializante, é preciso entender a natureza específica do Estado capitalista e, mais especificamente, do Estado capitalista em um contexto periférico. Para tanto, aproximar-se-á de Poulantzas (1974; 1981), para quem a necessidade teórica da compreensão do Estado capitalista reside no fato de que a luta pela dominação política no âmbito da ossatura institucional do Estado é elemento central para a compreensão das diferentes formas e transformações históricas pelas quais esse Estado terá.

Os Estados latino-americanos assumiram a partir da década de 1930 um forte caráter intervencionista na busca do desenvolvimento econômico – *state-led industrialization* –, marcando uma importante diferença com o período imediatamente anterior (LEWIS, 2005; BÉRTOLA & OCAMPO, 2013, p. 170-241). Com base nessa constatação e na distinção feita

entre os vários tipos de políticas econômicas, a execução de específicas políticas econômicas fins e institucionais pode ser vista como uma maneira de apreender a correlação de forças políticas existente nos Estados, onde a autonomia relativa frente às classes sociais dominantes se expressa sob certas características, podendo assim realizar seu papel de organizar e construir o interesse político de longo prazo do bloco no poder no sentido de um projeto industrializante. Em uma analogia com a econometria, as políticas econômicas fins e institucionais seriam uma *proxy* significativa para explicar a hegemonia de classe dentro do bloco no poder⁵, trazendo o caráter político da política econômica e da intencionalidade industrializante, que se configuraram a partir dos Estados sob diferentes formas de intervenção na economia e contribuíram para diferentes respostas à crise de 1929, as quais tiveram consequências diversas para um processo de industrialização nos respectivos países.

A abordagem da “análise integrada”, à la Cardoso & Faletto (2004, p. 34), requer que o estudo do desenvolvimento analise os modos de relação econômica em consonância com a ação política. Em outras palavras, tal análise implica que a explicação dos processos econômicos não se dá por mero acréscimo de variáveis aos modelos, mas pela análise da interação que as variáveis possuem entre si em busca de uma intersecção “onde o poder econômico se expresse como dominação social, isto é, como política.” (p. 36). A compreensão do Estado, portanto, não pode cair nos extremos do Estado-Coisa – um agente descolado das relações sociais e com vontade própria – nem do Estado-Instrumento de uma classe específica. Nesse sentido, a análise poulantziana do Estado apresenta uma alternativa com base na sua ideia de autonomia relativa do Estado frente às classes sociais a partir da separação althusseriana da sociedade em três níveis: o político, o econômico e o ideológico. Assim, parece coerente a tentativa de compreender as diferentes respostas frente à crise de 1929 e como elas contribuíram para as diferenciações nas estruturas produtivas dos países selecionados incluindo na análise elementos políticos, tais como hegemonia de fração de classe, bloco no poder e a autonomia relativa do Estado.

Propõe-se a aproximação entre a metodologia da “análise integrada” do desenvolvimento com a concepção poulantziana de Estado como a condensação da relação entre as classes sociais. Isso não implica que haja uma correlação de forças políticas homogênea entre as classes, visto que há classe dominante e dominada no capitalismo, mas que além de não ser uma relação de poder unívoca, pois ela é disputada no seio da luta de classes que se expressa

⁵ É bom deixar claro que o trabalho não propõe realizar uma análise econométrica.

também no nível político, ela não se traduz em uma relação binária de classes. Dito de outra forma, a existência de uma classe dominante e uma dominada não significa que nem a dominante nem a dominada são coesas. Essa constatação acarreta em uma complexificação da análise do Estado e da maneira pela qual as correlações de forças políticas tomam forma em instituições específicas. Por conseguinte, a concretização da intencionalidade desenvolvimentista não corresponde a um ato de mera vontade de Estado ou de um Príncipe iluminado, porém está associada à característica do Estado possuir uma autonomia relativa frente às classes sociais, a qual decorre da dinâmica política centrada na hegemonia de frações de classe dentro de uma determinada correlação de forças políticas.

Simon Clarke resume a problemática da teoria poulantziana do Estado e a partir disso podemos ver a possibilidade de associá-la com a metodologia aqui proposta: “A implicação para a teoria do Estado é que o ‘político’ tem que ser analisado em relação à função do Estado dentro da estrutura.” (CLARKE, 1991, p. 19, tradução própria)⁶.

Em suma, definem-se quatro objetivos a serem perseguidos ao longo da dissertação. Em primeiro lugar, e como objetivo principal, a incorporação comparada de aspectos de natureza política no estudo do processo de industrialização latino-americano nos anos 1930 tendo como perspectiva de análise as distintas respostas de políticas econômicas fins e institucionais frente a crise de 1929 nos quatro casos assinalados. Em seguida, os demais objetivos específicos são entender por que a resposta de cada país à crise de 1929 foi diferente e condicionada por aspectos de ordem política, as quais se relacionam com a dinâmica de classe de cada sociedade, identificar os elementos histórico-materiais que ajudam a explicar as diferenças nos arranjos político-institucionais dos quatro países e apontar as razões da política ser importante para entender as diferentes experiências industrializantes da América Latina ao longo dos anos 1930.

A hipótese a ser testada nesta dissertação é a de que o processo de industrialização ocorrido ao longo dos anos 1930, sob o impacto inicial da Grande Depressão, teve como consequência um maior êxito industrializante no Brasil e no México do que na Argentina e na Colômbia em virtude da política econômica implementada ter sido condicionada pela correlação de forças políticas que, em cada país, constituiu arranjos diferentes e impactaram, no longo prazo, em distintas trajetórias com relação à industrialização.

⁶ “The implication for the theory of the state is that the ‘political’ has to be analyzed in relation to the function of the state within the structure.”

2. ESTADO CAPITALISTA E INDUSTRIALIZAÇÃO

Os historiadores econômicos têm se debruçado exaustivamente na investigação das causas e razões dos processos de industrialização, desde o pioneirismo inglês aos casos mais recentes na América Latina. É preciso, no entanto, ter em mente que um *processo de industrialização não significa a mera existência de indústrias*, mas um fenômeno social complexo que envolve uma reestruturação das relações sociais e da maneira pela qual a produção material da vida passa a ser realizada. Tem sua gênese na Grã-Bretanha no século XVIII e, a partir de então, o fenômeno revolucionário se torna a norma (HOBSBAWM, 2008, p. 51). Talvez tenha sido nesse sentido que Marx ([1867] 1996, livro I tomo II, p. 130) no prefácio à primeira edição d’*O Capital* tenha dito que “o país industrialmente mais desenvolvido mostra ao menos desenvolvido tão-somente a imagem do próprio futuro”.

O papel dos Estados nesse processo também é fruto de intensa discussão. De um lado há aqueles que enfatizam a necessidade dos incentivos diretos e indiretos para a industrialização – reserva de mercado, protecionismo tarifário, política cambial, concessões públicas, linhas de crédito, entre outros – e, por outro, há aqueles que prezam pela ausência de uma participação dos mesmos no processo. Tais posicionamentos revelam, em muitos casos, certas preferências ideológicas de seus formuladores à medida que se mostram críticos ou defensores da participação do Estado na industrialização⁷.

Industrialização não significa capitalismo, mas há uma estreita relação entre ambos em diversas experiências históricas. Oliveira (2003) analisa distintos processos históricos de industrialização, os quais ele denomina por industrialização originária e atrasada⁸. A primeira, corresponde à experiência britânica, ao passo que a segunda se subdivide em pelo menos duas ondas de industrialização, sendo a primeira ocorrida na Alemanha, nos EUA e na França, ao passo que a segunda seriam os casos de Itália, Japão e Rússia. Em todas essas experiências o Estado teve papel importante para o processo de industrialização, embora de formas distintas em cada um deles devido às especificidades regionais e temporais das economias nacionais e

⁷ É interessante notar, por exemplo, o debate brasileiro sobre o II PND, onde reuniu, por um lado, defensores da estratégia do governo militar de 1974 que destacavam o intuito do plano em buscar a completude o processo de substituição de importações para níveis mais avançados, e, por outro, críticos da estratégia que, grosso modo, questionavam a racionalidade do plano e a sua execução enquanto estratégia de desenvolvimento. Para uma síntese do debate, ver Fonseca & Monteiro (2007).

⁸ O autor também identifica a industrialização tardia como típica dos países latino-americanos, porém esta não está no escopo de sua análise.

da economia mundial. No caso dos países de industrialização atrasada, a presença do Estado se deu de forma decisiva para a industrialização, em especial na Rússia e no Japão, onde em termos políticos “a burguesia mostrava-se incapaz de assenhorear-se do Estado, e economicamente detinha parques capitais, incompatíveis com as exigências financeiras impostas pela industrialização.” (OLIVEIRA, 2003, p. 251).

Allen (2011) ao analisar as causas da Revolução Industrial ter sido britânica, destaca a importância dos incentivos econômicos específicos existentes, notadamente uma estrutura de salários e preços relativos superior aos demais países da época. Em seu modelo, dois motivos explicam o pioneirismo britânico, sendo o primeiro o ambiente econômico que favorecia o investimento em capital, pois os salários dos trabalhadores nas ilhas britânicas eram relativamente maiores do que os dos demais países e a posição geográfica garantia uma quantidade de minas de carvão com condições de baratear a geração de energia. Os salários se mantinham em níveis elevados por conta do tremendo crescimento populacional iniciado com a expansão britânica na economia mundial e melhorias nos padrões de vida, os quais garantiram um influxo de pessoas para as cidades e propiciou crescente oferta de mão-de-obra, mas com salários altos. Com isso, o barateamento relativo da energia em função da grande quantidade de carvão a ser explorado contribuiu para a queda dos preços de bens de capital, induzindo a uma substituição de trabalho por máquinas e equipamentos. O segundo motivo apresentado pelo autor seria o fato de que, pelo menos até 1815, as invenções britânicas eram muito mais transformadoras para a produção do que as congêneres dos demais países.

Uma razão pela qual a tecnologia Britânica do algodão fosse tão transformadora era que o tecido de algodão era um setor com mais preço-receptivo de demanda do que outros têxteis (...) A razão que as invenções Britânicas do século dezoito – ferro barato e o motor a vapor, em particular – fossem tão transformadoras era por causa das possibilidades que elas criaram para promover o desenvolvimento da tecnologia.” (ALLEN, 2011, p. 381, tradução própria)⁹.

Se o pioneirismo da Revolução Industrial pode, pelo menos em parte, ser explicado a partir desse modelo de incentivos econômicos, um fator essencial para que a estrutura de preços relativos britânica favorecesse tal processo se deve à própria influência da política de Estado, que garantiu um fluxo migratório constante para as cidades (ALLEN, 2011, p. 364).

⁹ “One reason that British cotton technology was so transformative was that cotton cloth was a global industry with more price-responsive demand than other textiles. (...) The reason that the British inventions of the eighteenth century – cheap iron and the steam engine, in particular – were so transformative was because of the possibilities they created for the further development of technology”.

Contudo, as políticas de Estado não se resumem a uma ação indireta a fim de contribuir para o processo de industrialização. Marx ([1867] 1996, livro I tomo II, p. 339-381) trata a questão da acumulação primitiva e evidencia o que ele denomina como elementos constitutivos de seu “segredo”. Este está pautado na crítica que Marx faz aos economistas clássicos no que diz respeito à *previous accumulation*, pois, na verdade, o segredo da acumulação primitiva não seria uma mera frugalidade de certas pessoas ao passo que outras esbanjavam ou não buscavam acumular riquezas. Sua crítica argumenta que o desenvolvimento capitalista ocorreu sob certas condições históricas objetivas na Inglaterra, embora ele mesmo reconheça que vestígios de capitalismo possam ser encontrados nas cidades mercantis italianas da Renascença. Dessa maneira, o segredo está intimamente relacionado à expropriação dos *yeomen*, das terras comunais, à junção dos meios de produção nas mãos da classe capitalista e a um aparato jurídico que obrigava os expropriados a venderem sua força de trabalho a fim de criar um proletariado¹⁰.

Os elementos centrais de formação do capitalista industrial inglês passam pelo fato de que a expropriação anterior criou relações sociais de produção em que os meios de produção se distinguem em capital constante e a força de trabalho em capital variável dentro do processo de valorização. Em outras palavras, mercantilizam-se as relações sociais de produção. Nesse sentido, o sistema colonial foi muito importante, pois ele foi o responsável pelo desenvolvimento comercial das metrópoles européias a partir da existência do pacto colonial.

Com isso, o capital comercial teria impulsionado o capital industrial ao criar não só uma reserva de mercado específica, mas também ao propiciar trocas comerciais que criaram as bases de formação de uma classe detentora de recursos. Ou seja, o capital comercial se expande e se insere nas próprias transformações socioeconômicas em curso na Inglaterra, quais sejam, a crescente urbanização e proletarização. Estas, por sua vez, propiciam um impulso que alimentou o desenvolvimento manufatureiro sob condições tipicamente capitalistas. No entanto, em uma visão dialética, à medida que o capital industrial é impulsionado, ele próprio adquire força e passa a se autoalimentar. Além disso, a dívida pública e a formação de um sistema tributário desempenharam papel central na formação do capitalista industrial, pois ela transforma dinheiro improdutivo em produtivo à medida que o

¹⁰ Wood (2002) faz uma interessante análise seguindo essa mesma linha de raciocínio e identifica o início do capitalismo nessa origem agrária.

Estado participa do processo de acumulação e se associa cada vez mais ao capital (MARX, [1867] 1996, livro I tomo II, p. 370; O'BRIEN, 2001; ARRIGHI, 2010, p. 12).

Destacam-se também as leis contra a vadiagem, instituídas ainda no reinado de Henrique VII – século XV – na Inglaterra e no reinado de Luis XVI – século XVIII – na França, as quais foram fundamentais para a formação do mercado de trabalho livre nesses países e criaram as condições para a existência do capital (MARX, [1867] 1996, livro I tomo II, p. 355-363). Já nos *Grundrisse*, Marx destaca que embora houvesse resistência por parte dos trabalhadores expulsos do campo, a força do Estado burguês em vias de consolidação se impôs como decisiva para a garantia do processo¹¹.

De acordo com Gerschenkron (1962), as diferentes experiências de industrialização variaram de acordo com o que ele atribui como potencialidades industriais naturais de cada país, as quais resultam a partir da tensão entre as atuais atividades econômicas do país e os obstáculos existentes para o desenvolvimento industrial. Somam-se a isso as dotações iniciais de recursos naturais presentes em cada país que funcionarão como limitadores de oportunidades. De acordo com o autor, as técnicas industriais tendem a ser imitativas, mas o fato é que a importação de maquinário estrangeiro, de mão-de-obra especializada, entre outros, contribuem para que as potencialidades naturais se transformem em realidades industriais.

Ao analisar alguns casos específicos, Gerschenkron (1962) conclui que para a industrialização dos países economicamente atrasados é necessária a própria compreensão dos elementos constitutivos do atraso em cada experiência histórica, embora suas considerações tenham muito mais a ver com diferenças quantitativas do processo de industrialização do que propriamente nos aspectos qualitativos dos mesmos. Ainda assim, o caso francês aparece como exemplo no qual o desenvolvimento de um sistema bancário específico a partir do *Crédit Mobilier*, onde a escassez de capitais foi solucionada através de uma intermediação financeira diferente daquela praticada na Grã-Bretanha, garantindo investimentos de longo

¹¹ “(...) foi lançada uma massa de forças de trabalho vivas no *mercado de trabalho*, uma massa que era livre em sentido duplo, livre, em primeiro lugar, das antigas relações de clientela ou de dependência e das relações de serviço e, em segundo, livre de todos os haveres e de toda forma de existência concreta e objetiva, *livre de toda propriedade*; destinada a venda de sua capacidade de trabalho ou à mendicância, vagabundagem e roubo como única fonte de renda. Historicamente, constata-se que eles tentaram primeiro o último recurso, mas foram impelidos para o estreito caminho que conduz ao mercado de trabalho por meio da força, do pelourinho, do chicote – onde, portanto, aparecem os governos, por exemplo, de Henrique VII, VIII etc.; como condições do processo histórico de solução e como criadores das condições para a existência do capital.” (MARX, 2011a, p. 417, grifos do autor).

prazo para a França. Essa intermediação financeira específica, no entanto, não surgiu indissociada do próprio Estado francês à medida que este se financiava, em grande parte, para suas campanhas militares da segunda metade do século XIX¹².

Outro caso que suscita atenção foi o russo, onde o impulso inicial para a industrialização foi dado diretamente pelo Estado em virtude de suas necessidades militares constantes, o que tornou o próprio desenvolvimento econômico russo função das exigências bélicas de expansão do Império. Além disso, foi o Czar Alexandre II quem decretou tardiamente o fim da servidão russa no ano de 1861¹³. Sendo assim, atraso russo frente aos demais países europeus era fundamentalmente quantitativo no que diz respeito à escassez de capital e às desconfianças sobre as condições de crédito e solvência da economia russa. Nesse contexto, a ação direta do Estado russo foi fundamental na promoção do desenvolvimento industrial daquele país, ainda que um novo estágio de atraso econômico frente aos países avançados se instaurasse (GERSHENKRON, 1962, p. 22).

Portanto, independentemente das querelas teóricas envolvidas, parece consistente a afirmação de que, de uma forma ou de outra, não há como dissociar o Estado Moderno, essencialmente capitalista, e os distintos processos de industrialização ao longo da história. Essa associação pode ser vista por meio de sua intrínseca relação com o capital sob três formas: econômica, jurídica e construção política. Como foi mostrado até aqui, as duas primeiras se deram principalmente através da constituição fiscal do Estado capaz de promover uma política comercial, campanhas militares para conquistas de novos territórios¹⁴, a construção legal de um mercado interno de consumo, uma legislação única e delimitada no espaço nacional e a formação de um mercado de trabalho. A terceira forma diz respeito ao papel que a ideia de nação tem como elemento de coesão das duas primeiras, pois constrói-se artificialmente um igualamento político de todos os indivíduos com o Estado dentro de um espaço geográfico delimitado pelo Estado (ANDERSON, 1991, p. 5-7; HOBBSBAWM, 2000, p. 18-45).

¹² Destaca-se a Guerra da Criméia, conflito armado ocorrido entre 1854-1856 e que reuniu, de um lado, o Império Russo e, de outro, a França, a Inglaterra e o Império Otomano. Para mais detalhes, ver Hobsbawm (2007, p. 107-123).

¹³ É interessante notar que apesar do fim tardio da servidão legal na Rússia, esta também se instituiu de forma tardia, apenas em 1723 com o fim da escravidão. Ver Hellie (1984).

¹⁴ Ver Arrighi (2010, p. 34-37).

Todas essas formas de associação entre o Estado e o capital contribuem para a eclosão do processo de industrialização nos países, pois influenciam direta e indiretamente na construção das pré-condições fundamentais para a a internalização do processo discutidas no primeiro capítulo. Entretanto, ainda que seja possível, de um modo geral, observá-las simultaneamente em diversos países, há diferenças qualitativas e quantitativas importantes que influenciam qual o tipo de relação entre o Estado e o capital irá se configurar e qual a natureza das instituições oriundas a partir dessa relação.

Essa associação entre Estado e capital no processo de industrialização não significa que se trata de um movimento puramente endógeno. As questões fundamentais não residem em extremismos teóricos da prevalência do interno sobre o externo ou vice-versa na explicação, de “politicismos” ou “economicismos”, mas na compreensão do significado que os elementos internos e externos tem para a industrialização, assim como da relação entre a Política e a Economia. Dito de outra forma, reconhece-se que a configuração de um tipo de Estado capitalista depende da natureza das forças internas, ao passo que a dinâmica que esse Estado terá na relação com os demais também influencia as possibilidades da estrutura produtiva interna¹⁵.

Arrighi (2010, p. 34-37) traz uma importante reflexão sobre o assunto ao distinguir os distintos processos de formação dos Estados Nacionais em dois tipos: os *territorialistas* e os *capitalistas*. Nos *territorialistas* o poder está associado ao tamanho do território e da população sob controle, isto é, as a acumulação de capital e as guerras funcionam como meios na busca por expansão territorial e controle populacional. Por outro lado, nos *capitalistas*, o poder se associa ao tamanho do comando exercido sobre recursos escassos e as aquisições territoriais funcionam como meios para a acumulação de capital. Alguns exemplos de Estados territorialistas seriam o Império Chinês, Portugal e a Espanha, ao passo que típicos exemplos de Estados capitalistas eram a República de Veneza, a Inglaterra e as Províncias Unidas.

A questão que fica é: por que alguns Estados conseguiram atuar de maneira a favorecer tal processo de industrialização e outros apresentaram maiores dificuldades? Nesse sentido, é preciso dar um passo atrás na investigação histórica e teórica a fim de compreender a configuração política dos distintos interesses que compõem os Estados e como a articulação

¹⁵ Um importante debate a respeito do papel da periferia e do imperialismo para o desenvolvimento econômico europeu envolveu os partidários da Nova História Econômica e os da perspectiva do Sistema-Mundo. Para uma síntese crítica do debate, ver Mariutti (2003).

desses interesses acarreta diversas formas pelas quais o Estado e a sociedade civil, o político e o econômico, relacionam-se em exemplos concretos.

Esses distintos interesses políticos postos em xeque na esfera do Estado implicam em ações estatais a partir do resultado dessas disputas, as quais podem ser fruto de acordos ou coalizões, como também de vitória ou derrota de certos segmentos sociais.

2.1. A RELAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES E INDUSTRIALIZAÇÃO

O estudo das instituições como elementos centrais na mudança histórica tem recebido atenção crescente e quase consensual, notadamente no estudo da história econômica. Consenso quanto às definições de conceitos e implicações do institucionalismo, no entanto, é difícil afirmar, visto que as diversas abordagens institucionalistas apresentam fundamentos teóricos distintos entre si e muitas vezes conflitantes.

Hodgson (1998) separa em dois grandes grupos de abordagens institucionalistas, sendo o primeiro deles aquelas filiadas ao antigo institucionalismo, cuja origem remonta às ideias de Thorstein Veblen, Wesley Mitchell e John Commons, e o segundo aquelas ligadas ao novo-institucionalismo de Ronald Coase, Douglass North e Oliver Williamson. No que tange às diferenças entre os grupos, o autor argumenta que o antigo institucionalismo apresenta uma perspectiva radicalmente diferente a respeito da natureza da agência humana, pois esta se centra no conceito de hábito como necessário para tal.

Uma abordagem institucionalista mostra que determinados hábitos estão intimamente relacionados com instituições sociais específicas¹⁶. Dessa maneira, busca-se mostrar que apesar do geral, há a especificidade, caracterizando o que o autor chama de movimento do abstrato em direção ao concreto. Para o novo-institucionalismo, a proposta é explicar a emergência das instituições, tomando como referência o modelo de indivíduo racional em um movimento que vai dos indivíduos para as instituições. Para o antigo institucionalismo, a proposta de análise parte do aspecto evolucionário das instituições, o qual está intimamente relacionado ao conceito de hábito.

¹⁶ Conceição (2002, p. 133-139) destaca ainda outras abordagens próximas à tradição institucionalista, tais como a da Escola Francesa da Regulação e a da Economia Evolucionária, pois estes lidam com a problemática de entender a interação mútua entre agente e estrutura no processo de mudança socioeconômica.

Ainda que divergentes, há pontos de aproximação entre as abordagens. Hodgson (1998, p. 179) constata que a interação dos agentes e os retornos a partir dessas interações, as rotinas oriundas das instituições, e o fato de que as instituições reforçam sua própria legitimação moral são alguns dos pontos em que as abordagens convergem.

Mas afinal, o que são instituições? North (1991, p. 97; 1994, p. 360) define *instituição* como sendo os constrangimentos criados pela sociedade a fim de estruturar sua própria interação, subdividindo-se em *constrangimentos informais* e *regras formais*. Esses, por sua vez, constituem os mecanismos centrais para entender a dinâmica das economias e a forma como a estrutura de incentivos afetam os agentes ao longo do tempo.

Em uma outra leitura, Hodgson (2006) propõe uma definição mais abrangente do termo, visto que, para ele,

nós podemos definir instituições como sistemas de regras estabelecidas e predominantes que estruturam interações sociais. Língua, dinheiro, direito, sistemas de pesos e medidas, etiqueta à mesa, e firmas (e outras organizações) são desta maneira todas instituições (p. 2, tradução própria)¹⁷.

Essa definição apresenta um caráter geral que, de acordo com o autor, coloca os hábitos como o material constitutivo das instituições e o comportamento como uma consequência dos próprios hábitos associados a contextos e incentivos específicos, os quais moldam-no. Em suas palavras, “um hábito é uma disposição para engajar em um comportamento ou pensamento anterior ou adquirido, causado por um estímulo ou contexto apropriado” (HODGSON, 2006, p. 6, tradução própria)¹⁸. Sendo assim, mais do que meramente impor limites ao comportamento dos agentes, os hábitos possuem a característica de transformá-los e mudar suas aspirações.

Ambas as concepções não são incompatíveis e possuem um arcabouço teórico importante para a análise comparada de processos históricos concretos, embora apresentem diferenças no que tange à complexidade na definição do que são as instituições. Do ponto de vista do processo histórico de industrialização, é possível afirmar que ele depende de certas instituições específicas, as quais não necessariamente serão as mesmas em contextos distintos.

¹⁷ “We may define institutions as systems of established and prevalent social rules that structure social interactions. Language, money, law, systems of weights and measures, table manners, and firms (and other organizations) are thus all institutions”.

¹⁸ “a habit is a disposition to engage in previously adopted or acquired behavior or thoughts, triggered by an appropriate stimulus or context”.

Zysman (1994) argumenta que as transformações históricas devem ser vistas de maneira processual e indissociadas de contextos institucionais específicos. Com isso, mais do que instituições isoladas tem-se estruturas institucionais, as quais possuem estreita relação com o que o autor denomina por sistemas nacionais de mercado. “Mercados não existem ou operam separados das regras e instituições que os estabelecem e que estruturam como comprar, vender e a própria organização da produção realizada.” (ZYSMAN, 1994, p. 244, tradução própria)¹⁹. Nesse caso, Zysman (1994, p. 258) elenca as instituições necessárias para uma análise histórico-institucional do desenvolvimento das economias como sendo o caráter do Estado, das relações de trabalho, a natureza do sistema financeiro e sua influência e, por fim, o sistema legal/regulatório. Nesse sentido, as experiências de industrialização anteriormente mencionadas representam situações concretas em que as economias constituíram uma estrutura institucional específica capaz de criar uma trajetória de acumulação de tipo industrial.

North & Weingast (1989) apresentam uma interessante abordagem que contribui para consolidar a relação entre instituições e a industrialização, ainda que o foco principal dos autores seja com o crescimento econômico de longo prazo em termos genéricos. De acordo com eles, a partir do fim da Revolução Gloriosa de 1688 na Inglaterra, o comprometimento da Coroa para com o Parlamento constituiu um importante fator político que promoveu incentivos para o desenvolvimento da economia de mercado, pois criou uma estrutura institucional que incrementou a segurança dos direitos de propriedade. Dito de outra forma, sob um arcabouço teórico marxista, a submissão da Coroa ao Parlamento corresponde a uma virada política que garantiu à burguesia ainda em vias de consolidação condições para romper os grilhões que cerceavam a acumulação de capital. Tais condições significam, por um lado, a possibilidade política de ação burguesa em prol de seus interesses, pois com a elevação do Parlamento a uma condição de regulador da Coroa, a lógica do capital se instituiu de maneira mais clara no modo de fazer política a partir de então:

O que estabeleceu o comprometimento do governo em honrar seus acordos – notavelmente a promessa de não apropriar riqueza ou rejeitar débito – foi que os portadores de riqueza ganharam um poder de decisão em cada uma dessas decisões através de seus representantes no Parlamento. (NORTH & WEINGAST, 1989, p. 829, tradução própria)²⁰.

¹⁹ “Markets do not exist or operate apart from the rules and institutions that establish them and that structure how buying, selling and the very organization of production take place”.

²⁰ “What established the government’s commitment to honoring its agreements – notably the promise not to appropriate wealth or repudiate debt – was that the wealth holders gained a say in each of these decisions through their representatives in Parliament”.

Mais do que um comprometimento assegurado, North & Weingast (1989, p. 829) argumentam que a vitória dos interesses parlamentares sobre os da Coroa após 1688 acarretaram em mudanças constitucionais específicas sumarizadas na *Bill of Rights* de 1689. Esta, por sua vez, além do igualamento político entre o Parlamento e a Coroa, fundamentou a instituição de um sistema fiscal e tributário subordinado a aprovação parlamentar.

As próprias práticas protecionistas do mercantilismo inglês tem origem nesse processo de mudanças institucionais e se articulam na origem do capital industrial original sob a tutela do Estado. Nas palavras de Marx:

O sistema protecionista foi um meio artificial de fabricar fabricantes, de expropriar trabalhadores independentes, de capitalizar os meios nacionais de produção e de subsistência, de encurtar violentamente a transição do antigo modo de produção para o moderno (...) O capital original do industrial flui aqui, em parte, diretamente do tesouro do Estado.” (MARX, [1867] 1996, livro I tomo II, p. 375).

Dessa maneira, no que diz respeito ao processo de industrialização originário as pré-condições econômicas se mostram suficientes para que uma trajetória de acumulação de tipo industrial se configure, pois a condição de ascensão política da classe burguesa ao Estado propiciou as bases de uma mudança institucional que garantiu o fluxo de excedente monetário para si e a constituição de um mercado de trabalho por meio da intensificação do processo de cercamento dos campos associado a uma agressiva política externa de Estado. As mudanças institucionais aqui referidas não correspondem apenas a alteração de regras formais ou informais, mas fundamentalmente ao estabelecimento de um novo sistema de hábitos que estruturará as interações sociais, como, por exemplo, na maneira pela qual as relações de trabalho se darão ou como se expressará o dinheiro nessa nova formação social, isto é, respectivamente, uma relação de comprador-vendedor de força de trabalho e uma expressão não meramente simbólica, mas fundamentalmente associada a essa relação social posta.

Um exemplo disso pode ser visto em Arrighi (2010, p. 51-52), onde a instituição do nacionalismo econômico aparece como elemento central da ascensão britânica e francesa no moderno sistema interestatal no período do mercantilismo, pois além de propiciar uma maior internalização do excedente monetário oriundo tanto do comércio colonial (pacto colonial), quanto do comércio interestatal, também propiciou a construção de uma economia nacional. Em um outro momento, porém, os britânicos conseguiram a predominância no moderno sistema interestatal, pois sua competitividade produtiva frente aos demais era notória e sua

posição geográfica lhes concedeu a chance de um aprendizado geopolítico específico em comparação com os franceses.

A hegemonia britânica se completa à medida que se constitui uma vasta aliança em torno da restauração do antigo sistema de Westphalia²¹, onde a legitimidade das nações centralizou poder nas mãos de apenas uma, a Inglaterra. Nesse sentido, a ideologia do livre-comércio se institui como um novo hábito – o regime do livre-comércio – dentro das relações interestatais sob o comando dos interesses britânicos, o que por sua vez tem forte impulso para a continuação do desenvolvimento industrial nas ilhas (ARRIGHI, 2010, p. 165-169).

Não obstante a ascensão burguesa possa ser associada com distintos processos de industrialização ao longo da história, não é possível determinar que capitalismo e industrialização são sinônimos ou que uma revolução burguesa necessariamente acarreta um processo de industrialização. O cerne da questão reside nas transformações institucionais que são pré-condições fundamentais para que o capital se institua como relação social basilar e para que o processo de acumulação de capital se dê sob condições capitalistas.

Em um sentido, acumulação de capital é por definição “capitalista” e tem sido definida e analisada por Marx e Marxistas em termos da criação de uma força de trabalho livre através da separação de antigos proprietários e seus meios de produção, a produção de mais-valor absoluto e (por meio de inovações tecnológicas e aumento da composição orgânica do capital) de mais-valor relativo, a reprodução desse ciclo através da realização de mais-valor e sua aplicação em nova produção e inovação, a concentração e centralização de capital, etc. – isto é, em termos nos quais define capitalismo industrial e imperialismo (FRANK, 1978, p. 240, tradução própria)²².

Na tabela 3, encontram-se para alguns países uma importante mudança institucional para a consolidação de um processo de industrialização, qual seja, a possibilidade de formação de um mercado de trabalho livre.

²¹ Nova ordem interestatal surgida após o acordo de 1648 que selou o fim da Guerra dos Trinta Anos. Arrighi (2010, p. 44-45) sintetiza o que foi esse novo sistema.

²² “*In one sense, capital accumulation is by definition “capitalist” and has been defined and analyzed by Marx and Marxists in terms of the creation of a free labor force through the separation of previous owners from their means of production, the production of absolute surplus value and (through technological innovation and increasing organic composition of capital) of relative surplus value, the reproduction of this cycle through the realization of surplus value and its application in new production and innovation, the concentration and centralization of capital, etc. – that is, in terms which define industrial capitalism and imperialism*”.

Tabela 3 – Emancipação dos Camponeses, países selecionados

Países	Período	Referência
Inglaterra	séculos XV-XVI	Marx (1996, livro I tomo II, p. 342)
França	1789 e de facto em 1804 com o Código Napoleônico	Hobsbawm (2008, p. 216)
Prússia	1807	Acemoglu & Robinson (2006, p. 127)
Rússia	1861	Gershenkron (1962, p. 17)
Dinamarca	década de 1780	Hobsbawm (2008, p. 215)
Japão	Restauração Meiji (1868-1912)	Takahashi (1953, p. 239)

Fonte: Elaboração própria a partir das referências citadas no corpo da tabela.

Do ponto de vista europeu, fica claro que nem todos os países que emanciparam seus camponeses desencadearam seus respectivos processos de industrialização, pois a relação Estado e capital não se deu no sentido de propiciar tal fenômeno. Portugal e Espanha podem ser vistos como dois casos em que a constituição do Estado Moderno em si não teve como consequência um processo de industrialização tal qual as experiências aqui demonstradas e as razões residem, pelo menos em parte, nas dificuldades que os respectivos Estados tiveram em superar reminiscências feudais e na fraqueza de suas burguesias nacionais em impor seus interesses (OLIVEIRA, 2003, p. 117).

Embora Faoro (2001) tenha como objetivo analisar especificamente o Brasil, ele o faz a partir da Reconquista e unificação lusitana, o qual ainda no século XIII dá início a um processo singular no âmbito da Europa Ocidental. Dessa maneira, de acordo com o autor, o próprio feudalismo português seguiu dinâmica distinta dos congêneres inglês e francês, pois não conheceu aristocracia fundiária autônoma e se caracteriza em uma lógica “em que o soberano se confunde com o titular, pelo menos eventual sobreproprietário, de toda a riqueza e de toda a economia” (p. 20).

Com isso, Faoro caracteriza que a formação do Estado Absolutista português foi condicionada por garantias e privilégios dos concelhos como mecanismo de fixação da monarquia lusitana, em um processo que, segundo o autor, qualifica o Estado português como agente econômico mais ativo. Por este motivo, “a estratificação social, embora economicamente condicionada, não resulta na absorção do poder pela economia” (FAORO, 2001, p. 57). Nesse sentido, o capitalismo político – ou politicamente orientado ou pré-capitalismo – se expressa a partir do próprio Estado patrimonialista português, o qual gera um estamento burocrático cuja orientação da atividade econômica é projetada e rigidamente comandada de cima para baixo sem, no entanto, um caráter nacional. Isto é, a partir de um

ordenamento jurídico fundamentado pela comunidade patrimonialista é que o curso da economia e das expressões da sociedade se dão em um processo que envolve mudanças, mas que a característica central é a continuidade histórica e não meramente uma etapa.

No capitalismo (político) nascido em um Estado Absoluto, cujos privilégios são condicionados pela vontade do soberano, não há nem autonomização por parte da economia da esfera político-privada de interesses, nem separação clara entre as esferas pública e privada de interesses. Ou seja, para Faoro, constituiu-se uma esfera mercantil politicamente administrada no Estado português.

Com base nesses aspectos, a incapacidade de superar a rigidez institucional do *Ancien Régime* se mostra como um elemento fundamental para que o processo de industrialização se consolide. Acemoglu & Robinson (2006) argumentam nesse sentido ao se questionarem sobre os motivos que levam determinados países a terem processos de industrialização com velocidades distintas.

No modelo construído pelos autores, as elites políticas estabelecidas tenderão a bloquear inovações econômicas e institucionais se estas desestabilizarem o sistema político constituído fazendo com que as elites dominantes percam poder. A partir do que já foi dito, percebe-se que há uma proximidade entre essa afirmação e os casos de industrialização relatados. No caso da Prússia, o processo de industrialização se consolida a partir das revoltas de 1848, quando as elites agrárias buscavam frear o avanço das ideias liberais francesas e o apoiam como um mecanismo de defesa.

A ameaça oriunda da rápida industrialização da Grã-Bretanha e da França e da onda de revoluções de 1848 deve ter também sido importante para a mudança nas atitudes em prol da industrialização, acrescentando algum elemento de modernização defensiva para o caso Alemão. Outro fator facilitando a emergência dessa atitude mais positiva em prol da mudança pode ter sido que, apesar do importante papel da elite Junker, as participações políticas eram também relativamente limitadas para a aristocracia rural (ACEMOGLU & ROBINSON, 2006, p. 127, tradução própria)²³.

É interessante notar também que em vários casos é possível perceber o deslanchar de um processo de industrialização como consequência de uma crise. Na Prússia, a questão era

²³ “*The threat from the rapidly industrializing Britain and France and from the 1848 wave of revolutions may have also been important for the change in the attitudes toward industrialization, adding some element of defensive modernization to the German case. Another factor facilitating the emergence of this more positive attitude toward change may have been that, despite the important role of the Junker elite, the political stakes were also relatively limited for the landed aristocracy*”.

conter o avanço das revoluções liberais de 1848, a primavera dos povos²⁴, e a defesa do modelo constitucional vigente. No Japão, a ameaça do Ocidente rompeu com o equilíbrio do xogunato Tokugawa e fortaleceu a Restauração Meiji e suas reformas pró-industrialização como mecanismo explícito de defesa (ACEMOGLU & ROBINSON, 2006, p. 126-127).

A maneira pela qual os Estados Nacionais irão agir rumo a industrialização varia no tempo e no espaço, não sendo possível, portanto, apresentar uma fórmula geral sobre o modo pelo qual historicamente os processos de industrialização ocorreram. Mesmo assim, é possível apresentar os elementos constitutivos e congruentes em cada uma dessas experiências a fim de conectar os elementos internos e externos que desencadearam os processos. Uma forma de apreender isso pode ser vista pela política econômica, desde que entendida sob as três formas já discutidas, quais sejam, meio ou instrumental, fim e institucional.

2.2. O ESTADO CAPITALISTA NA PERIFERIA DO SISTEMA: A AMÉRICA LATINA

A América Latina nasceu em 1492, ainda que como expressão histórico-política esse conceito só tenha sido cunhado muito mais tarde²⁵. A data marca o surgimento desse continente, pois até então os índios não sabiam que eram índios nem que o ouro e a prata valiam seu sangue. É a partir de então que sob a força militar e econômica européia a ideia de América Latina começa a ganhar forma, concretizando-se posteriormente às experiências de independência das antigas colônias ao longo da primeira metade do século XIX.

Nessa primeira metade do século XIX, o continente experimentou os movimentos independentistas e a conseqüente formação dos Estados Nacionais, processo que se estende ao longo da segunda metade desse mesmo século em várias rupturas internas e reconfiguração de forças políticas. Nesse aspecto, três casos saltam aos olhos: a República Federal da América

²⁴ Ver Hobsbawm (2007, p. 27-50).

²⁵ Embora não haja um consenso, os primeiros latino-americanos a se auto-intitular como tais e a clamarem por uma identidade histórico-política comum foram o colombiano José María Torres Caicedo e o chileno Francisco Bilbao, ambos em 1856. No caso de Caicedo, por meio de um apaixonado poema chamado *Las Dos Américas* (disponível em <http://www.filosofia.org/hem/185/18570215.htm>, acessado em set/2013) onde o autor convoca a unidade dos povos ao sul do Rio Grande (fronteira México-EUA) contra as ameaças do Norte e do despotismo europeu. Já Bilbao profere um discurso nomeado *Iniciativa de la América* em Paris sob forte influência das ideias de Simón Bolívar (disponível em <http://www.bicentenarios.es/doc/8560622.htm>, acessado em set/2013). Para uma apreciação crítica da história do conceito de América Latina nos EUA, ver Feres Júnior (2005).

Central, as Províncias Unidas do Rio da Prata e a Grã-Colômbia. Em todos esses casos as disputas internas entre forças políticas e interesses econômicos externos acarretaram em desmembramento territorial e a conseqüente formação de novos Estados²⁶.

A fragmentação do mapa político na América Latina foi uma constante ao longo do século XIX e certamente se mostra como um fator importante para o processo de diferenciação da estrutura produtiva dos países da região. Do ponto de vista econômico da industrialização, a instabilidade política e geográfica dificulta o processo em virtude da influência que as alterações tem tanto nas possibilidades de escalas de produção e nas potencialidades de diversificação internas (BÉRTOLA & OCAMPO, 2013, p. 25-26). Além disso, as constantes guerras ocorridas no continente implicam destruição de capital e mobilização populacional com fins meramente militares, desarticulando comunidades e sistemas locais de produção. Por outro lado, em termos políticos, é possível argumentar que a fragmentação dos países tem conseqüência na consolidação das forças políticas e no controle que os grupos econômicos locais terão sobre o setor produtivo interno, dadas as implicações econômicas do desmembramento político.

É interessante notar no caso da República Federal da América Central que os países que se originaram a partir daí se enquadram na categoria que Cardoso & Faletto (2004) denominam por economias de enclave, isto é, um tipo de dependência em que “o êxito do crescimento orientado “para fora” nem sempre permitiu criar um mercado interno, pois levou à concentração da renda no setor de enclave.” (CARDOSO & FALETTO, 2004, p. 65). Isso ocorre, pelo menos em parte, em função da redução territorial e destruição de capital nas guerras, que acarretaram na incapacidade das classes sociais dominantes de articularem um sistema produtivo que não fosse apenas marginalmente importante no mercado mundial.

O processo de industrialização latino-americano tem sido fonte de discussão desde a formação dos Estados Nacionais ao longo do século XIX, embora sua maturidade teórica possa ser vista a partir da constituição da Cepal²⁷, onde a consciência de atraso se traduziu na

²⁶ A República Federal da América Central se fragmentou em Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua. No caso das Províncias Unidas do Rio da Prata sucedeu-se em partes da Bolívia, Uruguai e Argentina. Já a Grã-Colômbia se desmembrou fundamentalmente em Equador, Colômbia, Venezuela e Panamá, além de partes de outros países vizinhos. Ver, respectivamente, Lynn (2007, p. 134-151), Lewis (2002, p. 13), e Bushnell (1993, p. 50-100).

²⁷ Isso não significa dizer que não havia interesses industriais na região, especialmente a partir da segunda metade do século XIX. Love (1994) faz uma interessante análise comparada sobre as ideias econômicas na América Latina e destaca alguns defensores da indústria antes de 1930, ainda que eles não tivessem um

teorização sobre a condição de subdesenvolvimento, com superação apontando para a industrialização como o elemento central em virtude de seu potencial de dinamizar a economia não apenas para o mercado externo, mas também para o interno e, com isso, possibilitar o fim das inúmeras mazelas sociais do continente.

Tendo como base as experiências de industrialização do capitalismo originário e atrasado, sumarizadas nas seções anteriores como introdução ao objeto de estudo proposto, isto é, a experiência de industrialização dos países latino-americanos, argumentar-se-á sobre a relação entre os Estados latino-americanos e a industrialização tardia, que por sua vez ocorre em um contexto específico do capitalismo mundial e, conseqüentemente, exigiu específicas instituições e formas de agir dos Estados. No entanto, a relação entre mudança institucional e ação do Estado foram fundamentais para explicar não apenas o processo de industrialização latino-americano, mas também suas diferenças entre os países do continente.

A compreensão do processo de industrialização dos países latino-americanos só pode ser feita tendo em vista dois aspectos centrais. O primeiro deles corresponde ao momento histórico do capitalismo, as disputas interestatais e como isso influencia não apenas a dinâmica produtiva interna dos países, mas como se dará a inserção externa dos mesmos. O segundo aspecto diz respeito à maneira pela qual historicamente os países latino-americanos se inseriram na economia-mundo capitalista e como os processos de independência não resultam em rompimentos com essa lógica subordinada na hierarquia da economia internacional.

Começando pelo segundo aspecto, evidencia-se que a América Latina nasce e se consolida a partir do desenvolvimento capitalista europeu, o que fica claro se observarmos o significado de suas economias pautadas na exportação de *commodities* para os países centrais. As respectivas independências, entretanto, não alteraram as bases econômicas em que se fundamentavam os países latino-americanos, embora o sucesso da inserção externa direta aos mercados europeu e estadunidense, principalmente, dependeu do tipo de produto predominante exportado por cada país e a situação conjuntural que este apresentava na

arcabouço teórico constituído. Em suas palavras, “industrialização na América Latina foi fato antes de ser uma política, e foi uma política antes de ser teoria (*Industrialization in Latin America was fact before it was policy, and policy before it was theory*) (LOVE, 1994, p. 395, tradução própria). No Chile, a criação da associação dos industriais no Chile se deu em 1883. Na Argentina, a União Industrial Argentina nasceu em 1887 (LEWIS, 2002, p. 125). Para o Brasil, ver Fonseca (2004) e Salomão (2013) a respeito da pré-história das ideias industrialistas e sua influência no debate político. Love (1994) pondera, no entanto, que uma teorização própria e consolidada sobre a industrialização latino-americana só se deu a partir de 1930, com duas importantes escolas do pensamento: o estruturalismo e os teóricos da dependência.

economia internacional. O fim do pacto colonial, embora não tenha provocado mudanças radicais na estrutura econômica dos países, do ponto de vista político representou a formação de novas coalizões e o surgimento de forças políticas ligadas às classes dominantes.

A partir das tipologias para a análise das economias exportadoras latino-americanas desenvolvidas por Furtado (2007, p. 97) e Bértola & Ocampo (2013, p. 24-26), é possível construir uma tabela síntese relacionando as relações de trabalho predominantes, o tamanho das economias e os principais produtos exportados pelos países latino-americanos de forma comparada para o período 1850-1930.

Tabela 4 – Tipologia comparada dos países latino-americanos, 1850-1930

Exportação predominante	Mercado de trabalho predominante			Tamanho da Economia		
	Indo-Americano	Afro-Americano	Euro-Americano	Grande	Média	Pequena
Produtos tropicais		Brasil		X		
		Colômbia			X	
		Equador				X
		Venezuela			X	
		Panamá			X	
		Costa Rica				X
		Cuba				X
		Honduras				X
Produtos de clima temperado			Argentina		X	
			Uruguai			X
Mineração	Chile					X
	México			X		
	Bolívia					X
	Peru				X	

Fonte: Furtado (2007, p. 97) e Bértola & Ocampo (2012, p. 10-11). Elaboração própria.

Grosso modo, os países que desenvolveram mercado de trabalho a partir das relações indo-americanas foram aqueles onde os conquistadores europeus encontraram civilizações pré-colombianas com desenvolvimento avançado e combinou-se aspectos de assalariamento com dinâmicas produtivas associadas ao trabalho forçado. Nos casos euro-africanos, diz respeito fundamentalmente às áreas agrícolas-tropicais e algumas de mineração, fundamentadas na escravidão africana. Por fim, as áreas denominadas por relações de trabalho do tipo euro-americano foram aquelas em que a imigração européia, notadamente a partir da

segunda metade do século XIX, foi eixo central na maneira pela qual a relação trabalho e capital se estruturou (BÉRTOLA & OCAMPO, 2013, p. 25).

O tamanho das economias está associado não apenas ao aspecto geográfico, mas também às potencialidades de mercado interno que os variados espaços nacionais puderam produzir. Nesse sentido, a intensa fragmentação de antigas áreas de colonização espanhola nas Américas corresponde a um enfraquecimento dessa potencialidade. Nesse sentido, o tipo de exportação predominante nessas economias também se relaciona com esse fenômeno.

Observando a formação dos Estados Nacionais na América Latina, Furtado (2007, p. 78) assevera que a dinâmica da relação entre as classes dominantes urbanas e rurais foi fundamental para a estruturação dos novos Estados, sendo que a tendência foi o deslocamento do poder para as classes dominantes rurais. Seguindo essa linha, o autor nota que nos países onde nesses primeiros anos de independência alguma região se mostrou suficientemente mais sólida do que a outra, guerras civis se desenrolaram, como é o caso da Colômbia e dos países da extinta República Federal da América Central. A autoridade do Estado, por outro lado, deu-se de maneira mais forte nos países onde as exportações predominantes eram da mineração por parte dos grupos que controlavam essa atividade econômica. Com isso, percebe-se que menos conflitos intra-classe ocorreram nesses países.

Cardoso (1966) procura demonstrar a partir de uma perspectiva weberiana que a formação de elites empreendedoras apresenta diferenças entre os países latino-americanos em virtude da própria natureza dos produtos exportados por esses países no que ele denomina por fase de desenvolvimento para fora (*outward development*), a qual podemos identificar como sendo o período que vai após as independências até os anos 1930, quando o processo de industrialização ganha força no continente.

Nessa visão, as *elites* correspondem a grupos da sociedade que possuem a capacidade de expressar seus interesses por si mesmos. Portanto, tais *elites* dizem respeito a relações políticas e não propriamente econômicas (CARDOSO, 1966, p. 147). Outrossim, tais grupos só conseguiram se expressar politicamente com maior força do que outros, pois eram os que controlavam as bases econômicas e monopolizavam os meios de produção das sociedades em que se inseriam. Em outras palavras, em um modo-de-produção capitalista²⁸, ainda que as

²⁸ Em uma visão marxista, a sociedade burguesa (ou capitalista) tem no *capital* a expressão de sua especificidade ante as formações sociais precedentes. Este, por sua vez, caracteriza uma relação social onde o determinante é o valor de troca de uma mercadoria. O ser humano na sociedade do capital é separado em uma natureza

relações de poder se deem a partir da disputa entre burguesia e proletariado, em última instância o poder tende a ter mais força na classe dominante, qual seja, a burguesia. Mais especificamente, essas *elites* que Cardoso (1966) trata podem ser vistas como *frações de classe burguesa*.

As elites empreendedoras do período de formação das economias nacionais latino-americanas na época pós-independência se caracterizavam pela ligação com a própria dinâmica do desenvolvimento desses países àquela época, isto é, o desenvolvimento para fora, orientado pela exportação de produtos primários. A origem dessas elites divergiu de país para país em virtude da especificidade de seu sistema produtivo, sua conexão com a economia internacional e a respectiva estrutura social. Nas palavras do autor,

O sistema industrial do século dezenove e do primeiro quarto do século vinte, com a consequente ascensão de elites empreendedoras, foi de dois tipos distintos. Por um lado as fábricas foram organizadas pelos produtores agrícolas com o excedente oriundo de suas operações. Por outro, foram as oficinas instaladas pelos imigrantes que se tornaram ricos, particularmente por meio do comércio com áreas rurais. Em muitos casos essas oficinas se tornaram verdadeiras fábricas (CARDOSO, 1966, p. 150, tradução própria)²⁹.

A partir da citação acima temos no primeiro caso países como Brasil e Argentina, onde as primeiras elites empreendedoras de caráter nacional se formaram a partir de comerciantes das casas de exportação associados às tradicionais oligarquias rurais. No segundo caso, frente a oligarquias relativamente mais fracas, os grupos imigrantes mais ricos conseguiram se

jurídico-política e outra humana, onde uns historicamente monopolizam os meios de produção e outros possuem apenas sua força de trabalho para trocar. Nesse sentido, o valor de uso do trabalho é suplantado pelo seu valor de troca no mercado e dois polos se configuram: o capitalista (ou detentor dos meios de produção) e o proletário (aquele que só possui sua força de trabalho para vender, além de sua prole). Historicizando, na antiguidade greco-romana a produção era fundamentalmente realizada por escravos, isto é, seres humanos destituídos de meios de produção e de sua natureza humana e jurídico-política, isto é, o ser humano produtivo como uma coisa ou mercadoria. No feudalismo da Europa ocidental, as relações produtivas se instituíram predominantemente de forma em que os servos foram destituídos de sua plenitude jurídico-política, mas possuíam certo controle sobre os meios de produção, configurando-se como homem-coisa. Já no capitalismo, a relação se inverte: os seres humanos são juridico-politicamente iguais, mas completamente destituídos dos meios de produção da sua subsistência, restando-lhes a venda de sua força de trabalho como meio de subsistência àqueles que monopolizam os meios de produção, tornando-se antes uma mercadoria ou a coisa-homem. Para uma consideração sobre o salário como elo dessa relação e seus significados, ver Marx (2008, p. 23-60). Sobre a definição de *capital* em termos marxianos, ver Marx ([1867] 1986, livro III tomo II, p. 269).

²⁹ “*The industrial system of the nineteenth century and the first quarter of the twentieth century, with the consequent rise of entrepreneurial elites, was of two distinct types. On the one hand were the factories organized by agricultural producers with the surplus derived from their operations. On the other hand were the workshops set up by immigrants who had become wealthy, particularly by trading with rural areas. In many cases these workshops became real factories*”.

estabelecer como elites empreendedoras, tal qual observado, por exemplo, no Uruguai. Ainda no primeiro caso, é notória a aliança de interesses entre os grupos exportadores e os produtores rurais majoritariamente latifundiários deu origem a uma classe específica, a qual garantia internamente o tipo de desenvolvimento para fora, pois fornecia os produtos demandados pelos grupos médio e ricos das sociedades. Sendo assim, nessa fase do desenvolvimento desses países, essas elites empreendedoras, sintetizadas na aliança oligárquica referida, denotam a dominância político-econômica do complexo primário-exportador (CARDOSO, 1966, p. 151).

Ainda que a dependência externa seja clara pelo fato de que a dinâmica econômica interna era diretamente condicionada pela demanda externa, é possível identificar uma menor dependência de capitais externos para garantir o padrão de desenvolvimento, se compara-se com o caso das economias mineiro-exportadoras da América Latina. “A dependência de capital estrangeiro nesse caso estendeu-se para o próprio núcleo do sistema produtivo do país” (CARDOSO, 1966, p. 152, tradução própria)³⁰.

Para Furtado (2007, p. 174) por meio dessa dinâmica externamente orientada, permitiu-se aos países latino-americanos a elevação de produtividade e da renda, permitindo a constituição de um mercado interno suficiente para que a produção manufatureira se desse nos próprios países. Frente a uma situação de crise do modelo primário-exportador, os elementos econômicos para a defesa dos interesses dominantes se deram através da ação de políticas econômicas de pleno emprego. Díaz-Alejandro (1980) destaca que um dos importantes meios utilizados para essa defesa foi através da política cambial, sendo que as maiores economias, as quais já possuíam certas bases industriais incipientes antes de 1929, foram as que melhor desempenho tiveram nessa defesa, com destaque para quatro países, quais sejam, Argentina, Brasil, Colômbia e México. Em suas palavras:

Pode-se concluir que um tamanho mínimo do mercado interno, mais um grau mínimo de autonomia com relação às políticas cambiais, fiscais e monetárias foram condições necessárias para a industrialização durante os anos 30 na América Latina (DÍAZ-ALEJANDRO, 1980, p. 378).

Do ponto de vista político destacado por Cardoso (1966), a ação das elites no processo de industrialização constitui uma fase de transição dentro do sistema de estratificação social vigente, pois há a incorporação de novos grupos e a própria redefinição da dinâmica do desenvolvimento econômico dos países com a consolidação das *elites industriais*. Sua origem

³⁰ “The dependence on foreign capital in this case extended to the very of the productive system of the country”.

remonta exatamente no ponto destacado por Furtado (2007), isto é, na expansão das economias primário-exortadoras que criou as bases para a consolidação dessa elite industrial.

Quando o papel do mercado interno se tornou mais relevante, as decisões econômicas importantes tiveram que ser feitas em conexão com esse novo ponto de foco de crescimento; a partir desse momento, a ausência de uma elite industrial foi sentida, e o seu estabelecimento se tornou necessário para a continuidade da industrialização (CARDOSO, 1966, p. 154)³¹.

A transição para uma economia industrial nos países latino-americanos dependeu fundamentalmente da relação desenvolvida entre os Estados e o desenvolvimento nacional. De acordo com Furtado (2007, p. 175-176), cinco aspectos se mostraram centrais para esse processo: a natureza da atividade exportadora, a infra-estrutura requerida para sua constituição, a propriedade dos investimentos realizados nela, a taxa de salário prevalecente no setor exportador, e a dimensão do setor exportador nacional na economia mundial. Nesse sentido, fica claro que para os países de economia predominantemente mineira a dependência externa se mostrou mais forte do que os de base econômica agropecuária.

Para Cardoso (1966, p. 156), o espectro da ação estatal para o processo de industrialização variou entre o extremo liberal da Argentina, com pouca participação estatal, e o oposto no México, com grande orientação e promoção industrializante por parte do Estado. As diferenças, no entanto, residem naquilo que se pode denominar por ação direta do Estado, via políticas econômicas deliberadamente orientadas para a industrialização, e ações indiretas, as quais não necessariamente são captadas pela análise de políticas econômicas instrumentais apenas.

É interessante notar que em alguns países latino-americanos, notadamente os situados na região do Caribe, foram aqueles que experimentaram maiores dificuldades de consolidação de um processo interno de industrialização, seja em virtude do tamanho de suas economias, dos próprios interesses dos grupos dominantes consolidados no período de desenvolvimento para fora, ou pela própria destruição de capital ao longo da formação nacional. Em Porto Rico, por exemplo, o modelo dependente foi institucionalizado em 1898 com a cessão de seu território aos Estados Unidos, tornando-se um *Estado Livre e Associado*³². No Haiti, ainda que tenha

³¹ “When the role of the domestic market became more relevant, the important economic decisions had to be made in connection with this new focal point of growth; from this moment on, the absence of an industrial elite was felt, and its establishment became necessary for the continuity of industrialization”.

³² Ver Galeano ([1971] 2004, p. 98, nota de rodapé número 28)

sido o primeiro país latino-americano independente, a sucessão de guerras, bloqueios comerciais, tamanho de sua economia e a formação histórica a serviço das potências européias foram elementos que ajudam a explicar sua crise e derrocada como nação independente³³. Em Cuba, destaca Galeano ([1971] 2004), “nos anos trinta, quando a crise consolidou a dependência da economia cubana em lugar de contribuir para rompê-la, havia-se chegado ao cúmulo de desmontar fábricas recém instaladas para vendê-las a outros países (GALEANO, 2004, p. 99, tradução própria)³⁴”.

2.2.1. Política Econômica, Aparelhos de Estado e Instituições

Pode-se definir a política econômica como sendo um tipo de política pública cuja ação principal se dá especificamente na esfera econômica, sendo comumente subdividida, *stricto sensu*, em política fiscal, política monetária e política cambial. Dessa forma, em uma economia aberta, tem-se a ação do Estado sobre variáveis que afetam a produção e a distribuição do produto interno bruto. De acordo com Blanchard & Fischer (1993, p. 567-568), nessa visão os objetivos da política econômica podem ser vistos de duas maneiras. A primeira corresponde a maximização da função de bem-estar social, pressupondo indivíduos idênticos e em grande número. Sendo diferente os indivíduos, pode-se apelar para uma espécie de “contrato social” implícito e intergeracional ou para que a “boa” política econômica seja aquela que conduza a economia para o ponto em que inexista o *trade-off* entre

³³ Sobre esse aspecto, a análise de Galeano ([1971] 2004, p. 91-92) é bastante reveladora sobre a forma como a crise haitiana foi o prenúncio da ascensão cubana como maior economia exportadora de açúcar do mundo. Hurbon (1987, p. 125-130) destaca que a construção do Estado haitiano ao longo do século XIX não rompeu com as práticas de estratificação social do período colonial, ao contrário, reafirmou-as. Além disso, apesar da aparência de formação ocidental de Estado, a especificidade do Haiti guarda em si sua própria contradição. Em suas palavras no Haiti do século XIX, “o conceito de Estado-nação é tão vazio que o poder político é conduzido a um excesso sobre si mesmo, através da busca incessante de uma legitimidade impossível” (*Le concept d’État-nation est tellement vide que le pouvoir politique est conduit à une surenchère sur lui-meme, dans la quête incessante d’une légitimité impossible*) (HURBON, 1987, p. 126, tradução própria). Esse aspecto se reforçou com a ocupação estadunidense a partir de 1915, no sentido de reafirmar a condição haitiana dentro da divisão internacional do trabalho do século passado sob dependência quase exclusiva do capital estrangeiro, ainda que suas atividades primário-exportadoras não fossem de natureza mineira. Do ponto de vista econômico, Hurbon (1987, p. 128, tradução própria) destacam-se “a ausência total de integração dos diferentes setores da economia, ou a destruição do espaço econômico nacional como característica do subdesenvolvimento” (*l’absence totale d’intégration des différents secteurs de l’économie, ou la destruction de l’espace national économique comme caractéristique du sousdéveloppement*).

³⁴ “*En los años treinta, cuando la crisis consolidó la dependencia de la economía cubana en lugar de contribuir a romperla, se había llegado al colmo de desmontar fábricas recién instaladas para venderlas a otros países*”.

consumo e investimento. A segunda maneira de enxergar os objetivos da política econômica em uma visão *stricto sensu* é como a maximização da função de bem-estar de seus formuladores ou dos grupos sociais que eles representam e que tem maior influência política.

Entender a política econômica dessa forma implica uma análise consequencialista *ex-ante* ou *ex-post* da ação do Estado³⁵. Alesina (1988) trata de modelos empíricos de política econômica com base em teoria dos jogos, cujas implicações normativas e positivas dependem da maneira pela qual se entende as motivações dos *policymakers*. Por um lado, eles podem ser vistos como políticos com motivações de gabinete ou de perpetuação no poder (*office motivated politicians*) e como políticos com motivações partidárias ou ideológicas (*partisan politicians*). Essa visão tradicional é útil para a compreensão dos efeitos que as eleições têm sobre a economia e da relação entre competição política e dívida pública, evidenciando que mesmo para a construção de modelos positivos de política econômica o aspecto político do termo é fundamental.

No estudo do processo de industrialização, o problema reside em captar o *sentido* das transformações e não propriamente as propostas ou os resultados de determinada política (FONSECA, 1999, p. 183). Sendo assim, não é suficiente enxergar o longo prazo como uma sucessão de curtos prazos. Analisar as transformações estruturais pela ótica *ex-ante* ou *ex-post* não é capaz de fornecer os elementos para uma compreensão das contradições e das ambiguidades que a política traz. Isso porque as transformações estruturais, como por exemplo a industrialização, não dizem respeito apenas a rearranjos e reestruturações na base econômica da sociedade, mas também na correlação de forças políticas que se interrelacionam com a própria base econômica, evidenciando-se em disputas de interesses e pressões sobre o governo.

Uma crítica nesse sentido poderia ser solucionada pela análise da política econômica como maximização de bem-estar dos indivíduos que o *policymaker* representa ou de seu próprio bem-estar. No entanto, essa perspectiva toma o coletivo como mero somatório das

³⁵ “Na realidade, nas políticas econômicas o uso do critério de Pareto extrapola o “welfarismo” e abrange também o “consequencialismo”, pois se requer que todas as escolhas de ações, instituições, etc. satisfaçam a otimalidade de Pareto e, portanto, o “consequencialismo” é exigido de um modo implícito, porém inequivocamente” (SEN, 2008, p. 55). Um exemplo disso pode ser visto em Fonseca (1999, p. 178-183), onde a tabela de orçamento previsto e executado do Brasil entre 1930-1937 evidencia um debate sobre o caráter ortodoxo ou heterodoxo da política econômica do governo Vargas I. Aqueles que entendem como ortodoxa a política econômica desse período parecem focar seus olhares no orçamento previsto, ignorando a execução orçamentária, uma análise *ex-ante*. Por outro lado, aqueles que defendem o caráter heterodoxo da política econômica analisam principalmente aspectos da execução orçamentária e não propriamente do orçamento, em uma análise *ex-post*.

partes e para a análise do processo de industrialização é incapaz de apreender as transformações sociais e políticas em curso. Em uma sociedade de classes, tal qual a capitalista, o poder não está difundido democraticamente, pois do ponto de vista econômico o excedente ainda é apropriado por uma classe específica, ainda que juridicamente os indivíduos sejam iguais. Além disso, embora essa interação entre o político e o econômico por meio da teoria dos jogos traga luz na problemática dos diferentes interesses por trás de determinada política econômica, ela o faz com base nas políticas meio ou instrumentais e apresenta os aspectos econômicos da ação política sobre variáveis econômicas. Resta, no entanto, os aspectos políticos da política econômica, isto é, a relação entre o *poder* e a *economia*.

Não se trata aqui de uma compreensão de *poder* como uma coisa ou posse, mas de uma relação social estabelecida entre a potencialidade de ação do Estado e o seu efetivo exercício sobre a dinâmica econômica de uma sociedade. Dessa forma, a compreensão da política econômica nos moldes aqui tratados configura a forma pela qual o Estado tenta exercer poder por meio de seus aparelhos no intuito de alterar ou criar instituições de acordo com seus objetivos, influenciando a forma pela qual a organização da sociedade será feita.

Althusser (1970) destaca que o Estado na tradição marxista é visto como um aparelho repressivo das classes dominantes sobre as dominadas a fim de propiciar o processo de extração de mais-valor, sendo essa sua função fundamental. No entanto, pensar o Estado dessa forma é meramente descrever sua ação genérica, sem compreender os mecanismos pelos quais se dá seu funcionamento. Sendo assim, Althusser (1970) propõe entender a definição clássica de Estado das teorias marxistas como sendo a definição de um tipo de aparelho de Estado, qual seja, o repressivo. Para tanto, o autor separa dois conceitos a serem trabalhados: 1) poder de Estado; e 2) aparelho de Estado. No primeiro, encontra-se o objetivo da luta de classes em termos políticos, ao passo que no segundo se dá a maneira pela qual a correlação de forças políticas (produto da luta de classes) efetivará o poder de Estado.

Sobre os aparelhos de Estado, Poulantzas (1981) complexifica a análise ao identificar que não há apenas os aparelhos repressivos e os ideológicos, nem que ao Estado cabe o mero exercício da repressão e da reprodução da ideologia dominante. É preciso ter em conta os aparelhos econômicos de Estado, que não são apenas aqueles que dizem respeito às formas pelas quais o Estado age sobre a economia, mas também aos próprios aparelhos repressivos e ideológicos, os quais assumem um papel econômico. Não se constitui propriamente em um

aparelho de Estado à parte dos demais, porém os próprios aparelhos repressivos e ideológicos cumprem funções econômicas de Estado.

Não cabe aqui uma análise pormenorizada do que são e como se estruturam os aparelhos de Estado, mas da relação que a política econômica tem com eles. Em uma primeira aproximação teórica, essa relação já foi aqui estabelecida ao se associar a política econômica fim e institucional como o exercício intencional de poder do Estado. Fonseca (2003), analisando o caso concreto do Brasil nos anos 1930, sintetiza a relação ao identificar a consciência das ações de Estado tomadas no âmbito da política econômica e que revelaram sua opção industrializante, “pois representam mecanismos, regras, arenas e espaços para, dentro do aparelho estatal e sob sua influência, reorientar a economia, definindo uma nova relação estado/empresariado/mercado/trabalhador” (p. 135).

Essa possibilidade de reorientar a economia não pode ser vista de maneira isolada ou estática, porém como aspectos da reorganização do próprio Estado. Este, por sua vez, não pode ser tomado como mero agente repressivo a serviço das classes dominantes, mas como a condensação material da relação de forças entre as classes sociais existentes, isto é, o Estado visto também como uma relação social, por analogia à definição de capital dada por Marx³⁶. Essa é a tese central sobre o Estado trabalhada por Poulantzas (1981).

Para Codato (2008), a análise poulantziana do Estado se difere em sua última fase das demais por tratar do Estado como uma *relação* e não um *ser*. Dessa forma, o Estado capitalista “cristaliza nos e através dos seus aparelhos uma *relação de forças*” (CODATO, 2008, p. 83, grifos do autor). E é nesse aspecto que a mudança institucional se associa a política econômica fim e institucional por meio do Estado e seus aparelhos no sentido de configurar os interesses do bloco no poder, ainda que de maneira contraditória, visto que não há uma direção unívoca no processo, mas relacional. Sendo assim, ainda que o sentido de um projeto industrializante possa ser observado a partir da análise das forças políticas no Estado, de suas intenções e do arranjo histórico que culminou com elas no poder, isso não significa que uma determinada classe é a dominante e uma a dominada.

A política econômica entendida de maneira consequencialista assume em muitas circunstâncias, portanto, um aspecto aparentemente adversativo a qualquer projeto de classe

³⁶ Ver Marx ([1867] 1986, livro III tomo II, p. 269)

ou fração de classe. Para captar o sentido das transformações é preciso transcender essa perspectiva e compreender a relação entre o *político* e o *econômico* no capitalismo.

Toda medida econômica do Estado tem portanto um conteúdo político, não apenas no sentido geral de uma contribuição para a acumulação do capital e para a exploração, mas também no sentido de uma necessária adaptação à estratégia política da fração hegemônica (POULANTZAS, 1981, p. 194).

As funções do Estado, portanto, são disseminadas através de seus aparelhos, os quais estão inseridos no contexto de intervenção econômica do Estado e agem também como verdadeiros aparelhos econômicos. Com isso, seguindo o raciocínio de Poulantzas, no âmbito da política econômica não faz muito sentido pensar em aparelhos de Estado individualizados, ainda que haja sua especialização em virtude das funções prioritárias por eles desempenhadas, pois a ação econômica do Estado se dá por meio de seus aparelhos (repressivos e ideológicos). Estes mesmos são alterados em torno, também, da dinâmica da luta política no seio do Estado, cujo importante meio de materialização se dá por meio de políticas econômicas fins e institucionais.

2.3. A CONTRIBUIÇÃO DE POULANTZAS PARA A COMPREENSÃO DA RELAÇÃO ESTADO E INDUSTRIALIZAÇÃO

O trabalho de Poulantzas tem sido analisado desde a publicação de sua primeira grande obra, em 1968, chamada *Poder Político e Classes Sociais*, a qual exerceu e ainda exerce forte influência no pensamento político contemporâneo. Seu pensamento, no entanto, mudou significativamente entre a publicação de 1968 e a sua última, *O Estado, o Poder e o Socialismo*, em 1978. Em seus primeiros escritos percebe-se a forte influência do estruturalismo althusseriano ao identificar no Estado a reprodução da estrutura de classes existente na sociedade, ao passo que em seus últimos trabalhos sua compreensão se altera para um exame mais complexo, onde o Estado passa a ser visto não apenas como reprodutor de uma estrutura de classes dada, mas também como elemento que molda a própria relação de classe.

Carnoy (1984) analisa o conjunto da obra de Poulantzas sob três frentes. O primeiro momento corresponde à fase mais althusseriana, a qual compreende o Estado como a unidade política de uma determinada luta econômica de classes, onde sua autonomia em relação à

sociedade civil advém da necessidade de isolar os trabalhadores da consciência de classe e de reproduzir tanto as forças produtivas quanto as relações de produção existentes. “Ele argumenta que a luta política é *relativamente autônoma* da luta econômica – deve ser assim para ocultar relações de classe na luta econômica dos agentes de produção” (CARNOY, 1984, p. 101, grifos do autor, tradução própria)³⁷. Nesse primeiro momento, o avanço teórico corresponde no sentido de que o Estado não é simplesmente um instrumento de classe, mas o reflexo de uma sociedade de classes e, portanto, sua forma e função são definidas pela estrutura da relação de classes existente na sociedade e de específico modo de produção. O segundo momento corresponde ao debate Poulantzas-Miliband, que traz à tona o estruturalismo poulantziano em oposição ao empiricismo de Miliband. Para este último, a análise de Poulantzas conduz a um certo tipo de determinismo estrutural, impossibilitando a própria compreensão dialética entre o Estado e o sistema econômico. Por fim, a partir desse debate e como resposta de Poulantzas, emerge uma nova compreensão do Estado para este autor, tratada primeiramente em *As Classes Sociais no Capitalismo Hoje*³⁸, de 1974, onde a concepção de Estado como uma relação pode ser observada e se consolida em *O Estado, o Poder e o Socialismo*, de 1978. Em termos gerais, percebe-se que na concepção teórica, “a reação de Poulantzas a essas críticas foi de manter sua análise fundamental da autonomia relativa e as raízes do Estado em relações de classe, mas de abandonar a natureza determinista, estruturalista desse Estado de classe autônomo” (CARNOY, 1984, p. 126, tradução própria)³⁹.

Do ponto de vista do processo de industrialização, a opção teórica aqui feita pela última fase de Poulantzas se justifica sob três argumentos principais. Tomar-se-á aqui a tipologia estabelecida por Codato (2008) ao tratar da periodização da obra de Poulantzas. Dessa forma, o fundamento metodológico central da análise centrar-se-á nas ideias contidas em Poulantzas 3, basicamente no livro *O Estado, o Poder e o Socialismo*. O primeiro diz respeito à necessidade de se analisar o Estado capitalista dentro de sua especificidade histórica, ou, nas palavras de Poulantzas (1981, p. 29), “a teoria do Estado capitalista não pode ser separada da

³⁷ “He argues that the political struggle is relatively autonomous from the economic struggle – it has to be, in order to conceal class relations in the economic struggle from the agents of production”.

³⁸ Há uma versão sintetizada das ideias desse texto com tradução para o português, publicada no Brasil pelo Cebrap, em 1974. A primeira versão desse texto síntese foi publicada na *New Left Review*, em 1973. A versão consultada foi Poulantzas (1974).

³⁹ “Poulantza’s reaction to these criticisms was to retain his fundamental analysis of relative autonomy and the State’s roots in class relations, but to abandon the determinist, structuralist nature of that autonomous class State”.

história de sua constituição e de sua reprodução”. O segundo motivo advém do fato de que Poulantzas entra no debate sobre o Estado refutando as polêmicas análises “economicistas” ou “estatistas”, procurando realizar uma espécie de conjunção de ambas: o Estado como uma relação, sem uma teoria geral do político, metafísica, pois o poder de Estado se origina da dinâmica de classes em determinada sociedade, assim como seus aparelhos. Por último, a teoria do bloco no poder, a qual remete diretamente ao papel do Estado capitalista em relação às classes dominantes, isto é, o de organização e representação do interesse político de longo prazo das diversas frações de classe burguesa em função de sua determinada autonomia relativa frente às classes sociais.

Para Poulantzas (1981), a relação entre Estado e classes sociais não se dá sob os extremos das teses do Estado-Coisa ou do Estado-Sujeito. De acordo com a primeira tese,

a política do Estado em favor da burguesia se estabelece pelo simples controle exercido sobre o Estado-instrumento, de uma única fração da burguesia, atualmente o capital monopolista, passando ela mesma por comportar uma unidade política em qualquer sentido prévia à ação estatal (POULANTZAS, 1981, p. 150-151).

Ou seja, na tese do Estado-Coisa, este não apresenta nenhuma autonomia sobre as classes sociais dominantes. Por outro lado, no extremo oposto do Estado-Sujeito,

em troca, é o Estado dotado de uma vontade racionalizante, de poder próprio e de uma *autonomia tendencialmente absoluta* em relação às classes sociais, sempre exterior a elas, que imporia “sua” política, a da burocracia ou das elites políticas, aos interesses divergentes e concorrentes da sociedade civil (POULANTZAS, 1981, p. 151, grifos do autor).

Portanto, na tese do Estado-Sujeito a autonomia de Estado seria absoluta em relação às classes sociais, sendo o Estado como um agente externo à base material em que se insere⁴⁰. O fato é que ambas as teses acima destacadas não explicam nem as contradições internas do Estado, nem a existência de políticas em prol de determinadas frações de classe. Estas são vistas como elementos secundários, não essenciais da natureza de ser do Estado. “Lá (Estado-Coisa), as contradições de classe são exteriores ao Estado; cá (Estado-Sujeito), as contradições são exteriores às classes sociais” (POULANTZAS, 1981, p. 151-152).

Como visto anteriormente, rejeita-se aqui a ideia de que a industrialização se caracteriza como um acidente ou consequência da plena realização da individualidade empreendedora

⁴⁰ No âmbito da ciência econômica, as visões de Keynes ([1936] 2003) e dos pós-keynesianos se enquadram nesse tipo de concepção. A respeito dos últimos, o texto de Carvalho (1997) pode ser visto como uma síntese da visão pós-keynesiana da relação entre o Estado-Sujeito e a economia.

humana, visto que a relação Estado e capital é presente em todas as experiências históricas, ainda que sob formas distintas. Também é insatisfatório enxergá-la como a consequência dos interesses da classe dominante levados à frente através do Estado-Coisa ou como produto da ação do Estado-Sujeito ou de algum príncipe desenvolvimentista. O cerne da possibilidade de aproximação de Poulantzas com o estudo do processo de industrialização latino-americano reside em sua conceituação do Estado como a condensação de uma relação de classes, cuja função primordial não é apenas a reprodução das relações de produção, mas também a sua constituição. Nesse sentido, tomando como pano de fundo Cohn (1968), se o processo de industrialização deve ser visto com uma resposta a alguma crise cujos pressupostos de ordem econômica precisam ser preenchidos, essa resposta será ainda condicionada pela luta de classes em nível político, pois uma importante esfera de materialização das instituições está na política.

Para Poulantzas (1981), uma Teoria Geral do Estado inexistente, pois o Estado em si não deve ser tratado como algo invariante, unívoco, mas como algo dinâmico, variante ao longo dos diversos modos de produção e da maneira pela qual as relações sociais de produção se diversificam ao longo do tempo. Pensando especificamente na América Latina, mesmo que o padrão seja de dissociação entre economia e sociedade em função da dinâmica produtiva ser externamente orientada, uma Teoria Geral do Estado Latino-americano não poderia existir. Mesmo que, em essência, as condições materiais sejam semelhantes, a própria essência esconde as especificidades que caracterizam a semelhança e não a identidade. Sendo assim, a dinâmica do político difere, mesmo na periferia. Mais especificamente, a periferia em si não é igual e, portanto, é preciso relacionar os Estados com as distintas lutas políticas de cada um para entendermos comparadamente os processos de industrialização.

Voltando ao Estado capitalista, reafirmo que sua teoria só terá caráter científico se conseguir explicar a reprodução e as transformações históricas de seu objeto nos lugares em que essas transformações estão ocorrendo, nas diversas formações sociais, lugares da luta de classes (...) *A teoria do Estado capitalista não pode ser separada da história de sua constituição e de sua reprodução* (POULANTZAS, 1981, p. 29, grifos do autor).

Cardoso & Faletto (2004, p. 81), ao analisarem o desenvolvimento e a mudança social comparada dos países latino-americanos argumentam, em linha com Cardoso (1966), que a consolidação de distintos grupos sociais nas economias latino-americanas não são o resultado mecânico de uma estrutura dada, mas também fruto da dinâmica que os diferentes tipos de economias dependentes obtiveram, sejam elas de enclave ou dependente-associadas. Sendo

assim, nos países maiores, cujas economias apresentaram ao longo do século XIX maior nível de diversificação agroexportadora, propiciou-se a constituição de um mercado interno ao afetar o processo de diversificação nacional da economia por meio de novas formas de divisão social do trabalho.

Assim, ao aparecerem os primeiros esforços para um mercado interno, surgem ou se desenvolvem nas cidades novos grupos sociais: artesãos, pequenos comerciantes, profissionais, setores vinculados aos serviços (transportes, bancos, educação, serviços públicos, etc.). Em função desse mercado constituem-se os primeiros núcleos industriais, e formam-se, tanto uma burguesia urbana como setores operário-populares (CARDOSO & FALETTO, 2004, p. 83).

Uma resposta industrializante a uma crise e que conduza a formas mais enraizadas desse processo dependerá da caracterização do bloco no poder existente no seio do Estado. Para tanto, a compreensão da hegemonia de classe aparece como fundamental para entender o sentido dessas transformações, vistas aqui por meio da política econômica.

Em um estudo preliminar à publicação de *Poder Político e Classes Sociais*, Poulantzas ([1964] 2008) define, a partir de Gramsci, o conceito e a função da hegemonia no âmbito do Estado. Como conceito, corresponde ao local particular representado pelo nível político, o qual coordena determinado modo de produção e fundamenta a emergência do (nível) político como um específico nível de estruturas e práticas autonomizadas através da separação entre sociedade civil e Estado. Dessa forma, esse conceito apresenta os elementos constitutivos do *político* no capitalismo e, também, sinaliza o momento em que tais elementos se tornam tão importantes que emergem como fatores determinantes no balanço de forças políticas. A hegemonia, nesse sentido, divide-se em representar a “universalidade de interesses” (domínio das estruturas políticas institucionalizadas), porém sob a égide de uma classe ou fração de classe dominante, e em prática política das classes dominantes (forma institucionalizada do poder), assumindo importância decisiva nas relações de classe das sociedades.

Tendo em vista essa construção teórica, o modelo de análise desenvolvido por Cardoso & Faletto (2004) parece ir ao encontro dessas observações, visto que objetiva-se pensar como a dinâmica da relação de classe em cada país influenciou a forma pela qual as condições histórico-estruturais traduziram a diferenciação interna das economias. Não há um modelo único, mas o tipo de dependência das economias latino-americanas associada às possibilidades internas de diversificação da produção possibilitaram distintas relações de classe em cada país.

A dinâmica dessas forças, entretanto, depende da unidade ou diferenciação dos grupos agroexportadores e das alianças entre alguns desses grupos com os setores sociais emergentes. (...), a ampliação do esquema político pôde efetuar-se mais rapidamente nos países onde os novos grupos sociais puderam aproveitar a participação que obtiveram no Estado, através de alianças feitas com algum setor dos grupos oligárquico-exportadores, para assim constituir-se uma base econômica de sustentação, mediante políticas econômicas que favoreceram os investimentos estatais (CARDOSO & FALETTO, 2004, p. 83).

Pensando concretamente os casos latino-americanos a fim de compreender as diferenças no que diz respeito ao desenvolvimento do processo de industrialização nos anos 1930 entre os países em questão, entender a consolidação dos diferentes blocos no poder representa especificamente o aspecto político desse processo de industrialização. Mais do que isso, fornece subsídios para esclarecer por que a intencionalidade industrializante se deu de forma diferenciada em cada país, o que por sua vez influenciou a dinâmica pela qual o processo de industrialização se desenvolveu nesse período.

2.3.1. Política Econômica e sua relação com a Autonomia Relativa do Estado

Levando-se em conta a industrialização como processo onde o nível político exerce influência significativa em sua constituição, a construção da política do Estado requer que as contradições de classe sejam levadas em questão, pois estas estão intimamente relacionadas com a compreensão do Estado como uma relação entre as classes e os aparelhos estatais. Nesse sentido, a política do Estado concretiza-se como reflexo da ossatura material, da organização e das funções do Estado-relação.

Ao longo de sua obra, Poulantzas destaca que há no capitalismo há um traço característico em sua constituição: a separação do Estado da sociedade civil. Isso porque uma de suas características fundamentais é a atomização do trabalho individual associado às relações sociais, o que reflete na divisão existente entre trabalho concreto e abstrato, valor de uso e valor de troca, entre outros aspectos. Entretanto, no nível político, há uma generalização abstrata sob os termos “liberdade formal” e “igualdade”, uma democracia política. Essa dualidade entre o nível político e o econômico tem intrínseca relação com os conceitos teóricos mínimos desenvolvidos por Poulantzas ao longo de sua obra para a construção da “teoria regional do político” no capitalismo, quais sejam, a conceituação da estrutura jurídico-política capitalista e a relação do Estado com as classes sociais, em especial as dominantes.

A conceituação poulantziana da estrutura jurídico-política capitalista diz respeito a um conjunto de valores de dois tipos, sendo o primeiro deles o direito capitalista, ou valores jurídicos capitalistas, e o segundo o burocratismo, ou os valores burocráticos capitalistas. O primeiro desses tipos regula e condiciona o funcionamento social, ao passo que o segundo regula e condiciona a funcionalidade social.

Se as estruturas que se articulam na totalidade social capitalista consistem em conjuntos de valores que regulam e enquadram de modo durável as práticas sociais de um certo tipo (econômicas, políticas), a de valores que, não obstante o fato de se concretizarem de modo articulado, devem ser classificados em espécies diferentes conforme a dimensão da prática política que é por eles regulada e enquadrada (SAES, 1998, p. 48).

De acordo com Saes (1998), a conjunção do burocratismo e do direito capitalistas acarreta em um sistema articulado em que emergem dois efeitos mais: o de isolamento ou de individualização e o de representação da unidade ou da política de interesse geral. Esses dois efeitos são importantes para a compreensão do que vem a ser a autonomia relativa do Estado capitalista para o autor e como ela se relaciona com a política econômica. Apesar de fortemente influenciado pela corrente althusseriana, a qual caracteriza autonomia relativa de todas as instâncias do capitalismo como objetos teóricos independentes a serem analisados, Poulantzas inverte essa concepção e identifica que ao invés de aspectos independentes, tais estruturas exprimem a autonomia real das instâncias na prática social (SAES, 1998, p. 55). Dessa forma, tal autonomia relativa das instâncias não é especificidade do capitalismo, mas algo inerente ao conceito de modo-de-produção em geral. O objetivo de Poulantzas é, dessa forma, analisar a forma específica que essa autonomia assume no capitalismo.

A autonomia relativa pode ser vista sob três esferas: a do político diante do econômico, a qual “equivale à não-intervenção do político na reprodução das relações de produção capitalistas” (SAES, 1998, p. 59). Por outro lado, a autonomia relativa intervencionista sobre a estrutura econômica corresponde a atuação da estrutura jurídico-política nova no sentido de transformar a própria estrutura econômica já em curso. E, por fim, a autonomia do Estado sobre as classes sociais, cuja manifestação se dá por meio da burocracia estatal e do aparelho estatal relacionado apenas aos interesses políticos das classes dominantes.

Em relação às classes dominantes, em particular a burguesia, o Estado tem um papel principal de organização. Ele representa e organiza a ou as classes dominantes, em suma representa, organiza o interesse político a longo prazo do bloco no poder, composto de várias frações de classe burguesas (pois a burguesia é dividida em frações de classe), do qual participam em certas circunstâncias as classes dominantes provenientes de outros modos de produção, presentes na formação social capitalista:

caso clássico, ainda hoje em dia, nos países dominados e dependentes, dos grandes proprietários de terra (POULANTZAS, 1981, p. 145, grifos próprios).

Dessa forma, é por meio dessa autonomia relativa em relação ao bloco no poder que o Estado capitalista exerce sua função de organização e unificação do interesse das classes dominantes, ou, no caso específico do capitalismo, das várias frações de classe burguesa. A manifestação dessa autonomia, como visto anteriormente, dá-se por meio tanto da burocracia quanto do aparelho estatal, os quais também devem ser vistos como instâncias onde a luta política de classes se manifesta. De acordo com Poulantzas, a burocracia de Estado é multifacetada, possui interesses e projetos políticos contraditórios entre os distintos aparelhos de Estado, sem uma vontade política unívoca. No entanto, há aquilo que ele denomina *unidade de aparelho*, a qual se materializa na natureza do Estado capitalista, um Estado burguês por excelência e cuja política favorece em última instância a fração burguesa hegemônica dentro do bloco no poder.

Essa unidade se estabelece por toda uma cadeia de subordinação de determinados aparelhos a outros, e pela dominação de um aparelho ou setor do Estado (o Exército, um partido político, um ministério, etc.), o que cristaliza por excelência os interesses da fração hegemônica sobre outros setores ou aparelhos, centros de resistência de outras frações do bloco no poder (POULANTZAS, 1981, p. 158).

O bloco no poder não é eterno, mas muda ao longo do tempo, o que pode influenciar a própria política do Estado, dependendo das condições histórico-estruturais e da dinâmica da luta política de classes. Evans & Rauch (1999) ao analisarem a relação entre o papel da burocracia e o crescimento econômico entre países identificam que a existência de uma burocracia desenvolvida *à la* Weber se mostra como elemento que tem forte influência sobre o desempenho econômico dos países. No entanto, pensando em um governo de cunho desenvolvimentista, a existência de uma burocracia de Estado bem desenvolvida *per se* não revela muito, pois depende dos interesses hegemônicos que constituem o bloco no poder, os quais estão condicionados tanto às disputas políticas entre frações de classe burguesa com as massas populares e entre si, à maneira de inserção histórica dos países na economia internacional e, em suma, ao componente político do comportamento social interno. Dessa forma, por exemplo, a burocracia estatal que favoreça um projeto desenvolvimentista é consequência de uma transformação institucional anterior e que permitiu consolidar determinada hegemonia de fração de classe dominante no poder. Nas palavras de Poulantzas:

A unidade-centralização do Estado, em favor atualmente do capital monopolista, se estabelece portanto por um complexo processo: por transformações institucionais do

Estado de tal forma que alguns centros de decisão, dispositivos e núcleos *dominantes* só podem ser permeáveis aos interesses monopolistas instaurando-se como centros de orientação da política de Estado e como pontos de estrangulamento de medidas tomadas “alhores” (porém dentro do Estado) em favor de outras frações do capital (POULANTZAS, 1981, p. 158, grifos do autor).

O pessoal do Estado apesar de constituir uma categoria social específica, não deixa de possuir seu lugar de classe. Nesse sentido, reproduz-se no seio do Estado e de seus aparelhos o caráter hierárquico existente na sociedade, mas agora sob outros nomes: a divisão política dirigentes-dirigidos, o que implica não considerar o seu papel diante das massas populares.

A ação do Estado no intuito de favorecer e propiciar a acumulação e reprodução do capital é ponto pacífico na literatura marxista, sendo destacado inclusive por Althusser (1970), mas é preciso denotar as diferenças de acordo com os momentos do capitalismo. Para Poulantzas (1981), o capitalismo atravessou até o momento de seus escritos três fases e em cada uma dessas fases⁴¹ o conteúdo do político e da economia se modificou, o que denota o caráter dinâmico do próprio modo-de-produção, ainda que não mude essencialmente suas estruturas. Na fase do capitalismo concorrencial, Poulantzas (1981, p. 192) argumenta que as funções econômicas do Estado se encontravam subordinadas às funções repressiva e ideológicas, isto é, aos aparelhos repressivo e ideológico. Atualmente, essa relação de subordinação das funções econômicas se inverteu, visto que elas assumiram lugar dominante no seio das funções do Estado e designam o sentido dessa dominância. Essas transformações valem também para as funções repressivo-ideológicas, que não são as mesmas das fases anteriores do capitalismo, mas mudaram à medida em que o próprio sistema mudou no intuito de propiciar a reprodução das próprias condições de produção capitalista. Não se pode, portanto, isolar as atividades econômicas do Estado em reducionismos tais como vontade política da fração hegemônica ou ação do Estado como indutora do desenvolvimento nacional. O Estado, seus aparelhos e suas funções são mais complexos e cada decisão reflete as particularidades da luta política de classes.

Esse caráter paradoxal que a política econômica assume se dá em função dessa relação contraditória no seio do Estado e de seus aparelhos, acarretando em medidas que se olhadas individualmente parecem antagônicas a qualquer projeto de classe ou fração de classe. Dessa forma, a análise *stricto sensu* da política econômica meio/instrumental se mostra incapaz de captar o sentido das transformações, que essencialmente apresentam contradições. Sobre os

⁴¹ Estado liberal do capitalismo mercantilista, Estado intervencionista do capitalismo monopolista-imperialista, Estado do capitalismo monopolista.

aparelhos de Estado, Poulantzas (1981, p. 195) complexifica a análise ao identificar que não há apenas os aparelhos repressivos e os ideológicos, nem que ao Estado cabe o mero exercício da repressão e da reprodução da ideologia dominante. É preciso ter em conta os aparelhos econômicos de Estado, que não são apenas aqueles que dizem respeito às formas pelas quais o Estado age sobre a economia, mas também aos próprios aparelhos repressivos e ideológicos, os quais assumem um papel econômico. Não se constitui propriamente em um aparelho de Estado à parte dos demais, porém os próprios aparelhos repressivos e ideológicos cumprem funções econômicas de Estado.

Este aparelho, o mais marcado pela rigidez imposta ao Estado pelo atual processo de produção e reprodução do capital, manifesta paralelamente os limites e as restrições do leque de opções políticas e das táticas possíveis na organização da hegemonia de classe (POULANTZAS, 1981, p. 196).

A questão central enfocada por Poulantzas é: por que o Estado intervém na economia? Para responder essa questão, o autor observa que historicamente não há experiência, em nenhuma fase do capitalismo, de ausência de funções econômicas do Estado. No entanto, restringir a explicação a um aspecto econômico do problema, qual seja, de que o Estado intervém na economia em setores não-rentáveis para o capital, é demasiado simplista, pois, como observa Poulantzas (1981, p. 209-210), toda intervenção estatal se insere em um contexto político específico e se concretiza como uma necessidade política.

Kalecki (1943) já tinha delineado os aspectos políticos das políticas econômicas relacionadas à concepção de pleno emprego como divididas em termos de interesses de classes e como em última instância os intelectuais orgânicos de cada fração sempre buscam argumentar cientificamente de acordo com seus objetivos. Suas observações, no entanto, não incorporam questões relacionadas ao bloco no poder ou a hegemonia de classe no Estado, mas identificam como um aspecto de interesse geral é travestido de acordo com os interesses de classe e isso influencia a própria ação governamental. As razões para uma recusa por parte dos líderes industriais a uma política governamental de pleno emprego podem ser sintetizadas em três, ou, em suas palavras,

As razões para a oposição dos 'líderes industriais' ao pleno emprego alcançado pelo gasto governamental podem ser subdivididas em três categorias: (i) desgosto pela interferência do governo no problema do emprego enquanto tal; (ii) desgosto da direção do gasto do governo (investimento público e consumo subsidiado); (iii)

desgosto das mudanças sociais e políticas resultantes da manutenção do pleno emprego (KALECKI, 1943, p. 2-3, tradução própria)⁴².

O conteúdo político das funções do Estado não se deve apenas à hegemonia do bloco no poder, nem ao poder do Estado, mas também à materialidade institucional e ao arcabouço material dos aparelhos estatais. Isso quer dizer que as dinâmicas internas de cada país são aspectos importantes para entender como se configura o papel do Estado na sociedade e, notadamente, seu papel econômico. Com relação à política econômica fim e institucional, estas podem ser vistas como o reflexo do Estado-relação e como indicativo de afirmação da própria autonomia relativa do Estado em organizar o projeto de longo prazo das classes dominantes, onde o papel da burocracia de Estado é relevante, porém não implica necessariamente o determinante para que o processo de industrialização se consolide, visto que depende da forma pela qual as relações de classe se condensam nos aparelhos estatais. Isto porque são essas políticas, como vistas anteriormente, que possibilitam reconfigurar a relação Estado-capital e dependendo de quais forem implementadas, de verificar a configuração do bloco no poder. Especificamente sobre a industrialização, políticas econômicas propostas e implementadas que influenciem a consolidação de um mercado e de relações de trabalho predominantemente assalariadas, que propiciem crédito ao setor privado ou gastos governamentais diretamente vinculados ao desenvolvimento industrial, que alterem ou proponham legislações específicas referentes à propriedade e aos recursos naturais em favor dos interesses de uma burguesia industrial, entre outras revelam, pelo menos em parte, a configuração política do bloco no poder, a qual terá forte influência nas diretrizes pelas quais a organização do interesse de longo prazo das classes dominantes serão levadas à frente. Se do ponto de vista das políticas econômicas meio é o poder executivo o responsável direto pela sua implementação, as políticas fim e institucionais dependem da interação entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, o que implica necessariamente em uma correlação de forças políticas disposta a tal transformação.

As políticas econômicas fins e institucionais traduzem a condensação da luta política de classes ao materializarem os interesses da hegemonia que se constitui no seio do Estado, pois são elas que possibilitam alterar, ou pelo menos vislumbrar mudanças, no modelo de

⁴² “The reasons for the opposition of the ‘industrial leaders’ to full employment achieved by government spending may be subdivided into three categories: (i) dislike of government interference in the problem of employment as such; (ii) dislike of the direction of government spending (public investment and subsidizing consumption); (iii) dislike of the social and political changes resulting from the maintenance of full employment”.

desenvolvimento em curso. Essa condensação, por sua vez, não é automática nem determinada a priori. No caso dos países latino-americanos depende da dinâmica que a dependência assumiu em cada país, das condições de diversificação produtiva e ascensão de novos grupos à disputa política e da consolidação de uma estrutura de Estado e de aparelhos estatais que possibilite organizar, unificar e preencher os interesses e contradições da burguesia e do bloco no poder.

No que tange ao processo de industrialização, quais políticas poderiam ser elencadas como fins e institucionais? A partir do que foi tratado anteriormente, a intencionalidade industrializante do Presidente e sua *entourage* é um precedente fundamental. Esta se manifesta por meio de uma concepção de projeto nacional, evidenciada por meio de discursos, cartas, ações políticas, acordos e alianças, assim por diante, os quais colocam a industrialização como mecanismo chave para a construção desse projeto. Tendo isso em mente, três grupos de variáveis podem ser utilizadas para apreender a possibilidade real da concretude industrializante manifestada pela intencionalidade. Em primeiro lugar, é preciso que essa intencionalidade se verifique em *políticas que atuem diretamente sobre as relações de trabalho*, buscando não apenas consolidá-las nos moldes capitalistas, mas firmar institucionalmente a divisão entre capital e trabalho. Em segundo lugar, *a definição de marcos regulatórios, seja via uso de burocracia estatal ou por meio da criação de instituições específicas que influenciem o desenvolvimento industrial* revela o caráter do sentido da ação estatal em prol da industrialização. Por fim, *a criação de linhas de crédito específicas, subsídios indiretos ou até mesmo de bancos de desenvolvimento para financiar indústrias estabelecidas ou novas*. Ainda que possa parecer derivado do segundo grupo de variáveis há um significado próprio em tratá-la de modo separado, pois ajuda a revelar o caráter nacional-desenvolvimentista ou dependente-associado dessa intencionalidade industrializante. Mais do que isso, a intencionalidade não concretizada pode revelar, também, a incompatibilidade do poder formal com o real, nos moldes de Poulantzas (1981, p. 159).

3. O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO LATINO-AMERICANO DOS ANOS 1930

Nesse capítulo procurar-se-á analisar à luz desse arcabouço teórico as distintas dinâmicas de industrialização latino-americana ao longo dos anos 1930, a relação destas com a crise de 1929 e com a luta política de classes no seio dos Estados brasileiro, argentino, colombiano e mexicano, respectivamente. Para tanto, a análise seguirá uma cronologia histórica que irá da crise de 1929 às interpretações teóricas sobre as origens da industrialização na América Latina, para depois entrar nos casos concretos dos países selecionados. Além disso, ao longo da análise dos países será sempre buscado um recorte histórico que tente entender a conjuntura política e econômica de cada um à luz da constituição histórica tanto do Estado quanto da economia e sua vinculação externa.

3.1. CRISE E RECUPERAÇÃO

Talvez seja possível dizer que a década de 1930 iniciou um pouco antes ainda, em outubro de 1929, com o *crash* da bolsa de Nova York, inaugurando um período de depressão das economias capitalistas e instabilidades políticas. Kindleberger (1975, p. 124) assevera que a velocidade do impacto da *débâcle* no mercado de ações em Wall Street sobre a produção industrial estadunidense foi espantosa em virtude da pressão que a elevação dos preços de ações exercia sobre os precários mecanismos de crédito existentes e que os sustentavam, embora o *crash* deva ser visto mais como um sinal da própria instabilidade do sistema do que propriamente uma causa da depressão. Sob números, o índice da produção industrial estadunidense caiu de 110 em outubro para 100 em dezembro de 1929. No entanto, em suas palavras, “mais impressionante do que a produção industrial foi o declínio nos preços de commodity e em importados” (KINDLEBERGER, 1975, p. 124, tradução própria)⁴³.

Os preços das *commodities* agrícolas sofreram quedas vertiginosas logo após a quebra da bolsa em Nova York, com destaque para o café, o qual apresentou a pior variação média entre setembro e dezembro de 1929 e continuou por mais três anos. Em situação semelhante se encontravam outros produtos exportados por países latino-americanos, tais como cacau,

⁴³ “More impressive than industrial production was the decline in commodity prices and in imports”.

borracha e trigo (KINDLEBERGER, 1975, p. 124-125). Além da queda nos preços, um impacto forte se deu sobre as importações estadunidenses, não apenas em novas compras, mas inclusive em cancelamentos de negociações já acordadas, especialmente de *commodities* agrícolas, assim como queda brusca no movimento de capitais para a periferia do sistema capitalista.

Entretanto, em *commodities* tais como cacau, café, borracha, seda e estanho, ativamente comercializadas no mercado de commodity de Nova York, *commodities* enviadas em consignação podem ter sido registradas nos lucros comerciais a preços correntes. Pode ter havido consideráveis cancelamentos de ordens de importações quando o mercado caiu (KINDLEBERGER, 1975, p. 125, tradução própria)⁴⁴.

Furtado (2007) ao analisar os significados da crise de 1929 sobre os países latino-americanos, argumenta a crise impactou severamente sobre o setor público em função da enorme dependência do intercâmbio externo e da entrada de capitais para a formação da renda interna. Isso significa, como já dito no primeiro capítulo, que os próprios países latinoamericanos reagiram diferentemente à crise em função de suas respectivas estruturas produtivas, mesmo que todas tenham em comum o caráter subdesenvolvido. Fato é, no entanto, que a reação dos países se deu em função do contágio da depressão mundial inaugurada em 1929 via alteração nos preços relativos no comércio internacional, a qual se seguiu a uma deterioração no balanço de pagamentos, e os países que ao longo do século XIX lograram uma maior diversificação produtiva, tiveram melhores condições de arrefecer a queda na renda oriunda da crise de 1929. De acordo com Díaz-Alejandro (1980, p. 356), com exceção da Argentina, todos os países da região suspenderam o pagamento da dívida externa como consequência das restrições através da conta de capital em função da retração no influxo de capitais externos. Como síntese desse período e das políticas implementadas para responder às adversidades colocadas, Bértola & Ocampo (2013, p. 180) resumem da seguinte maneira o sentido do keynesianismo periférico antes de Keynes:

A forte contração do comércio e da ausência de financiamento externo fizeram inevitáveis a adoção de fortes medidas de ajuste para equilibrar a balança de pagamentos. Isso envolveu diversas combinações de instrumentos já mencionados: desvalorização, geralmente acompanhada de tipos de câmbios múltiplos, aumento de tarifas alfandegárias, controles cambiais e de importações e moratória no serviço da dívida externa (BÉRTOLA & OCAMPO, 2013, p. 180, tradução própria)⁴⁵.

⁴⁴ “*In commodities such as cocoa, coffee, rubber, silk and tin, however, actively traded on the New York commodity market, commodities sent on consignment might be recorded in the trade returns at current prices. There may have been sizeable cancellations of import orders when the market fell*”.

⁴⁵ “*La fuerte contracción del comercio y de la ausencia de financiación externa hicieron inevitable la adopción de fuertes medidas de ajuste para equilibrar la balanza de pagos. Ello implicó diversas combinaciones de los*

No que tange aos objetivos desse trabalho, o cerne da questão reside na influência que essa crise e as consequentes respostas tomadas tiveram para o processo de industrialização na América Latina. As políticas sumarizadas acima representam os principais mecanismos de atuação instrumental do governo via política econômica em um cenário de forte crise mundial. No entanto, mais do que uma crise, a vivenciada a partir de 1929 configura um verdadeiro ponto de inflexão na dinâmica do capitalismo mundial por retratar, de um lado, a crise da hegemonia britânica representada pelo padrão-ouro e pela prática liberal⁴⁶ do livre-comércio e, por outro, as consequências da divisão internacional do trabalho gestada ao longo do século XIX para as economias latino-americanas. Isso não implica dizer, no entanto, que antes de 1929 não houve crises internacionais de grande porte ou que depressões agudas fossem novidades a partir de então. Talvez a grande especificidade de 1929 em relação às anteriores do século XIX tenha sido o fato de que a instabilidade intrínseca do capitalismo não foi estabilizada por nenhuma das potências econômicas com capacidades para tal, seja por incapacidade ou por ausência de ação deliberada (KINDLEBERGER, 1975, p. 292). Dessa forma, a proliferação dos efeitos da crise foi acentuado, embora não igualitário, especialmente sobre os países com modelo de desenvolvimento primário-exportador, não apenas por conta da dependência da demanda externa, mas fundamentalmente em função da enorme dependência de fluxos financeiros internacionais que financiavam boa parte da infraestrutura dos países latino-americanos.

Excetuando-se o período de impacto inicial da Grande Depressão, 1929-1931, Bulmer-Thomas (1994, p. 97) apresenta dados do crescimento do PIB que corroboram a observação feita. Entre 1932 e 1939, o PIB brasileiro cresceu a taxas médias de 6,5% ao ano, seguido de perto pelo PIB mexicano, que cresceu a taxas médias de 6,2% ao ano. Por outro lado, no caso argentino e colombiano, as taxas médias de crescimento do PIB foram, respectivamente, de 4,4% e 4,8% ao ano. Nesse sentido, poderíamos agrupar os quatro países em dois grupos distintos de crescimento ao longo da década de 1930: os com maior taxa média, caso do Brasil e do México, e os com menor, Argentina e Colômbia. Entretanto, os números apresentados não mostram as fontes do crescimento, abrangendo tanto a expansão do mercado interno

instrumentos ya mencionados: devaluación, generalmente acompañada de tipos de cambios múltiples, aumento de aranceles, controles de cambios e importaciones y moratoria en el servicio de la deuda externa”

⁴⁶ Talvez fosse melhor utilizar o termo *liberismo*, cunhado por Giovanni Sartori e que designa as teorias econômicas que apregoam o livre-mercado como melhor forma de organizar a produção e a distribuição material da vida. Nesse sentido, a doutrina político-filosófica do *liberalismo* seria aquela que lida com questões relacionadas à liberdade, notadamente a individual, e aos limites do Estado no que tange a essa liberdade. Para uma discussão aplicada do termo ver Rotondi (2010).

quanto a do mercado externo, ainda que este apresentasse significativa contração no período. A pergunta que fica é: quais as fontes da recuperação econômica dos países selecionados?

Bulmer-Thomas (1994, p. 91) apresenta um quadro sintético dos países latino-americanos de acordo com uma análise qualitativa das fontes do crescimento econômico na década de 1930⁴⁷. Nos quatro casos selecionados, as fontes de recuperação, de acordo com o autor, foram via industrialização por substituição de importações (ISI), porém, como visto anteriormente, os resultados foram distintos.

Analisando o percentual da produção industrial em relação ao PIB como um indicador do setor industrial, entre 1932 e 1939, percebe-se que a Argentina ainda mantinha a condição de país mais industrializado (22,7%) da região, se comparada com o Brasil (14,5%), a Colômbia (9,1%) e o México (16%). (BULMER-THOMAS, 1994, p. 105). Sendo assim, mesmo a Argentina apresentando maior peso industrial no período dentre os países da região, sua recuperação frente à crise de 1929 foi inferior, se medida pela taxa média de crescimento do PIB, em relação à do Brasil e do México. Além disso, a própria crise por si só não propiciou uma recuperação igualitária entre os países, ainda que a condição de economias exportadoras de produtos primários fosse um elemento de semelhança entre eles.

Bértola & Ocampo (2013, p. 186) apresentam uma análise quantitativa a respeito do percentual das fontes do crescimento econômico ao longo dos anos 1930 para uma série de países da região. Tomando os dados especificamente para os países selecionados, percebe-se uma significativa diferença a respeito do uso da demanda interna e da substituição de importações como fontes de recuperação, onde Brasil e México aparecem como os que mais utilizaram a ISI como mecanismo de recuperação, ao passo que no caso da demanda interna apenas a Argentina se mostrou pouco sensível.

⁴⁷ O autor separa os países latino-americanos em três grupos: 1) países de grande recuperação, cujo crescimento do PIB real, entre 1929 e 1939, foi maior do que 50%; 2) países de média recuperação, com crescimento do PIB real no período superior a 20%; e, por fim, 3) o grupo dos países de baixa recuperação, em que o PIB real cresceu menos de 20% no período analisado. Para os quatro países aqui analisados, Brasil e México figuram no primeiro grupo e Argentina e Colômbia no segundo.

Tabela 5 – Fontes do crescimento econômico nos países selecionados, 1929-1939

	1929-1939			
	DI (%)	Export (%)	SI (%)	Total (%)
Brasil	1,8	0,4	0,9	3,1
México	3	-1,4	0,8	2,3
Argentina	1	-0,2	0,6	1,4
Colômbia	2,9	0,3	0,6	3,8

DI = demanda interna

Export = exportações

SI = industrialização por substituição de importações

Fonte: Bértola & Ocampo (2013, p. 186). Elaboração própria.

A Tabela 5 permite verificar as diferenças quantitativas entre os países no que tange às fontes da recuperação após a crise de 1929. Vale ressaltar o caso da Colômbia, cuja recuperação via demanda interna foi acentuada e impactou no maior percentual total de recuperação no período em questão, embora a recuperação via ISI tenha sido inferior à de Brasil e México. Furtado (2007) procura explicar esse fenômeno colombiano, que por sua vez indica um aparente desencontro com a proposta desse trabalho. A questão é que o grau de industrialização da Colômbia em 1929 era muito incipiente em relação aos demais países da região em decorrência da incapacidade do setor exportador do país, predominantemente cafeeiro, de converter o excedente monetário em maior ímpeto industrializante. Isso de fato ocorreu de forma mais pujante em meados dos anos 1920, o que ajuda a entender a elevada taxa de recuperação via demanda interna no país.

Contudo, o coeficiente de industrialização que a Colômbia apresentava em 1947 já havia sido superado pela Argentina, o México e o Brasil em 1929. Foi nesses três países que o processo de substituição de importações, como fator de estímulo à industrialização, se manifestou em sua plenitude (FURTADO, 2007, p. 193).

A crise de 1929 significa, portanto, uma possibilidade de inflexão no modelo de desenvolvimento em curso dos países da região, ainda que essa possibilidade seja condicionada pela história de cada país e da relação desta com a hierarquia na economia internacional. No que diz respeito às interpretações sobre o processo de industrialização latino-americano, os anos 1930 têm sido vistos, por um lado, como o ponto de inflexão para o desenvolvimento industrial da região em função do contexto externo, ao passo que, por outro, essa década é relativizada devido a já existência de indústrias na região em quantidade e qualidade significativas antes mesmo da crise de 1929. Tentar-se-á na próxima seção

sumarizar essas interpretações para posteriormente avançar na discussão específica de cada país a partir do arcabouço teórico construído.

3.2. AS INTERPRETAÇÕES SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO LATINO-AMERICANA

Lewis (1986) argumenta que antes de 1930 já havia indústrias de modo significativo na América Latina, cuja história pode ser observada sob três períodos distintos. O primeiro deles corresponde às décadas imediatamente após as independências, até meados de 1870. O segundo período diz respeito à clássica expansão industrial a partir das exportações – *export-led expansion* –, entre 1870 e a Primeira Guerra Mundial. Por fim, o terceiro e último período de sua cronologia vai da Primeira Guerra Mundial à Grande Depressão de 1929, a qual se situa como um período de alterações na escala produtiva manufatureira e na composição do *output* industrial. Estes, por sua vez, devem-se, pelo menos em parte, à fase anterior de modernização institucional, desenvolvimento de certas infraestruturas importantes, tais como as ferrovias e geração de energia, além da própria expansão agroexportadora associada ao aumento do mercado interno.

Dessa forma, o autor minimiza a tese de que ao longo do século XIX, no período pós-independências, o livre-comércio como prática política tenha destruído o desenvolvimento de indústrias até então. Para tanto, ele pondera que isso pode ter ocorrido nas capitais e províncias mais ricas dos países, porém nas áreas mais afastadas, como o noroeste argentino, o efeito de tais políticas teve consequências no incentivo ao abastecimento de zonas próximas, ainda que por pouco tempo. O segundo período da industrialização latino-americana em sua interpretação marca, também, um processo de intensificação da integração latino-americana com a economia mundial. Esse processo acarretou uma crescente desnacionalização dos empreendimentos industriais até então em curso, seja porque as atividades em certos locais eram capital-intensivas ou pela crescente posição dominante da política externa dos EUA, notadamente na América Central e Caribe.

Em termos gerais, os argumentos levantados acima se dirigem especialmente à interpretação estruturalista da industrialização latino-americana, a qual ganhou força a partir da instituição da Cepal. Tavares (1973) parece constituir uma espécie de síntese desse

pesamento cepalino que via na restrição externa oriunda da crise internacional o motor para o deslocamento do centro dinâmico na América Latina. Nessa visão, as exportações dos países centrais – particularmente os da Europa Ocidental e os EUA – apesar de serem um componente importante na dinâmica da renda nacional, não eram as únicas fontes nem a principal, visto que os investimentos em inovações tecnológicas cumpriam papel de variável endógena do desenvolvimento. Já na América Latina, as exportações correspondiam à principal parcela autônoma do crescimento econômico e, conseqüentemente, o centro dinâmico de toda a economia.

O significado das exportações terem sido o centro dinâmico das economias latino-americanas desde a independência até a década de 1930 deveu-se, na visão estruturalista, ao fato de que a própria diversificação produtiva interna estava condicionada pela demanda externa. Isso não impediu, é verdade, o estabelecimento de certas indústrias de bens de consumo tradicionais e de baixa produtividade como consequência da urbanização em curso. Entretanto, nas palavras de Tavares (1973):

O que nos interessa assinalar, porém, é o fato de que essa reduzida atividade industrial, juntamente com o setor agrícola de subsistência, eram insuficientes para dar à atividade interna um dinamismo próprio. Assim, o crescimento econômico ficava basicamente atrelado ao comportamento da demanda externa por produtos primários, dando o caráter eminentemente dependente e reflexo de nossas economias (TAVARES, 1973, p. 31).

Um ponto fundamental do argumento estruturalista reside na questão da dualidade produtiva existente na América Latina, a qual se caracteriza por uma nítida divisão do trabalho social entre os setores externo e interno, onde o primeiro tinha alta rentabilidade e especialização, ao passo que o último apresentava baixa produtividade e caráter de subsistência. Dito de outra forma, a incapacidade das indústrias de bens de consumo tradicionais no período anterior à crise de 1929 em se afirmarem como centro dinâmico das economias latino-americanas se devia a uma ausência de complementaridade entre os setores moderno (industrial) e os tradicionais (rural). A predominância de estruturas produtivas arcaicas no meio rural só pode ser driblada em meio a restrição externa oriunda da crise internacional, ainda que o desenvolvimento industrial continuasse condicionado por essa situação de heterogeneidade produtiva das economias latino-americanas. Sendo assim, para a interpretação dos “choques adversos” a década de 1930 representou uma inflexão no modelo de desenvolvimento da região, ainda que não de forma igualitária.

O ponto central de crítica à ideia da dualidade das economias latino-americanas e à interpretação dos “choques adversos” por parte de Lewis (1986) reside no que ele caracteriza como imagem dicotomizada da industrialização, a qual se mostra incapaz de analisar os efeitos da crise de 1929 e das guerras mundiais sobre os países da região de forma diferenciada, pois ao invés de aumentarem o isolamento comercial, intensificaram a aproximação com os países centrais, pelo menos em alguns casos, tal como ocorreu com a Argentina com o pacto Roca-Runciman, em 1933. Sobre a dualidade, a crítica reside em três pontos, quais sejam, a existência de unidades de produção capital-intensivas em algumas linhas de produção doméstica de não-duráveis, a existência de uma oferta de bens industriais mais ampla do que se imaginava, e, por fim, o fato de que algumas economias com processos de industrialização mais avançados possuíam algumas áreas de indústria pesada, especialmente relacionadas às ferrovias e algumas companhias de serviços públicos.

Furtado (2007) caracteriza a industrialização latino-americana sob duas fases, sendo a primeira induzida pelas exportações e a segunda de tipo substituição de importações. Nesse sentido, sua interpretação se configura fundamentalmente em acordo com a de Tavares (1973) e trata da década de 1930 como um ponto de importante mudança na dinâmica do processo. Bértola & Ocampo (2013), por outro lado, oferecem uma interpretação de mais longo prazo a respeito desse processo especificamente no que diz respeito ao *state-led industrialization*, dividindo-o em três fases distintas da substituição de importações. A primeira é considerada pragmática e vai de meados dos anos 1930 à Segunda Guerra Mundial e se institui com base na variação dos preços relativos e nas respostas de políticas econômicas implementadas no período. Já a segunda fase desse tipo de industrialização é denominada pelos autores de clássica, entre o fim da guerra e meados dos anos 1960, combinando novos instrumentos da relação Estado e capital nesse processo, tais como, regulações setoriais de crédito ao setor privado e de taxas de juros, incentivos fiscais e gastos públicos em setores estratégicos, subsídios de preços para empresas estatais, leis de similares, dentre outros. No entanto, assim como na primeira fase por eles relatada, a escassez de divisas foi determinante para as estratégias (BÉRTOLA & OCAMPO, 2013, p. 198). A última fase constitui a etapa madura do processo, o qual implicou crescentes disparidades regionais entre os países, especialmente entre a segunda metade dos anos 1960 e o primeiro choque do petróleo (1973), com destaque para algumas experiências de fomento maior a exportações industriais.

Todas essas interpretações deslocam olhares distintos para um fenômeno semelhante, mas parece consenso o fato de que a partir da década de 1930 a industrialização latino-americana

contou com presença marcante, e em muitos casos deliberada, dos Estados Nacionais. Ainda assim é preciso pontuar que, nos propósitos desse trabalho, ter indústrias e crescimento industrial não necessariamente implica um processo de industrialização. Dessa maneira, a crítica de Lewis (1986) às interpretações cepalinas mais rígidas do processo de industrialização latino-americano apresentam fortes argumentos no sentido de invalidar uma suposta tese que desconsidere as indústrias existentes na região antes de 1930. Porém, o argumento que caracteriza a década de 1930 como um ponto de inflexão nesse processo, pelo menos para alguns países, tem força se os olhares se deslocam comparadamente para as transformações institucionais entre os países nesse período, como enfatiza a visão de *state-led industrialization* comentada por Bértola & Ocampo (2013, p. 198-211) e de forma semelhante em Furtado (2007, p. 183-198). Além disso, essas interpretações aqui sumarizadas ao tratarem da política econômica enfatizam especialmente as de caráter instrumental, ainda que seja possível complexificar a análise e identificar intencionalidade industrializante em suas formulações. Contudo, como já comentado anteriormente, a partir da crítica de Cardoso & Faletto (2004), o propósito desse trabalho é tentar por meio de uma análise de economia política compreender como as diferentes respostas para a crise de 1929 estão associadas a distintas dinâmicas na relação entre as classes sociais e os Estados. Visto dessa forma, a análise das distintas respostas industrializantes deixa de ter um caráter meramente econômico, mas fundamentalmente político, onde determinadas políticas econômicas fins e institucionais levadas à frente em alguns países ajudam a evidenciar uma certa hegemonia do bloco no poder que favoreça interesses industriais, além, é claro, dos próprios interesses de Estado.

3.3. O BRASIL COMO CASO TÍPICO

Caso se entenda a industrialização como um processo que se desencadeia como uma resposta a uma crise em que os elementos de ordem econômica tratados em Cohn (1968) se associam a uma determinada oportunidade histórica para tal, e tem-se em mente a especificidade do caso latino-americano frente ao momento histórico do capitalismo mundial, é possível ver o Brasil como um caso típico. Nele intencionalidade industrializante se associou a transformações institucionais específicas em um cenário político que sustentou tais práticas (FONSECA, 2003; FURTADO, 2007, p. 194-198; DRAIBE, 1985, p. 11-137).

Há uma longa tradição na historiografia econômica e política sobre o Brasil a respeito dos elementos constitutivos da industrialização, assim como das controvérsias que os envolvem. Não se propõe aqui uma longa análise dessas questões, mas uma síntese do debate a fim de lançar as bases para um estudo comparado em relação a Argentina, Colômbia e México. Nesse sentido, os grupos de políticas econômicas fins e institucionais identificadas no segundo capítulo desse trabalho como fundamentais para apreender a natureza da hegemonia do bloco no poder, tomados, é claro, em sentido *lato*, podem ser vistos no Brasil ao longo da década de 1930 como aspectos da concretude que a intencionalidade industrializante assumiu no país a partir da chamada Revolução de 1930.

É preciso, no entanto, ter em mente a referência teórica pela qual nos permite afirmar que a crise de 1929, e mais especificamente o ano de 1930, configura-se como um momento de inflexão no modelo de desenvolvimento brasileiro. Trata-se da constituição do capitalismo no Brasil e de sua respectiva Revolução Burguesa com base em Fernandes ([1975] 2011). Seria incongruente com a proposta desse trabalho tratar a década de 1930 como um período de continuidade na dinâmica econômica do país – quiçá latino-americana também –, visto que desde o início tomou-se a industrialização como um processo não-automático nem consequencial das economias capitalistas. Nessa perspectiva, os respectivos processos de industrialização precisam ser vistos como frutos de transformações políticas que criam novas estruturas institucionais e moldam a relação Estado e capital. Segue-se aqui a assertiva de Zysman (1994), o qual entende que “não é apenas uma acumulação de investimentos em capital que conduz o crescimento. Mais do que isso, o crescimento é uma função da acumulação de apostas tecnológicas que criam novos usos para e meios de empregar capital” (p. 260, tradução própria)⁴⁸.

De acordo com Florestan Fernandes (2011), a Revolução Burguesa é vista como um processo e não como um *click* histórico. Dessa maneira, a Revolução existe porque nem sempre houve capitalismo no Brasil. Nesse sentido, tal processo revolucionário se caracteriza como sendo de transformações socioeconômicas que só se realizam no clímax da evolução industrial capitalista e não apenas como uma mudança quantitativa concentrada no tempo.

Para Florestan, duas rupturas para a instauração da ordem competitiva eram necessárias: 1) o fim do estatuto político colonial; e 2) a abolição da escravidão com a consequente

⁴⁸ “it is not just an accumulation of capital investments that drives growth. Rather growth is a function of the accumulation of technological bets that create new uses for and means of employing capital”.

generalização do assalariamento como relação social de produção. Portanto, a Revolução Burguesa se apresenta como um processo de acomodação negociado e gradual, cujo início pode ser verificado ainda em 1808, representando a ruptura do estatuto colonial e a formação de uma burguesia comercial brasileira.

A Revolução Burguesa, no entanto, ocorre no contexto de uma economia colonial, periférica e dependente, visto que os elementos cruciais da dinâmica interna podem ser resumidos em três: “1) predominância da exportação; 2) importação como mecanismo corretivo da especialização na produção agrícola; 3) dependência em face do exterior para formar e aplicar o excedente econômico” (FERNANDES, 2011, p. 110). Tal situação criou as bases para o desenvolvimento interno do capitalismo brasileiro fundamentado em uma modernização localizada tanto geográfica quanto em termos dos agentes promotores do processo.

Portanto, foi revolução porque consolidou a ordem social competitiva ante a condição prevalecente anterior, isto é, a do tipo senhorial, a qual por si mesma é a própria negação da condição burguesa. Além disso, a Revolução alterou “a mentalidade e o comportamento do agente econômico mais privilegiado da economia escravista”. (FERNANDES, 2011, p. 184). Seu caráter burguês se dá exatamente por estas duas características que se associam na consolidação do poder burguês e na formação de uma sociedade capitalista de classes no Brasil, sem, no entanto, romper com o caráter heteronômico da economia brasileira.

Dois elementos fundamentais para a formação da burguesia industrial brasileira precisam ser tidos em conta, isto é, a transformação do “fazendeiro do café” em “homem de negócios” e a imigração européia, especialmente no estado de São Paulo⁴⁹. Dentro desse contexto, a partir de 1850 há um importante movimento de constituição dessa burguesia nacional ao se instituírem o fim do tráfico de escravos, a lei de terras e a posterior abolição da escravatura. Tais processos evidenciam avanços na instauração do assalariamento como relação predominante no complexo cafeeiro e do aprofundamento da monetização da economia brasileira, os quais, por sua vez, marcam mais uma fase no processo da Revolução Burguesa no Brasil. As bases foram lançadas para que a partir de 1930 ocorresse a “oportunidade

⁴⁹ Sánchez-Alonso (2008, p. 395-406) destaca que entre os países latino-americanos, o Brasil se destacou como tendo a mais intensa política de imigração. As consequências dessa política se deram, fundamentalmente na manutenção de uma oferta constante de força de trabalho e na manutenção de um nível de salários baixos, o que fortaleceu a acumulação da burguesia cafeeira paulista. Dessa forma, capitalizaram-se as relações de trabalho no país.

histórica” da industrialização, para utilizar uma expressão de Cohn (1968), pois ao aprofundar a monetização da economia e fortalecer a generalização do assalariamento, garante-se que o excedente monetário do circuito D-M-D’ se concentre em uma classe cuja mentalidade e comportamento já são capitalistas. É nesse sentido que se deve tomar o complexo cafeeiro como *locus* de dinamismo e diferenciação interna no período da República Velha, e onde as alternativas de desenvolvimento a partir de 1930 poderiam ser consideradas, dado que a divisão social do trabalho forjada no âmago do complexo cafeeiro se articulou em torno de três classes ou frações de classes sociais, quais sejam, a burguesia mercantil-exportadora, a burguesia industrial e o proletariado (DRAIBE, 1985, p. 28-29).

Perissinotto (1997, p. 399) destaca que o período da República Velha pode ser visto como uma crescente burocratização e consolidação do aparelho estatal paulista, mas principalmente por possibilitar a constituição da burocracia estatal na condição de uma categoria social específica. Partindo de Poulantzas, o autor trata do fenômeno chamado de burocratismo, o qual é típico do Estado capitalista e possibilita, pelo menos em parte, a explicação da autonomia relativa do Estado frente às classes sociais. O ponto importante dessa crescente burocratização do aparelho estatal paulista fundamentou a própria orientação da política econômica no período, a qual seguiu de forma significativa um caráter não apenas de classe, mas cada vez mais de interesse geral. Esse fenômeno está diretamente associado à transformação do “fazendeiro de café” em “homem de negócios”, mas também no enraizamento de uma orientação por parte da burocracia em formação na condução da política econômica, parte importante da maneira pela qual a autonomia relativa do Estado se apóia.

Nesse sentido, jamais podemos ignorar que a “política econômica” por excelência, no período em pauta, foi sempre a política de valorização do café. No entanto, enquanto burocratas, a reprodução da economia exportadora seguia direções e orientações tipicamente estatais, submetidas a determinações de caráter mais amplo que o estreito horizonte de classe, às vezes frontalmente contrárias aos interesses do grupo social no qual os decisores eram recrutados (PERISSINOTTO, 1997, p. 20).

O Brasil se mostrou peculiar na transição rumo a uma economia capitalista, urbana e industrial e isso se deve à natureza da estrutura de classes que se configurou. Esta possibilitou a incorporação de demandas dos setores médios tradicionais em função da debilidade da oligarquia dominante em se afirmar politicamente. Dessa forma, configurou-se uma estrutura política com condições de favorecer esses interesses médio-urbanos em ascensão. No limite, a partir de 1930 o processo de centralização política ganhou maior ímpeto sob o comando de

Vargas e da formulação de uma nova política, em que toda essa configuração social foi posta à mesa frente a adversidade do contexto externo.

Essa política sustentou no plano econômico a defesa do nível de emprego e, por conseguinte, do mercado interno e da indústria nacional, por meio de fortes investimentos estatais na infra-estrutura assim como pela ampliação dos controles governamentais (CARDOSO & FALETTO, 2004, p. 90).

A Revolução de 1930 pode ser vista, portanto, como revolução por ter tido como consequência a consolidação política da hegemonia industrial, pois a burguesia agrária não via a indústria como rival ou concorrente, mas como parceira⁵⁰. Isso não se deu, é claro, por mera vontade ou luz interior na formação das visões de mundo das burguesias agrárias no país, mas fundamentalmente em decorrência da fragilidade que as oligarquias tiveram em se impor hegemonicamente, abrindo espaço para a ascensão, ainda que modesta, de outros grupos e ideias. Entretanto, ao invés de propiciar uma democratização por meio da incorporação das massas populares, esse processo de transformações econômicas, sociais e políticas marginalizou-as. É nesse sentido que se entende aqui o conceito de *modernização conservadora* como a tônica do desenvolvimento econômico brasileiro. A partir de 1930, configura-se uma inflexão na dinâmica do desenvolvimento da economia brasileira, ainda que diversos aspectos se mantenham. O fato é que se muda a forma, muda-se também a essência do processo.

A libertação do “conteudismo” metafísico implica não a negação dos elementos de permanência – a qual também levaria a uma visão parcial do processo histórico –, mas detectar as mudanças das formas através das quais exatamente se reproduzem determinadas regularidades. Assim, se a partir de 1930, por exemplo, permaneceu a concentração de renda do período anterior, certamente ela foi assegurada sob novas condições (FONSECA, 1999, p. 242).

O intervencionismo da década de 1930 começa em relação ao café no sentido de nacionalizar a política de defesa do produto, mas não se limita a ele. Fortaleceu-se um processo de racionalização e modernização do aparelho estatal, não mais em termos regionais, porém nacionais, no bojo da consolidação da hegemonia industrial, a qual se reafirmou após a

⁵⁰ No Brasil houve, a partir da segunda metade do século XIX, um intenso debate entre os “nacionalistas-agrários” e os partidários da “indústria natural”. Os primeiros destacavam uma espécie de vocação agrária do Brasil e, por isso, colocavam-se veementemente contra qualquer ímpeto industrializante. Dois de seus principais representantes foram Américo Werneck e Alterto Torres. Já os segundos defendiam a indústria com base no pragmatismo das decisões políticas e nas experiências industriais das nações “civilizadas” como elementos-chaves para livrar-nos da condição de colônia. Dois importantes membros desse grupo foram Amaro Cavalcanti e Serzedelo Corrêa. Uma síntese sobre os precursores do pensamento industrializante e das influências teóricas sobre a formação do desenvolvimentismo no Brasil pode ser vista em Fonseca (2004) e Salomão (2013).

vitória de Vargas sobre a Revolução de 1932 contra as forças reacionárias paulistas e, mais ainda, após a instituição do Estado Novo, em 1937. Ao longo dessa década, uma série de novas instituições foi criada no contexto de centralização do aparelho econômico de Estado, a qual ajuda a revelar não só a intencionalidade industrializante de Vargas, mas principalmente a transição hegemônica do bloco no poder. É nesse quadro de instabilidades políticas oriundas da própria constituição da estrutura de classes da sociedade brasileira que a autonomia relativa do Estado se afirmou e deu sentido às novas transformações.

Draibe (1985, p. 82-136) e Fonseca (2003) realizam uma análise crítica das diversas instituições criadas, das formas pelas quais o Estado passou a agir na regulação e coordenação estratégica da economia brasileira e as implicações dessa conjuntura que Furtado ([1959] 2007, p. 274-285) chamou de deslocamento do centro dinâmico da economia. No que tange aos grupos de variáveis definidas anteriormente como centrais para que um processo de industrialização tome forma, pode-se dizer que todos os três grupos estiveram presentes ao longo das transformações na economia brasileira, o que ajuda a tomar o país como parâmetro de comparação nesse período. Isso significa dizer que o sentido do intervencionismo estatal sobre a economia se deu no intuito de centralizar as ações, diversificar e coordenar a economia, o que fica claro já nos discursos de Vargas ao longo da década de 1930.

No mercado de trabalho, já entre 1930 e 1931 criaram-se duas importantes instituições que fortaleceram a regulação do Estado sobre as relações de trabalho e o capital: o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930) e o Departamento Nacional do Trabalho (1931). A criação desses órgãos diretamente ligados à indústria “vem demonstrar, indubitavelmente, a preocupação do governo com o setor industrial e com a regulamentação das relações capital/trabalho” (FONSECA, 1999, p. 205). A criação de ambos órgãos possibilitou a organização centralizada das estruturas sindicais e da própria burocracia de Estado associada a ela, o que fica mais claro ainda na implementação do regime de sindicato único ao concentrar os conflitos de classe em uma única instituição diretamente ligada ao aparelho de Estado Nacional. Na sequência disso, novos hábitos surgiram, novas práticas trabalhistas e novas ferramentas para a mediação dos conflitos de classe, tais como o regulamento do trabalho das mulheres (1932), a Comissão do Salário Mínimo (1936) e posteriormente a regulamentação do mesmo (1938), já no Estado Novo. A continuidade dessa regulamentação e coordenação das relações de trabalho seguiu de maneira mais acentuada no Estado Novo, cujo marco pode ser visto na Consolidação das Leis do Trabalho (1943) e de uma estatização da legislação trabalhista, aspecto fundamental para o aprofundamento do capitalismo como

elemento modernizador do país, concepção presente de maneira generalizada nos discursos de Vargas. Como consequência mais imediata dessa longa mudança institucional foi a intensificação do crescimento e da diversificação da classe operária ao longo do período, cujo significado para a indústria é notório, pois representa uma crescente oferta de mão-de-obra e a regulação da subsistência dos trabalhadores (FONSECA, 1999, p. 431).

Já no Estado Novo, os rumos que favoreceram a relação Estado e capital no sentido da industrialização e, conseqüentemente, no desenvolvimento do capitalismo em construção no Brasil, aprofundaram-se ainda antes, com a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (1936), “a qual deveria financiar a criação de novas indústrias e a expansão das já existentes, concedendo empréstimos com prazos de até dez anos” (FONSECA, 1999, p. 209). Dessa forma, uma importante mola propulsora do tripé econômico-institucional para a industrialização ganhou forma, qual seja, a questão do financiamento. Mais do que uma política monetária expansionista, esse mecanismo criado intensificou a ação do Estado para a industrialização ao deliberadamente fomentar novos empreendimentos industriais e a expansão dos já existentes. Isso se explica pela mudança na correlação de forças políticas após 1930, a qual contou com intensa participação dos interesses da burguesia industrial em ascensão e, também, nos interesses de Estado em garantir emprego e renda como elementos de mediar as relações de classe⁵¹.

Codato (2008) trabalha em sua tese a ideia de que as transformações institucionais ocorridas na sociedade brasileira, e em especial a partir do Estado Novo, configuraram uma nova relação entre as elites e a política no país. Seu foco se dá sobre o Departamento Administrativo do Setor Público no estado de São Paulo e a partir dele o autor conclui que a configuração desse aparelho de Estado em nível regional permitiu que uma fração de classe dirigente pudesse de maneira autoritária representar politicamente seus interesses. Nesse sentido, isso evidencia a transição hegemônica das classes dominantes de São Paulo frente ao novo modelo institucional inaugurado a partir de 1930 e reforçado com o Estado Novo, fortalecendo a perspectiva do projeto varguista.

⁵¹ É preciso ter em conta a atuação dos militares, especialmente dos tenentes, ao longo desse processo. De uma maneira geral, esse movimento tenentista pode ser visto dentro do escopo de reivindicações dos setores médios-urbanos da sociedade brasileira – ainda que haja questões próprias, tais como planos de carreira, inserção política e recursos para as Forças Armadas – e, por isso, não cabe aqui tratá-lo demasiadamente. Além deles, outros movimentos sociais e culturais influenciaram os rumos das mudanças desde meados dos anos 1920 e influenciaram a formação da Aliança Liberal, como, por exemplo, o modernismo. Para uma análise detalhada desse processo, ver Fonseca (1999, p. 107-137).

A criação e reorganização de novas instituições e órgãos estatais foram além da perspectiva de regular a relação capital e trabalho ou do financiamento industrial. Vários novos mecanismos foram criados ao longo dos anos 1930 e evidenciam tanto a opção industrializante do Poder Executivo quanto a correlação de forças políticas que possibilitou a concretização dessa diversificação produtiva do país e da formação de uma política econômica em termos nacionais. Representam essa afirmação o Conselho Federal do Comércio Exterior, o Plano Geral de Viação Nacional e a Comissão Nacional de Similares, todos de 1934; além, é claro, do Conselho Técnico de Economia e Finanças, em 1937. Todas essas instituições representam aspectos dessa nova forma de pensar o desenvolvimento brasileiro a partir de 1930, novos marcos regulatórios e instituições específicas que atuaram diretamente sobre o desenvolvimento industrial, seja na questão dos transportes e da integração nacional ou na formulação de políticas específicas para setores, na construção de novos acordos comerciais, entre outros. A própria criação, por exemplo, do Instituto do Açúcar e do Alcool (1933) viria a cumprir um objetivo já declarado por Vargas em discurso, qual seja, o de criar uma indústria nacional de combustíveis (FONSECA, 1999, p. 214). Um ponto importante ainda não tratado especificamente, mas que está diretamente associado à questão das relações de trabalho, diz respeito à questão do ensino e das transformações educacionais ocorridas em larga escala a partir de 1930. Como mostra Draibe (1985, p. 71), a transformação do ensino em algo mais voltado aos interesses comerciais e industriais se deu já em 1931, com a criação da reforma do ensino comercial e culminou na instituição do sistema Senai-Senac para a educação e o treinamento dos trabalhadores urbanos, em 1942. Nesse sentido, Fonseca (1999, p. 233) evidencia que a questão educacional já estava presente na plataforma da Aliança Liberal, no sentido de transformar o ensino mais “humanístico” em favor do “técnico-profissionalizante”. A indústria certamente tem interesse nisso, mas ao mesmo tempo o Estado, pois se relaciona diretamente com o nível de emprego e diversificação produtiva levados em curso⁵².

Os elementos aqui tratados de forma sintética evidenciam os motivos que fortalecem compreender o Brasil como caso típico dos anos 1930 em que uma intencionalidade industrializante esteve diretamente associada a uma correlação de forças políticas que propiciaram em meio a uma “oportunidade histórica” propiciada pela crise de 1929 consolidar um novo modelo de desenvolvimento, centrado não mais apenas na demanda externa por

⁵² Chama atenção o discurso de Vargas ao proferir a expressão *capital humano* ainda nos anos 1930. Para a citação completa, ver Fonseca (1999, p. 233).

produtos primários, mas a partir do desenvolvimento industrial e do fortalecimento do mercado interno. Nesse sentido, a ação do Estado brasileiro sob o comando de Vargas demonstrou ter tido condições para tal, não apenas em termos de vontade, mas fundamentalmente em função de condições políticas. Do ponto de vista dos objetivos presentes nesse novo projeto político e econômico as instituições acima referenciadas evidenciam essa opção. Além disso, como afirma Bastos (2008, p. 188), essa nova gestão macroeconômica subordinava as exigências dos credores externos às da expansão e diversificação internas. Esta nova hierarquia de prioridades não era absoluta, evidentemente, o que explica as aparentes contradições relacionadas a contrações monetárias e fiscais em determinados anos específicos. Porém, não é a exceção que anula a regra, e sim a regra que propicia a existência da exceção. Dessa forma, apesar de ações isoladas conjunturais, as características centrais do nacional-desenvolvimentismo de Vargas se mantiveram, quais sejam, o anti-liberalismo, o nacionalismo e a adaptação frente às circunstâncias históricas (BASTOS, 2006).

A modernização capitalista avançou no Brasil ao longo dos anos 1930 e esse conjunto de mudanças institucionais representam, pelo menos em parte, o aspecto político dessa inflexão no país. O caso brasileiro serve, portanto, como parâmetro de análise – ou “tipo extremo” *à la* Florestan Fernandes – para os demais governos dos países propostos nesse período, a fim de compreendermos porque suas respostas resultaram em níveis distintos de industrialização ao longo da década de 1930.

3.4. O CASO DA ARGENTINA

Comumente atribui-se o apelido de *hermanos* para a Argentina em relação ao Brasil e é possível que haja alguma razão em sê-lo. Ambos os países apresentam desenvolvimentos históricos distintos, porém com a mesma origem colonial. Já foram aliados contra inimigos comuns, mas disputaram entre si questões territoriais⁵³. Mas talvez, pelo menos no âmbito desse estudo, o aspecto que mais aproxime de forma geral os dois países seja o fato de que do

⁵³ A referência aqui é ao período da Guerra do Paraguai (1864-1870), onde Brasil, Argentina e Uruguai foram aliados contra as forças paraguaias lideradas por Francisco Solano López. Por outro lado, uma importante disputa territorial entre Brasil e Argentina se deu no que ficou conhecido como a Questão das Missões (1890-1895), envolvendo regiões oeste dos atuais estados de Santa Catarina e Paraná.

período pós-independência até os anos 1930 o modelo primário-exportador (ou *export-led growth*, geralmente tratado em língua inglesa, e *desarrollo hacia afuera* em língua espanhola) prevaleceu, ainda que certos empreendimentos industriais tenham existido como decorrência do crescimento econômico, especialmente na Argentina.

No país *hermano* ao sul do Trópico de Capricórnio o modelo primário-exportador encontrou maior fôlego entre 1870 e 1930, período que ficou conhecido como a *Belle Époque* argentina (LENZ, 2004). Ao longo dessas décadas, o país logrou um intenso crescimento da renda *per capita* em níveis semelhantes aos dos países centrais, promoveu sua expansão territorial na chamada Campanha do Deserto a partir de 1870, instalou intensamente ferrovias e promoveu fortes fluxos financeiros e comerciais com os países centrais, especialmente a Grã-Bretanha. Em termos gerais, de uma forma ou de outra, a Argentina parecia até 1930 ser uma espécie de deus Mercúrio⁵⁴ latino-americano do livre-comércio⁵⁵. Contudo, o período que inicia após a Grande Depressão marca uma era onde o sucesso econômico argentino da *Belle Époque* não mais se repetiria.

O crescimento econômico do período 1862-1930 teve obstáculos cíclicos em função de choques exógenos à economia argentina, tais como os de 1875-1876, 1890-1891 e o interregno da Primeira Guerra Mundial. Nesse sentido, Díaz-Alejandro (1970) destaca que os sucessivos governos não atuaram de forma intensa para controlar os ciclos. Isso ajuda a explicar as interrupções cíclicas do crescimento econômico argentino ao longo desse período como um todo. No que tange às inserções diferenciadas entre Brasil e Argentina podem ser vistas no que diz respeito aos parceiros comerciais e nas fontes de financiamento por parte dos dois países. No caso da Argentina, o principal destino de suas exportações era a Inglaterra, seguida pela Alemanha, que representava também sua principal fonte de financiamento e investimento externo. No Brasil, ao contrário, dada a especificidade de seu principal produto de exportação àquela época ser o café, o mercado inglês se mostrava de difícil acesso em razão dos hábitos de consumo daquele país serem preferencialmente para o chá. Dessa maneira, o principal destino das exportações brasileiras (Estados Unidos) se diferenciava da principal fonte de financiamento e investimento externo (Inglaterra) antes da Argentina, a

⁵⁴ Mercúrio é conhecido na mitologia romana como o deus associado ao bem-estar material, ao comércio e às finanças. De certa forma ele se assemelha ao deus grego Hermes, porém sem a associação com a morte que este possuía. Ver Rüpke (2007, p. 130).

⁵⁵ Díaz-Alejandro (1970, p. 55-57) sintetiza alguns dados a respeito dessa pujança econômica argentina até os anos 1930.

partir de 1915, visto que lá os Estados Unidos figuraram como principal destino exportador apenas a partir de 1925. (FAUSTO & DEVOTO, 2004, p. 156).

Contrariamente às concepções que apregoam a dualidade sobre os países latino-americanos, Díaz-Alejandro (1970, p. 12-13) interpreta a economia argentina, especialmente no que diz respeito a sua estrutura anterior a 1930, como o oposto do que afirmam as teses da dualidade. Isto é, os dados mostram que a produtividade do trabalho era maior no setor rural do que na manufatura, o que implicaria ausência de dualidade para a economia argentina nesse período, ainda que os dados não mostrem nada a respeito do nível de integração nos mercados domésticos.

Apesar do período de forte crescimento econômico ao longo do século XIX, os grandes proprietários de terras demonstraram pouco interesse na indústria, deixando para o capital estrangeiro e a burguesia urbana majoritariamente estrangeira os interesses industriais. Os anos 1930, portanto, sugeriam ser um aumento significativo na expansão industrial, ainda que o crescimento continuasse de tipo *export-led* (DÍAZ-ALEJANDRO, 1970, p. 57). Nesse sentido, o autor destaca que o período anterior a 1929 marcou a ascensão de novos grupos ao governo, tais como os grupos urbanos de renda média e representados pela União Cívica Radical. No entanto, o fato é que a tensão política tinha raízes na intrínseca relação Anglo-Argentina, calcada em uma forte dependência econômica por parte da Argentina em relação à Inglaterra.

A baixa incorporação dos imigrantes na vida política argentina tem origem, de acordo com o autor, na própria lei do país, a qual garantia direitos quase iguais para os imigrantes e os nativos sem, no entanto, impor certas obrigações. Isso implicou uma baixa sensação de pertencimento de boa parte dos imigrantes em relação à Argentina, pois em vários casos o objetivo era ficar rico e retornar ao país de origem. Em suas palavras, no que tange à imigração “a contrapartida da lenta ‘nacionalização’ dos imigrantes foi a retenção de considerável poder nas mãos de grupos de residentes de longa data, especialmente as famílias daqueles que emergiram de forma vitoriosa em 1852” (DÍAZ-ALEJANDRO, 1970, p. 63, tradução própria)⁵⁶.

A conclusão do autor é que a Argentina tinha condições econômicas de promover bem um ajuste frente a adversidade da Grande Depressão, mas do ponto de vista social, a crise

⁵⁶ “The counterpart to the slow ‘nationalization’ of immigrants was the retention of considerable power in the hands of long-resident groups, especially families of those who emerged victorious in 1852”.

internacional inaugurada em 1929 foi incapaz de intensificar a ascensão política dos novos grupos urbanos. Mas o ponto a ressaltar é que o relativo declínio da Argentina em sua posição mundial criou uma atmosfera pouco favorável e de frustração. No que concerne à década de 1930, essa atmosfera pouco favorável pode ser vista pela taxa média de crescimento econômico registrada no período 1932-1937, cerca de 5% ao ano, pelo crescimento negativo do PIB *per capita* para 1930-1932 e no ano de 1940 (DÍAZ-ALEJANDRO, 1970, p. 70-71). Salienta-se, ainda que o país apresentasse uma urbanização crescente, isso não necessariamente implica em um processo de industrialização mais rápido, pois um aspecto fundamental presente ao longo da história econômica argentina após 1930 é a escassez de divisas externas, com exceção do período das guerras mundiais, algo que influenciou a própria taxa de crescimento econômico do país.

Lewis (2002, p. 122) afirma que a recuperação argentina a partir de 1930 frente às adversidades da crise se deu em função do abandono do padrão ouro e de políticas econômicas que atenuaram o ciclo, embora não o revertissem. Ainda assim, argumenta o autor, não é possível dizer que tais medidas foram objetivamente centradas no aumento da demanda agregada, visto que havia ainda um comprometimento generalizado com a disciplina fiscal. De uma maneira geral, pode-se dizer que o sentido do intervencionismo estatal argentino nesse período foi para sustentar a relação existente entre a Argentina e a economia internacional, especialmente com a Grã-Bretanha, sem propriamente romper ou sinalizar uma outra direção do desenvolvimento.

Como causas dessa incapacidade argentina em realizar investimentos industriais destaca-se o baixo crescimento na produção interna de bens industriais associado à redução das divisas internacionais e do fluxo de capitais podem ser responsabilizados. “A expansão dos bens domésticos e das atividades de substituição de importações durante os anos 1930 foi, para todos os propósitos, imposto à Argentina pelo resto do mundo” (DÍAZ-ALEJANDRO, 1970, p. 85). Nesse sentido, não foi algo desenvolvido internamente como um momento de inflexão no modelo de desenvolvimento até então gestado. Foi mais uma externalidade da restrição externa do que propriamente fruto de uma correlação de forças políticas concretizada sob a intencionalidade industrializante dos presidentes José Félix Uriburu (1930-1932) ou Augustín Justo (1932-1938).

A partir de setembro de 1930 um golpe de Estado modificou a estrutura do poder executivo, mudando a expressão concreta civil da correlação de forças políticas em curso para

uma de tipo militar e com elementos conservadores. O momento de possível “oportunidade histórica” para o desenvolvimento industrial argentino mostrou ser, na verdade, a reafirmação dos interesses das classes dominantes tradicionais majoritariamente rurais e seus interesses pró-Inglaterra. Essa correlação de forças políticas prevaleceu até meados de 1943, quando um novo golpe de Estado, dessa vez liderado por Perón, alterou o cenário político do país e a partir daí um novo conjunto de políticas foi levado à frente.

As políticas de câmbio múltiplo foram implementadas a partir de 1933 e em síntese favoreceram em certa medida a manufatura. Sobre essas medidas, Díaz-Alejandro (1970, p. 96) mostra que aumentaram tarifas alfandegárias e impuseram-se práticas diferenciadas de câmbio sobre exportadores tradicionais e importadores, sendo mais alto o câmbio para importadores do que os exportadores tradicionais. A consequência foi um aumento relativo das taxas de lucro em atividades industriais. No que diz respeito especificamente à política fiscal, pode-se entender que ela “durante os anos iniciais da Grande Depressão (1930-31) foi como um todo expansionista, porém mais por pressão das circunstâncias do que por desenho” (DÍAZ-ALEJANDRO, 1970, p. 96, tradução própria)⁵⁷. Isso significa que, do ponto de vista fiscal, os olhares dos *policymakers* foram mais de ajuste do que propriamente em promover uma nova gestão macroeconômica que rompesse com os paradigmas anteriores, tal qual assevera Bastos (2008) para o Brasil.

Corsi (2012) conclui que a intensa interação entre as economias argentina e britânica, cujos laços podem ser observados desde o século XIX, desempenhou forte papel no tipo de resposta que o país teve frente à crise de 1929. De um modo geral, isso significa que esses “olhares” dos *policymakers* tem uma explicação fundamentada na realidade dos vínculos externos que o país construiu historicamente. Contrariamente ao Brasil, cuja vinculação externa cada vez mais se dava através de uma aproximação com os EUA, a Argentina reforçava seu vínculo com a Grã-Bretanha e, também, com a ideologia econômica oriunda dessa potência econômica. O golpe conservador de 1930, portanto, visava mais uma solução via retomada de práticas políticas do período da *Belle Époque* do que propriamente uma ruptura ou ao menos uma diversificação produtiva deliberada. Seguindo o argumento do autor, na Argentina, “naquele momento não existia de fato um projeto alternativo ao dos conservadores” (CORSI, 2012, p. 39).

⁵⁷ “Fiscal policy during the early years of the Great Depression (1930-31) was on the whole expansionary, but by pressure of circumstances rather than by design”.

É interessante notar que a resposta argentina para a crise de 1929 não deixou de favorecer a industrialização, mas ela se deu mais em função das circunstâncias do que de uma política econômica deliberada para tal e que propiciasse um maior enraizamento industrial no país a partir de transformações institucionais. Para Díaz-Alejandro (1970), no contexto da década de 1930 “as autoridades econômicas não estavam comprometidas com a industrialização *per se*, como o regime de Perón alegaria ser posteriormente, e faltava um claro plano articulado de industrialização (o qual poucos países tinha àquela época)” (p. 105, tradução própria)⁵⁸.

Chama atenção o plano apresentado ao congresso no ano de 1940, o qual previa ações deliberadas institucionais sobre a industrialização, tais como expansão dos empréstimos de longo prazo para financiar indústrias, estímulo para exportações industriais, um programa de auxílio para famílias de baixa renda – estímulo a demanda agregada –, e, por fim, uma maior integração com outros países latino-americanos por meio de uma zona de livre-comércio. Ferrari (2008, p. 41) destaca que apesar do plano Pinedo enfatizar que as atividades primárias continuaríamos sendo a base econômica argentina, a indústria aparecia com maior preponderância, mas por outras disputas políticas esse plano não foi aprovado⁵⁹. Poder-se-ia inferir que em função do plano buscar uma maior articulação com os EUA sua recusa tenha sido estratégica. Nas palavras de Díaz-Alejandro (1970), “o Congresso falhou em agir na provisão da maior parte desse plano, em parte devido ao fato de que o impacto da Guerra não era favorável para as exportações tal como se esperava” (p. 105, nota de rodapé, n. 37, tradução própria)⁶⁰.

Villanueva (1972) ao interpretar as origens da industrialização argentina tenta contrapor o que ele chama por “tese olímpica”, a qual faz referência a uma interpretação histórica que busca aplicar a história européia ocidental para os países latino-americanos. Nesse sentido, entende-se a industrialização latino-americana como já existente em certa medida antes da crise de 1929 e as consequências de restrição externa oriundas da crise e associadas a uma política econômica destinada a manter a demanda agregada fomentaram o crescimento industrial nos países da região. A partir dos dados existentes sobre o desenvolvimento

⁵⁸ “*Economic authorities were not committed to industrialization per se, as the Perón regime would claim to be in later years, and lacked a clearly articulated industrialization plan (which few countries had at that time)*”.

⁵⁹ É interessante notar o discurso de Federico Pinedo ao Congresso Nacional, em 1940. Ver Villanueva (1972, p. 473-474).

⁶⁰ “*Congress failed to act on most provision of this plan, in part due to the fact that the impact of the war was not as unfavorable on exports as expected*”.

industrial argentino, o autor afirma que não há uma descontinuidade na trajetória de crescimento desse setor após a crise de 1929. O mesmo pode ser dito se observa-se a evolução histórica da participação percentual do setor industrial sobre a produção total argentina. Como argumento geral para sustentar sua visão, o autor evidencia que 78% da produção industrial argentina em 1935 se dava por firmas estabelecidas antes de 1930.

Outra característica importante dessa industrialização argentina da primeira metade do século XX era o caráter estrangeiro na composição do capital industrial. “Segundo Dorfman, por volta de 1937 o investimento estrangeiro na indústria representava *algo mais do que a metade* do capital total investido na indústria nacional” (VILLANUEVA, 1972, p. 463, grifos do autor, tradução própria)⁶¹. Citando outra fonte, Villanueva (1972, p. 463) pontua que já em 1910 a presença de capitais estrangeiros investidos no setor industrial argentino era da ordem de 36% do total no setor, concentrados especialmente na produção de alimentos e bebidas. Entre as condições que facilitaram a vinda de empresas estrangeiras para a Argentina entre o começo do século XX e a Segunda Guerra Mundial destacam-se duas, quais sejam, um mercado consumidor em vias de expansão e com relativa proteção e uma política de preservação dos direitos de propriedade e de exclusividade sobre tecnologia e patentes. Entre 1920 e 1926, durante o governo de Alvear observa-se uma desvalorização cambial, ao passo que entre 1927 e 1929 ocorre o inverso, uma valorização cambial. Do ponto de vista dos investimentos industriais ao longo desse período, Villanueva (1972, p. 465) conclui que a desvalorização não causou novos investimentos, ainda que tenha afetado a expansão das empresas já existentes, especialmente por meio de novas entradas do capital estrangeiro.

Esse longo relacionamento entre a Argentina e a Grã-Bretanha é apontado por Peña (1973) como um dos aspectos da intrínseca dependência do país e da incapacidade de promover uma coesão política verdadeiramente popular. Isso se delineia desde o momento da formação do *radicalismo* – União Cívica Radical, partido político argentino de Yrigoyen –, cujo principal objetivo, senão o único, era o compromisso com o sufrágio universal (PEÑA, 1973, p. 3). A máxima dessa ausência de um programa político definido se mostra naquilo que o autor denomina os primeiros governos de Yrigoyen como de tipo “governar e não mudar nada”.

⁶¹ “Según Dorfman, cerca de 1937 la inversión extranjera en la industria representaba algo más de la mitad del capital total invertido en la industria nacional”.

Ainda que dúbio seu papel enquanto governante, Yrigoyen ficou conhecido por ter desenvolvido uma política trabalhista em certa medida, a qual, no entanto, foi incapaz de promover uma centralização e coesão dos interesses proletários com os do Estado e os da burguesia industrial argentina. Sua preocupação com medidas trabalhistas se deram em um contexto mais de intensificação das lutas operárias do que propriamente em uma condição capaz de promover uma centralização dos interesses trabalhistas nas mãos do governo, tal qual ocorreu com Vargas no Brasil. O “radicalismo” mostrou, portanto, um apelo popular maior do que os “conservadores”, ainda que sua agenda política fosse muito mais alinhada com os interesses constituídos da burguesia fundiária e da Grã-Bretanha. O *obrerismo* de Yrigoyen, se tivesse sob condições políticas próprias, poderia ter tido o mesmo sentido que o ocorrido no Brasil, ao longo dos anos 1930, sob Vargas. No entanto, ainda assim, Peña (1973) reconhece que tal agenda política do radicalismo foi levada à frente especialmente a partir de 1916.

Yrigoyen, a favor de sua política operária, conseguiu influenciar alguns sindicatos e foi essa a primeira vez que o Estado assegurou certo controle sobre o movimento operário, utilizando-o não apenas para obter votos com os quais – enfrentar a oposição da burguesia, mas também para submeter o proletariado à ordem vigente (PEÑA, 1973, p. 10, tradução própria)⁶²

A partir da volta de Yrigoyen ao poder, em 1928, os sentimentos oposicionistas das frações de classe dominantes contrárias ao *radicalismo* se acentuaram, especialmente com as dificuldades oriundas da crise de 1929. Sobre essas tensões no seio da hegemonia do bloco no poder, duas organizações se destacam: a União Industrial Argentina (UIA) e a Sociedade Rural Argentina (SRA). A primeira se distingue por ser uma espécie de condensação da burguesia industrial argentina, ao passo que a segunda agregava tradicionais classes fundiárias. Essa dinâmica de interesses entre as frações de classe dominante em meados dos anos 1920 se sumarizam pelos respectivos discursos conflitantes entre ambas as organizações no que tange às relações da YPF – estatal petroleira criada no governo Yrigoyen, em 1922 – e os imperialismos britânico e estadunidense. No âmbito da UIA, pode-se enxergar que essa proximidade maior com os interesses estadunidenses favoreceria um projeto político que enfatizasse um modelo de desenvolvimento industrializante dependente-associado, cujo *locus* propulsor se daria no norte argentino.

⁶² “Yrigoyen, a favor de su política obrerista, logra influenciar algunos sindicatos y fue esa la primera vez que el Estado se aseguró cierto control sobre el movimiento obrero, utilizándolo no sólo para obtener votos con los cuales -enfrentar la oposición de la burguesía, sino también para someter el proletariado al orden imperante”.

Em geral, a política da YPF era respaldada pelos aliados históricos do imperialismo inglês, os estancieros da província de Buenos Aires. Por outro lado, imperialismo ianque, através da Standard Oil, iniciou uma aliança que seria duradoura com a burguesia industrial e agrária do norte argentino (PEÑA, 1973, p. 12, tradução própria)⁶³.

Se no Brasil houve uma Revolução de 1930, o mesmo não pode ser dito para a Argentina, dado que seu conteúdo histórico era bastante diferente. No Brasil, como foi dito anteriormente, o substrato político desse acontecimento se fundamentou muito antes dessa data, a qual pode ser vista como um momento de ruptura histórica nos moldes do desenvolvimento capitalista brasileiro. Já na Argentina, o ano de 1930 representou mais uma restauração conservadora, em sentido *lato* e não apenas como referência ao Partido Conservador. Yrigoyen não logrou transformar sua política trabalhista em um fenômeno que consubstanciasse os interesses burgueses e operários, favorecendo, é claro, uma política pró-burguesia industrial. Uma possível explicação para isso pode ser vista a partir de Cardoso & Faletto (2004, p. 84-86), para quem a incorporação dos setores médios à hegemonia da burguesia exportadora argentina foi incapaz de romper fundamentalmente com os interesses do capital estrangeiro, notadamente britânico. Essa incapacidade na correlação de forças políticas representar na década de 1930 uma resposta industrializante de tipo institucional se mostrou de maneira mais simbólica no golpe de Estado promovido pelas forças conservadoras e que colocaram o general Uriburu no poder, em 1930. Este golpe, mais do que um programa político definido, era um momento de transição, que se definiu quando novas eleições foram marcadas e Augustín Justo foi eleito, em 1932, o que representou a retomada dos interesses da antiga oligarquia (PEÑA, 1973, p. 16).

Do ponto de vista da mudança institucional passível de revelar um caráter industrializante na hegemonia de classe e do exercício da autonomia relativa do Estado, o caso argentino aparece como pouco exitoso. Não é possível enxergar entre os conjuntos de variáveis de políticas econômicas fins e institucionais designadas nesse trabalho como reveladoras da hegemonia industrializante do bloco no poder. Seria errôneo, no entanto, afirmar que não houve mudanças sobre as relações de trabalho ou novos marcos regulatórios a partir da ação estatal, algo que já avançava desde meados da primeira década do século XX.

⁶³ “*En general la política de YPF era respaldada por los aliados históricos del imperialismo inglés, los estancieros de la Provincia de Buenos Aires. Por el contrario, el imperialismo yanqui, a través de la Standard Oil, inició una alianza que habría de ser duradera con la burguesía industrial y terrateniente del Norte argentino*”

Cheresky (1981) sintetiza algumas das medidas que ocorreram ao longo dos anos 1930 no que tange às relações de trabalho e na mediação entre Estado e capital. Em primeiro lugar, regulamentaram-se significativas conquistas trabalhistas no período, tais como a jornada de 44 horas semanais de forma generalizada, a Lei 11.729, de 1933, a qual concede férias remuneradas e indenizações aos demitidos, a regulamentação do trabalho doméstico por meio da Lei 12.713, esta já no início da década de 1940. Em segundo lugar, a luta trabalhista por meio da atividade política e sindical se caracterizou menos por questionar a propriedade privada e mais pela luta de melhores condições trabalhistas, algo que se mostrou pouco eficiente em virtude de uma correlação de forças políticas mais em prol dos interesses latifundiários e do capital inglês do que propriamente da burguesia industrial argentina (CHERESKY, 1981, p. 21-32). É de se destacar, ainda, a Lei 4.144, de 1902 e largamente utilizada pelos *radicais*, a qual permitia expulsar sem juízo prévio imigrantes na Argentina no intuito de reprimir a atividade sindical no país. No que tange aos interesses do proletariado argentino nesse período, os partidos tradicionais tiveram dificuldades em organizar e liderar os trabalhadores sindicalizados, os quais em 1940 somavam 473 mil em um universo de cerca de 5 milhões de trabalhadores totais (DÍAZ-ALEJANDRO, 1970). Dessa forma, a incapacidade de lidar com os interesses do proletariado parece ter sido uma força importante na dificuldade de promover mudanças institucionais significativas a respeito das relações de trabalho no país.

A década de 1930 marca também o surgimento de algumas importantes instituições financeiras na Argentina, tais como o Banco Central (1935). No entanto, um banco de investimentos ou linhas de crédito específicas para a indústria só surgiriam mais à frente com o Banco Industrial (1944). Nas palavras de Díaz-Alejandro (1970), “após a sua criação em 1944, o Banco Industrial rapidamente se tornou o principal ofertante de crédito bancário para a indústria” (p. 262, tradução própria)⁶⁴. A respeito do sistema tarifário, somente a partir dos anos 1940 que o sistema de proteção tarifária mudou para restrições quantitativas, incentivando a criação de estruturas oligopolistas.

Em suma, o caso argentino parece evidenciar que partir dos anos 1930, as indústrias leves, as construções, os gastos governamentais e as ferrovias nacionalizadas podem ser vistas mais como aspectos de uma política de incentivos para a manutenção e criação de empregos do que propriamente como atividades produtoras de bens e serviços. Mais do que isso, os governos

⁶⁴ “After its creation in 1944, the Banco Industrial rapidly became the main supplier of banking credit to industry”.

de Uriburu e Justo foram incapazes de promover mudanças institucionais de maior vulto e capazes de favorecer um maior enraizamento industrial, se comparado com o caso brasileiro. O pacto Roca-Runciman (1933) representa um passo a mais no sentido de evidenciar um dos principais mecanismos de resposta que a correlação de forças políticas na Argentina desse período criou. Por um lado, esse pacto acarretou em um aumento de capital industrial estadunidense no país, mas isso deve ser visto mais como uma externalidade do que propriamente um objetivo deliberado do plano. Ao contrário, com o acordo estabelecido reafirmou-se uma vez mais os compromissos das classes dominantes argentinas com os interesses do capital inglês no intuito de buscar uma recuperação econômica sob os moldes da *Belle Époque*.

De acordo com Villanueva (1972), a entrada de empresas estadunidenses na Argentina está mais relacionada a uma externalidade do pacto Roca-Runciman, firmado com o Reino Unido, em que uma clara política discriminatória contra os EUA era praticada a fim de forçar a Argentina a manter uma política comercial de intenso vínculo com os britânicos. Dessa forma, investir na produção dentro do território argentino era mais fácil e vantajoso para os EUA do que exportar produtos finais para a Argentina. Além disso, Villanueva (1972, p. 469), reforçando a tese de ausência de intencionalidade industrializante pelos governos argentinos desse período, pontua que o controle cambial iniciado em 1933 se mostrou mais em função das conjunturas cíclicas inauguradas a partir de 1929 do que propriamente uma série de esforços deliberados para favorecer a indústria. Como fatores que influenciaram a política econômica argentina dos anos 1930, Villanueva (1972) sintetiza em quatro aspectos centrais: 1) a tensão entre os interesses dos EUA e os do Reino Unido sobre a América Latina; 2) a existência crescente de setores industriais ligados ao capital internacional; 3) questões conjunturais; e 4) a forte política imperial britânica.

Mesmo olhando para a política monetária do período, não é possível identificar, portanto, um caráter discriminatório de forma deliberada e que favorecesse a industrialização. Isso se mostra completamente compatível com o sentido que o golpe de 1930 na Argentina apresentava, como sustentam Díaz-Alejandro (1970) e Peña (1973). Os anos 1930 marcaram a retomada do poder pelas frações de classe tradicionais argentinas, ainda que essa década possa ser vista como o início de sua agonia como projeto político-econômico.

3.5. O CASO DA COLÔMBIA

No caso colombiano, diferentemente do ocorrido tanto no Brasil como na Argentina, não houve propriamente um golpe de Estado ao longo da década de 1930. Isso, no entanto, aparece como novidade no cenário político do país, pois desde sua independência da Espanha, em 1819, constantes conflitos armados deram a tônica das relações entre as forças políticas no país. É a partir de 1930, portanto, com a eleição de Enrique Olaya Herrera, que se inicia o período denominado por República Liberal, o qual marca o fim de uma relativa hegemonia política por parte do Partido Conservador após o movimento da *Regeneración*, em 1886 (BUSHNELL, 1993, p. 181-200).

Em termos gerais, a *Regeneración* representou uma virada política contra os liberais radicais, que dominaram o cenário político do país entre 1863 e 1886. Nesse sentido, o livre-comércio emergiu como defesa tanto do Partido Liberal quanto do Partido Conservador, ainda que nem todos os liberais fossem proponentes de tal política. Como destaca Palacios (2002, p. 2), havia já defensores de certas medidas protecionistas, como o autor mostra no exemplo do general Jose María Obando⁶⁵. O espectro político colombiano do século XIX parece ter pendido entre Conservadores e Liberais a maior parte do tempo, e ainda que ambos tivessem como central a defesa do livre-comércio por boa parte de seus membros, havia diferenças entre as duas facções políticas. Para os liberais defensores do livre-comércio, ou *gólgotas*, tal política só podia ocorrer associada aos postulados da Primavera dos Povos europeia de 1848, isto é, juntamente com os princípios do radicalismo democrático. Nesse sentido, o Partido Liberal defendia um liberalismo como doutrina político-filosófica e como prática de política econômica. Já os Conservadores não viam divergência entre a defesa do livre-comércio e a manutenção de uma estrutura político-social não tão democrática, mas que expressasse certo nível de republicanism.

Politicamente, a hegemonia dos *gólgotas* não era absoluta, mas expressava-se principalmente em termos regionais e concentrada na região de Cundinamarca. Nesse meio tempo, iniciou-se ciclos de expansão de curta e média duração nas exportações agrícolas, o que evidencia certo grau de mobilidade interna de capitais. Poder-se-ia supor que essa relativa

⁶⁵ Obando foi o primeiro presidente da República da Nova Granada, entre 1831-1832, exercendo cargos posteriores ao longo do século XIX.

mobilidade de capitais se daria em termos de uma diversificação produtiva do país já no século XIX. Nesse aspecto, Palacios (2002) assevera que isso se deu fundamentalmente na produção agrícola, a qual marca a essência da sociedade colombiana desse período. Os motivos para essa relativa mobilidade de capitais ter ocorrido quase que apenas na produção agrícola se deve em função das limitações tecnológicas, financeiras e de força de trabalho.

O período da *Regeneración* marcou também a composição das forças políticas dominantes no país, em que o papel dos conservadores se tornou muito mais preponderante. No entanto, uma importante força política se consolidou nesse período: a Igreja Católica, cujo papel seria reforçado a partir da Concordata⁶⁶ de 1887 quando o Catolicismo Romano foi declarado como religião oficial do país. O poder da Igreja foi reafirmado e sua relação com o Estado se deu ao trazer para ele funções organizacionais da atividade missionária através de uma série de leis que foi sendo aprovada até 1902, com a reforma da própria Concordata (RESTREPO, 2006).

É interessante notar que boa parte da historiografia sobre a Colômbia destaca o seu relativo isolamento em relação aos países centrais. Palacios (2002, p. 1) destaca a ausência de um elevado coeficiente de exportação por parte da economia colombiana ao longo do século XIX, cuja explicação reside no isolamento existente dos fluxos de capitais, força de trabalho e tecnologia oriundo dos países centrais. Deas (1998) ressalta o baixo índice de imigração durante o período que vai entre 1880 e 1930, o qual representa boa parte dos fluxos migratórios em direção à América Latina, com destaque para Brasil e Argentina. Além disso, Deas (1998, p. 643) mostra que até meados dos anos 1920 o investimento direto estrangeiro na Colômbia tinha sido muito tímido, se comparado aos demais países da região. Essa incapacidade em expandir sua relação com os países centrais condicionou o próprio desenvolvimento tardio da economia primário-exportadora do país. O modelo de desenvolvimento *export-led*, comumente tratado como vigente entre o período compreendido de 1870 até 1930 na América Latina, não pode ser aplicado tão facilmente para o caso colombiano, pois, como ressalta Palacios (2002), esse modelo de desenvolvimento não ocorreu de forma generalizada na Colômbia até 1910. Uma importante razão pode ser vista, como já mencionado anteriormente, devido ao relativo isolamento do país em relação à

⁶⁶ Uma Concordata corresponde a um acordo entre o Estado e a Igreja no que diz respeito a questões políticas, econômicas e sociais e representa uma ausência de laicização do Estado. Algumas Concordatas históricas podem ser vistas no link abaixo, inclusive para o período recente: http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/archivio/documents/rc_seg-st_19400507_missioni-santa-sede-portogallo_po.html

economia mundial e, por outro lado, às constantes disputas políticas e fragmentações territoriais ocorridas no país.

As implicações desse atraso no desenvolvimento das forças produtivas do país se deram na própria consolidação de empreendimentos industriais ao longo do século XIX, fazendo com que o país apresentasse menor ímpeto industrial nesse período se comparado com os outros países da região. Avançando nos motivos para essa construção tardia do complexo primário-exportador, uma importante relação dele com o surgimento truncado de indústrias na Colômbia se deu fundamentalmente devido às dificuldades em estabelecer-se uma economia monetária de produção no país, onde um excedente monetário pudesse ser apropriado por uma classe e as relações de trabalho se dessem majoritariamente como assalariamento. Nesse sentido, é preciso observar que, diferentemente do Brasil, predominaram formas pré-capitalistas na produção cafeeira colombiana, tais como arrendamento da produção, colheita compartilhada (*sharecropping*) e pequenos proprietários (DEAS, 1998, p. 655). Revela-se, portanto, o caráter pouco monetizado internamente da produção cafeeira, dificultando o surgimento de um complexo cafeeiro em que o excedente monetário pudesse ser apreendido e também realizado internamente. Palacios (2002) enfatiza que o caráter informal foi uma forma de sustentar certas tradições e revela uma importante instituição colombiana desse período. Como causas para essa situação, o autor argumenta:

Não foi por falta de ambições modernizadoras ou de imaginação que essa situação existiu. As causas eram mais concretas: tecnologia primitiva, isolamento geográfico, e a prevalência de agricultura de subsistência, todas elas limitaram as possibilidades de consolidar o mercado interno (PALACIOS, 2002, p. 13, tradução própria)⁶⁷.

Há elementos de continuidade entre a pré-economia primário-exportadora e o primeiro ciclo de expansão do café (1870-1910). Entre eles destacam-se o transporte por meio da mula como forma principal de escoamento da produção, a exportação de ouro como mecanismo de financiamento e ajuda para o café e a coexistência de outras culturas tradicionais, tais como a cana-de-açúcar, mandioca, milho, entre outras, e as relações de trabalho de tipo não assalariadas predominantemente. Além disso, a continuidade pode ser vista sob outras formas ao longo da estrutura agrícola da sociedade colombiana do século XIX. Nas palavras de Palacios (2002), “a continuidade não apenas afetou a estrutura da agricultura, mas

⁶⁷ “It was not for lack of modernizing ambitions or imagination that this state of affairs existed. The causes were more concrete: primitive technology, geographical isolation, and the prevalence of subsistence farming all limited the possibilities of consolidating the internal market”.

também a ideologia e a política do poder local” (p. 13, tradução própria)⁶⁸. Nesse sentido, certas concepções que defendiam funções sociais da propriedade fundiária foram levantadas antes mesmo das mudanças institucionais a respeito da reforma agrária nos anos 1930, ainda que os sucessivos governos liberais dessa década clamassem pelo caráter de ruptura que elas apresentavam.

Até meados da década de 1880, o tabaco era o principal produto de exportação colombiano, mas ao longo dessa década sua exportação entrou em declínio, assim como as de outras importantes *commodities* da época, tal como o café. O fim da era de governos liberais se deu com a guerra civil, em 1885. O presidente que assumiu em 1886, Rafael Núñez, não acreditava na recuperação via exportação agrícola e, por isso, tentou a incentivar a exploração mineira no país.

A solução não era, entretanto, para vir da mineração. Foi encontrada no café, o qual a Colômbia tinha começado a exportar nos anos 1850 a partir da região leste de Santander (...) A partir de 1930 as exportações excederam três milhões de sacas e a Colômbia se tornou o segundo maior produtor, depois do Brasil, e o líder na produção de café suave (DEAS, 1998, p. 654, tradução própria)⁶⁹.

Assim como o Brasil, a Colômbia encontrou no café seu produto chave no modelo de desenvolvimento primário-exportador. Porém, isso se deu sob condições bastante distintas, como já foi delineado acima. A dificuldade em estabelecer um complexo cafeeiro nos moldes existentes no caso brasileiro se deve, portanto, por causa do caráter pouco monetizado que a economia cafeeira propiciou no mercado interno colombiano, da ausência predominante de formas capitalistas de relações de produção, do relativo isolamento da economia do país e das dificuldades em acessar tecnologia. Dessa forma, o próprio estabelecimento de indústrias no território colombiano encontrou nessas circunstâncias grande parte de sua dificuldade em se estabelecer de maneira mais acentuada já no século XIX.

Para Echevarría & Villamizar (2006, p. 3-4), só é possível observar industrialização de maneira mais dinâmica a partir dos anos 1930, ainda que diversas tentativas no século XIX tivessem sido feitas. Talvez em parte isso explique a grande variação quantitativa no crescimento industrial colombiano *vis-à-vis* aos demais países em questão, como atestam

⁶⁸ “Continuity not only affected the agricultural structure but the ideology and politics of local power as well”.

⁶⁹ “The solution was not, however, to come from mining. It was found in coffee, which Colombia had began to export in the 1850s from the eastern region of Santander (...) By 1930 exports exceeded three million bags, and Colombia had become the world’s second producer after Brazil, and the leading producer of mild coffee”.

Furtado (2007, p. 91) e Echavarría & Villamizar (2006, p. 4), visto que esse segmento produtivo era pouco expressivo no país. De acordo com Bértola & Ocampo (2013, p. 160), se o nível de industrialização colombiano for comparado com o dos demais países nesse trabalho em análise até 1929, a Colômbia é o que apresentava o menor deles, com 5% do PIB. Brasil, Argentina e México, respectivamente, apresentavam níveis de industrialização da ordem de 13%, 20% e 12% do PIB.

España & Sánchez (2010, p. 12) compactuam com as visões sobre o surgimento da indústria acima mencionadas e enfatizam que dois momentos históricos foram fundamentais para que o processo de industrialização colombiano ganhasse força: a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial. De maneira tardia, no entanto, o *boom* do café após a Guerra dos Mil Dias (1899-1902) propiciou um primeiro ímpeto industrializante a partir de políticas econômicas mais favoráveis. Entre as conclusões dos autores, tem-se que a origem da industrialização colombiana está exatamente na economia cafeeira, a qual, como foi visto acima, apresentava uma dinâmica limitante para o aprofundamento desse processo por não conseguir constituir um mercado interno mais expressivo. Outra de suas conclusões está no fato de que a economia mineira desempenhou um papel de auxílio importante à industrialização incipiente, especialmente no que diz respeito ao financiamento e a intensificação uma economia monetária um pouco mais dinâmica (ESPAÑA & SÁNCHEZ, 2010, p. 47-48).

Todavia, a questão toda pode ser vista como um problema de ordem política existente na Colômbia, pois à medida que a hegemonia política do Partido Conservador se estabeleceu até as eleições de 1930, com forte apoio da Igreja Católica, a identificação de classe desses partidários se dava principalmente com os tradicionais proprietários de terra. Os principais grupos de interesse no cenário político-econômico colombiano até 1930 constituíam-se de proprietários de terra, Igreja, comerciantes e exército. Como se dividiam as forças políticas nesse período? Partidos Liberal e Conservador e a Igreja. Esta última fazia parte direta da política colombiana, sendo uma força geralmente associada aos governos conservadores. Já os liberais tentaram ao longo de sua construção cooptarem os trabalhadores para seu lado, ainda que suas posições políticas não fossem radicalmente opostas às dos conservadores.

O partido Conservador não tinha nessas circunstâncias necessidade de uma separação organizacional própria. Ele poderia perder as eleições em certas cidades, mas a

República permanecia esmagadoramente rural, e a maior parte da Colômbia rural era conservadora (DEAS, 1998, p. 646-647, tradução própria)⁷⁰.

O movimento da *Regeneración*, portanto, deparou-se frente a um cenário de problemas a serem resolvidos, tais como: integração nacional, diversificação produtiva rumo a níveis mais avançados e instabilidade política com caráter antidemocrático. Dessa forma, essa fase da história política colombiana se deu em um momento de tensão política, dado pela ascensão dos conservadores e de certos grupos liberais contra os liberais mais radicais até então no poder. De acordo com Palacios (2002, p. 11), os principais debates a respeito das alternativas postas à mesa giravam em torno de questões como centralismo *versus* federalismo, clericalismo *versus* secularismo, institucionalismo *versus* caudillismo, executivo forte *versus* legislativo fraco ou vice-versa. No entanto, a partir de 1886 as opções vencedoras foram o centralismo, o clericalismo e o institucionalismo. Certo consenso político entre a oligarquia vencedora a partir da *Regeneración* só se deu a partir da Guerra dos Mil Dias (1889-1902) e ao longo do governo de Rafael Reyes (1904-1909). Isso ocorreu através da construção de um modelo de desenvolvimento onde a centralização foi possível inicialmente a partir dos esforços de guerra e caminhou no sentido de um projeto *à la* Porfírio Díaz, do México (PALACIOS, 2002, p. 11).

Um ponto importante sobre a estrutura social da Colômbia ao longo desse período tratado pelo autor é que, em sua leitura, os ciclos econômicos não afetaram tão profundamente a estrutura socioeconômica do país. Dois motivos emergem, quais sejam, o baixo coeficiente de exportações que o país apresentava, o qual o deixava em certa medida menos conectado ao mundo, e a natureza da relação Estado e sociedade civil, a qual evidencia uma certa incapacidade do Estado em impor sua autonomia relativa. O exemplo dado pelo autor para evidenciar esse segundo motivo é a ausência de condições para alterar o sistema tributário incidente sobre a população e produção rurais frente a uma situação de déficit orçamentário por causa de uma estrutura burocrática inexistente para tal.

Historicamente, os laços entre o estado e a sociedade agrária eram fracos, na verdade praticamente inexistentes, da Independência até meados do século vinte. A relação do estado-camponês na Colômbia é a exata oposição do caso clássico China Imperial e do Kuomintang, onde o estado era capaz de tanto explorar economicamente a

⁷⁰ “The Conservative party had in these circumstances no need for a separate organization of its own. It might lose elections in certain cities, but the Republic remained overwhelmingly rural, and most of rural Colombia was conservative”.

população rural através de um elaborado sistema tributário, quanto de manter a vasta maioria da população sob controle político (PALACIOS, 2002, p. 6)⁷¹.

A dinâmica da luta política de classes na Colômbia a partir da segunda metade do século XIX se deu em torno da ascensão dessa burguesia comercial, a qual inicia sua trajetória política a partir de 1847, embora nunca tenha alcançado uma hegemonia absoluta. Entre as frações de classe em disputa nesse momento, Palacios (2002, p. 27) destaca os artesãos favoráveis ao protecionismo, a Igreja Católica e os partidários do livre-comércio, os quais geralmente estavam associados às classes fundiárias tradicionais. Mesmo a burguesia comercial não era ideologicamente unificada, o que a forçou a compartilhar poder com outros grupos tradicionais. Entretanto, ainda que certo grau de diversificação produtiva agrícola fosse possível de ser visto no país, as dificuldades em concentrar o excedente monetário nas mãos de uma classe específica eram significativos para o desenvolvimento do modelo primário-exportador no intuito de criar uma economia monetária de produção. Palacios (2002) destaca que se comparados com as demais classes dominantes dos países da região, os cafeicultores colombianos tinham uma riqueza modesta, inclusive se comparados com os donos de minas da região de Antioquia. Mais do que isso, Deas (1998, p. 652) assevera que além de fortunas modestas, tais classes mais ricas eram avessas ao debate político.

Até meados dos anos 1920 o Estado colombiano apresentou dificuldades em exercer seu papel de organizar e centralizar os interesses das classes dominantes, isto é, em exercer sua autonomia relativa. Isso fica claro ao se observar o fraco desenvolvimento da administração central e a dificuldade em captar recursos. A incapacidade colombiana em sustentar a balança de pagamentos equilibrada se deu mais por consequências dos diversos conflitos internos, os quais impactaram hiperinflação, destruição de capital e sinalizam mais um atraso relativo do que propriamente prudência na política econômica (DEAS, 1998, p. 657-658). A situação financeira do país melhorou significativamente após o pagamento da indenização compensatória pela independência do Panamá através do tratado Urrutia-Thompson (1922), firmado com os EUA em decorrência da participação ativa desse país no processo (DEAS, 1998, p. 658). No entanto, a ausência de um plano nacional para coordenar os gastos com o

⁷¹ *“Historically, the ties between the state and the agrarian society were weak, indeed well-nigh non-existent, from Independence until well into the twentieth century. The state-peasant relationship in Colombia is the exact opposite of the classic case of Imperial and Kuomintang China, where the state was able both to exploit economically the rural population through an elaborate system of taxes, and to keep the vast majority of the population under political control”*

afluxo financeiro imediato acarretou em severas críticas sobre os usos desses recursos, o que revela, pelo menos em parte, a incapacidade do Estado em exercer sua autonomia relativa.

Cardoso & Faletto (2004, p. 93-95) afirmam que a disputa política entre os Partidos Conservador e Liberal não pode ser visto como uma oposição entre as classes senhoriais e burguesas-capitalistas, mas como uma característica da estrutura política e de classes da Colômbia, a qual se deu sob um predomínio oligárquico frente a uma debilidade de ascensão dos grupos médios, em parte devido a baixa imigração e também em função do caráter pouco capitalista da lavoura cafeeira. A retomada liberal do poder ao longo da década de 1930 trouxe um vislumbre de inflexão na forma pela qual a estruturação dos interesses de classe se davam no país. Esta, no entanto, deu-se apenas de forma aparente, pois ainda que seja possível identificar uma clara intencionalidade industrializante e transformadora por parte de Alfonso López Pumarejo⁷², os conflitos com os setores tradicionais da sociedade colombiana foram intensos e de certa forma frearam maiores impulsos modernizantes no país. Mora (2012) propõe uma análise dos governos da década de 1930 com base nessa identificação, ainda que sua volta ao poder tenha se dado mais em função de uma debilidade e cisões internas do Partido Conservador do que propriamente por uma inflexão política radical na sociedade colombiana.

Bushnell (1993, p. 181-182) ao tratar do período 1930-1946, identifica que a causa imediata da mudança partidária no poder nas eleições de 1930 se deu em função da divisão interna por parte dos conservadores, a qual se deu também no âmbito das preferências políticas por parte da Igreja Católica no país. No entanto, contrariamente a López Pumarejo, o presidente eleito, Enrique Olaya Herrera, pelo Partido Liberal, era muito mais moderado e promoveu um governo de coalizão com alguns segmentos do Partido Conservador. Ao longo do período 1930-1934, dois fatores foram marcantes nos rumos da política econômica colombiana: a crise de 1929 e a guerra com o Peru.

Nesse ínterim, algumas mudanças institucionais se processaram, tais como a regulamentação da jornada de oito horas diárias o reconhecimento dos sindicatos como organizações legais. Ambos esses aspectos se encontram no que o próprio presidente López Pumarejo denominou como *La Revolución en Marcha*, a qual teria forte inspiração nas

⁷² É interessante notar que Leon Palacios (2002) não identifica López Pumarejo como uma espécie de representante dos industriais, mas um reformador social. No entanto, suas conclusões se assemelham às que se obtém nesse trabalho, quais sejam, as de que a característica histórica do desenvolvimento capitalista colombiano é a da incapacidade do Estado em realizar plenamente sua função de organizador, constituidor e reproduzidor das relações de produção.

políticas desenvolvidas no *New Deal* dos EUA. Mas do ponto de vista da transformação industrializante e das mudanças institucionais para tal, Mora (2012) identifica três grandes grupos abrangentes no contexto da *Revolución* proposta por López Pumarejo. São elas, a reforma tributária (1935), as reformas agrária e constitucional (ambas de 1936) e a reforma educacional (1934-1938). Todas essas reformas se inserem no caráter transformador que o projeto de López Pumarejo apresentava. Nesse sentido, seus discursos e propostas de transformação e diversificação produtiva e social se assemelham bastante às de Vargas no Brasil. Porém, tal como Marx ([1852] 2011b, p. 25) afirmou com sabedoria, a transformação não depende meramente da vontade humana, mas das circunstâncias históricas e da tradição das gerações passadas. Estas, no caso colombiano, caíram como um pesadelo sob as pretensões modernizantes de López Pumarejo a partir de 1934, ainda que de certa forma houve certa conjuntura política favorável à implementação de sua intencionalidade.

Mora (2012, p. 75) mostra que a reforma tributária de 1935 representou uma conquista fiscal importante para o Estado, pois promoveu um aumento dos impostos diretos e deu margem para a realização de uma política de crédito mais ampla, especialmente por meio da Caja Agraria, da Corporación de Crédito e o Banco Central Hipotecario, instituições criadas ainda no governo de Enrique Olaya Herrera (1930-1934). No âmbito do crédito industrial, López Pumarejo implementou uma linha de crédito especial para o financiamento da indústria por meio do Banco Central Hipotecario, em 1937. Além desses instrumentos, o presidente posterior a López Pumarejo, Eduardo Santos, incrementou o papel do Estado no desenvolvimento industrial ao criar o Instituto de Fomento Industrial (IFI), em 1940, o qual era responsável pelo estabelecimento de novas indústrias e no subsídio por meio de crédito e outras assistências técnicas (BUSHNELL, 1993, p. 193).

De caráter mais amplo, a reforma constitucional de 1936 afetou o estatuto oficial da propriedade a fim de lhe dar uma função social, a qual se não observada permitiria uma intervenção estatal. Dessa forma, promoveu-se um incentivo ao uso social da terra, o qual não deixou de ter uma contra ofensiva latifundiária, especialmente no segundo governo de López Pumarejo, nos anos 1940 (MORA, 2012, p. 128). Uma importante característica dessa reforma constitucional foi, portanto, o precedente econômico por parte do Estado para ações interventoras, no intuito de recuperar sua capacidade de centralização das decisões. Nas palavras de Mora (2012), essa caráter intervencionista se dirigia para a “direção ou coordenação de certos setores econômicos estratégicos, coordenação compartilhada com os respectivos empresários desses setores” (p. 99).

No âmbito da reforma agrária (1936), tem-se um desdobramento da própria reforma constitucional do mesmo ano, quando se buscava deliberadamente capitalizar as relações de produção no campo, majoritariamente servis ainda. O conflito entre colonos e fazendeiros sobre o uso econômico da fronteira agrícola estava no cerne das disputas e nesse sentido a reforma agrária tentou agir priorizando o uso racional da terra. Para tanto, a mudança no estatuto oficial da propriedade foi importante, pois permitiu ao Estado uma prerrogativa de ação a fim de favorecer os usuários produtivos. Outro ponto importante da reforma agrária de 1936 foi o rompimento com o regime tradicional da grande fazenda, o qual impunha aos camponeses uma relação de sujeição aos proprietários, mas sem a contrapartida monetária do assalariamento (MORA, 2012, p. 115). A intervenção do Estado nos conflitos agrários se deu nesse período principalmente por meio do Escritório Geral do Trabalho, instituição criada em 1923 (MORA, 2012, p. 117-118). Com isso, buscou-se uma solução jurídica para os entraves, mas o processo foi lento e sem grandes mudanças, evidentemente em função do caráter reacionário existente nos interesses latifundiários constituídos.

Uma outra importante mudança institucional proposta e implementada por López Pumarejo ao longo de seu primeiro mandato como presidente foi a reforma educacional. Esta não se deu apenas no âmbito do ensino superior, mas fundamentalmente em todos os níveis e com atenção especial à educação dos camponeses, por meio da Comissão de Cultura Aldeana e Rural (1934). Em termos gerais, de acordo com Mora (2012), a reforma educacional proposta por López Pumarejo visava a um processo de laicização do Estado, aspecto fundamental para seu projeto modernizador. Dessa forma, mais do que incentivar a alfabetização, tal reforma ambicionava adentrar no problema da integração nacional. Para tanto, propôs o ensino religioso apenas no ensino primário e secundário, incentivando uma maior independência do ensino superior das amarras religiosas (MORA, 2012, p. 160). Sendo assim, uma importante mudança se deu por meio da Lei 68, de 1935, a qual incidiu especificamente sobre a reforma e a organização da Universidade Nacional da Colômbia a fim de promover uma profissionalização docente e de pesquisa, além de incrementar e atualizar os conteúdos científicos lá ensinados. Evidencia-se, portanto, o caráter modernizador no âmbito educacional por meio de uma separação de funções entre a Igreja Católica e o Estado. Nesse processo, criou-se uma editora universitária, novas divisões departamentais, um conselho acadêmico formado por decanos universitários, cujo objetivo era o de formular e regulamentar os planos de ensino, pesquisa e carreiras docentes (MORA, 2012, p. 168).

A agressiva tentativa de modernização da sociedade e política colombianas propostas por López Pumarejo já em seu primeiro mandato tiveram dificuldades de se enraizarem na estrutura política do país em função dos elementos acima destacados, os quais de uma certa maneira impunham certas barreiras ao movimento dialético de consolidação do capitalismo e de fomento à industrialização. A existência de um projeto nacional definido (modernização capitalista) e de uma intencionalidade industrializante por parte do Executivo colombiano a partir de 1930 – e mais especificamente com López Pumarejo, em 1934 – não encontram respaldo na transformação da estrutura de classes existente no país, a qual apresentava dificuldade na ascensão dos setores médios-urbanos e no enfrentamento dos tradicionais latifundiários. Com isso, a sustentação da oligarquia-exportadora nas esferas do poder real foi parcialmente rompida nos anos 1930, muito em função de divisões internas no Partido Conservador. Como destaca Abel (1999), a estabilização política a partir dos anos 1920 implicou a desestabilização do Partido Conservador, o que fica claro na incapacidade deste em lidar com as revoltas dos trabalhadores em 1928 contra a United Fruit Company. A partir dessa desestabilização na principal facção política conservadora do país, os liberais mais radicais puderam vislumbrar aspirações de um novo projeto para o país. Este avançou consideravelmente ao longo do primeiro mandato de López Pumarejo, especialmente entre 1935 e 1937 com o apoio do Congresso (MORA, 2012, p. 172). No entanto, a partir de 1937 a continuidade das reformas propostas por López Pumarejo ficou abalada pela crescente reorganização das forças conservadoras e de divergências no seio do próprio Partido Liberal. Em maio de 1937, López Pumarejo apresentou sua renúncia ao Senado frente às dificuldades em aprovar uma lei que favorecia ao Estado intervir na indústria da banana, fato que aparece, nas próprias palavras de López Pumarejo, como oriundo de uma série de consequências contrárias à política do governo (MORA, 2012, p. 85).

A criação da Ação Patriótica Nacional em 1935, abarcando as importantes forças políticas reacionárias do país, constituiu-se em um contra-ataque conservador contra as propostas de López Pumarejo e dos Liberais mais radicais. Esse reacionarismo iria se consolidar com mais ímpeto ao longo do segundo mandato do presidente, nos anos 1940, e ajuda a revelar como a correlação de forças políticas do país, tal como argumentam Cardoso & Faletto (2004), dificultou uma resposta industrializante de maior vulto a partir da crise de 1929. Esse processo de industrialização avançou e seria um erro negar tal fenômeno, mas o ponto que aqui se destaca é que seu avanço se deu de maneira truncada e sem conseguir superar as adversidades de uma estrutura econômica, política e social fundamentalmente conservadora.

Sendo assim, a reação conservadora a partir de 1937 e sua consolidação com mais força a partir dos anos 1940 ajuda a evidenciar a incapacidade de consolidação dos interesses de uma burguesia industrial nascente no país. Com base nisso, Mora (2012, p. 222) sentencia que o apoio da burguesia industrial à política reformista de López Pumarejo, e especialmente sobre as questões relacionadas ao mercado de trabalho, começou a ruir a partir de 1937 com problemas relacionados à lucratividade dos setores industriais no país e a continuidade de implementação de reformas sociais em favor dos trabalhadores. Culmina-se essa oposição na derrota lopista nas eleições parlamentares de 1937, a qual permitiu a entrada de significativas forças mais à direita do espectro político do Partido Liberal e, conseqüentemente, contrárias às medidas radicais de reformas sociais propostas pelo então presidente López Pumarejo. Em 1938, assume Eduardo Santos como presidente e, nas palavras de Bushnell (1993), apesar de ele demonstrar interesse em expandir o papel do Estado em fomentar o desenvolvimento industrial, suas ações em relação aos trabalhadores e aos camponeses iam em outra direção: “Mas Santos não mostrou o mesmo interesse nos problemas do trabalho e do campesinato tal como ele o fez em ajudar os industrialistas” (BUSHNELL, 1993, p. 193, tradução própria)⁷³.

3.6. O CASO DO MÉXICO

A análise da política econômica e do processo de industrialização mexicano ao longo da década de 1930, especialmente na administração de Lázaro Cárdenas del Río (1934-1940) precisa ser feita com base em dois fenômenos anteriores, os quais moldaram a economia, a política e a estrutura de classes do México a partir de então. São eles o chamado Porfiriato e a Revolução Mexicana. A importância do primeiro para o desenvolvimento econômico mexicano e especialmente para a industrialização deve ser reconhecida à luz de alguns aspectos centrais, tais como o processo de forte centralização política em torno do Estado, a reforma fiscal e a criação de certas instituições que contribuíram para romper os principais obstáculos para o desenvolvimento econômico. Esse processo, no entanto, foi levado à frente de forma completamente desigual e violenta. Já o segundo está intimamente relacionado às conseqüências sociais do Porfiriato e representou um descontentamento generalizado entre as

⁷³ “*But Santos did not show the same interest in the problems of labor and the peasant as he did in helping the industrialists*”.

classes sociais no país, mas eclodiu a partir da questão agrária envolvendo os camponeses e o processo de expropriação das terras comunais.

Os aspectos gerais do Porfiriato são resumidos por Barbosa (2010) em seis: intensa centralização política, diversificação produtiva e das exportações, crescimento dos investimentos estrangeiros após a retomada do pagamento da dívida externa, substituição de códigos legais a fim de superar reminescências coloniais, constituição de uma burocracia tecnocrata altamente centralizada e pequena (os *científicos*) e, por fim, aumento das disparidades regionais nos níveis de desenvolvimento: no norte do país a economia se desenvolveu de maneira mais acentuada e especialmente voltada para os EUA, mas ao sul e sudeste as atividades produtivas se baseavam em pouca diversificação e dinamismo. Nesse sentido, o Porfiriato marcou um período onde tanto as classes dominantes quanto as dominadas perderam poder, mas para as primeiras houve ganhos econômicos significativos ao passo que para as demais, especialmente para os camponeses, nem isso aconteceu (BARBOSA, 2010, p. 39).

Ao longo desse processo de transformações socioeconômicas levadas à frente pelo Porfiriato, destaca-se a expansão das ferrovias e o processo de integração do mercado interno, fundamental para a consolidação de uma economia nacional. Nesse sentido, Moreno-Brid & Ros (2009, p. 51) afirmam que as ferrovias ajudaram principalmente a reduzir os custos de transporte. Ainda que contribuíssem para a indução de inovações ao longo da estrutura produtiva integrada, a ausência de encadeamentos à montante na cadeia produtiva mexicana (*backward linkages*) dificultaram maiores avanços em termos de industrialização.

Duas importantes mudanças institucionais ao longo desse período foram levadas à frente a fim de enfrentar algumas barreiras tradicionais para o desenvolvimento: a criação do *Banco Nacional de México* (Banamex) e a modificação de códigos comerciais e da lei bancária vigentes. Nesse sentido, o governo pode obter recursos suficientes para financiar a despesa pública ao longo do processo de reforma fiscal encaminhado pelas mudanças legais. Por outro lado, do ponto de vista do crédito para a indústria, as novas medidas que incentivaram concentração bancária provocaram dificuldades para a concessão de créditos produtivos. Uma importante estratégia para resolver essa situação foi a aproximação com investidores estrangeiros, especialmente em setores de petróleo, mineração e agricultura exportadora, por meio de incentivos e subsídios diversos (MORENO-BRID & ROS, 2009, p. 54).

É importante notar, no entanto, que esse incentivo governamental ao longo do Porfiriato às indústrias não foi acompanhado por transformações semelhantes nas relações de trabalho do período no sentido de transformar práticas servis em capitalistas. Nas palavras de Moreno-Brid & Ros (2009).

Isso permitiu a coexistência simultânea de relações de trabalho quase-feudais em algumas regiões e atividades com relações capitalistas em outras áreas mais modernas. Essa falta de progresso nos códigos e regulações de trabalho aumentaram a fragilidade dos trabalhadores em assuntos relativamente a jornada de trabalho, salários e proteção social. Tais limitações não ajudaram a reduzir a concentração de renda (MORENO-BRID & ROS, 2009, p. 56, tradução própria)⁷⁴.

Comparando com outros países latino-americanos, o Porfiriato acarretou um crescimento econômico superior ao do Brasil e do Uruguai, por exemplo, embora tenha sido inferior ao da *Belle Époque* argentina. Em termos gerais, o processo de crescimento econômico pode ser dividido em duas fases ao longo do Porfiriato. A primeira corresponde à expansão das exportações, recuperação do dinamismo em atividades tradicionais e a construção de ferrovias. Já a segunda fase se caracterizou por uma maior diversificação nos investimentos e pelo desenvolvimento de atividades manufatureiras de maior alcance⁷⁵ (MORENO-BRID & ROS, 2009, p. 57).

Sobre a expropriação das terras comunais, Moreno-Brid & Ros (2009, p. 63) pontuam que ao final do Porfiriato, cerca de 95% das comunidades indígenas tinham perdido suas terras comunais. De certa maneira isso acarretou a formação de um potencial novo exército industrial de reserva. No entanto, do ponto de vista do desenvolvimento capitalista, o Porfiriato encontrou limites ao não conseguir proletarizar definitivamente o campo, mesmo com a política de expropriação das terras comunais. Esses limites foram sumarizados por Moreno-Brid & Ros (2009, p. 66) em três: o fortalecimento dos *links* de dependência nas relações de trabalho das áreas rurais, apesar das contínuas expropriações; a incompatibilidade de um sistema bancário capaz de financiar as necessidades de um processo de mudança

⁷⁴ “*This allowed for the simultaneous coexistence of quasi-feudal labor relations in some regions and activities with capitalist relations in other, more modern areas. The lack of progress on labor codes and regulations increased workers’ fragility on matters regarding working hours, salaries, and social protection. Such limitations did not help to reduce the concentration of income*”.

⁷⁵ Isso não significa dizer que a economia mexicana não estava ancorada em um típico modelo primário-exportador, como parece ser a tônica da América Latina desde a independência. Nesse sentido, Meyer (1998, p. 179) mostra que em 1921 as exportações de petróleo representavam 76% do total das exportações mexicanas. O significado dessa relativa diversificação produtiva deve ser entendido à luz de outros exemplos latino-americanos, tais como a Colômbia, que teve dificuldades em criar uma dinâmica produtiva interna mais dinâmica.

estrutural, pois concentrava crédito apenas para as grandes firmas próximas da elite bancária e acarretou no fato de que o financiamento de novos empreendimentos industriais se deu majoritariamente a partir de lucros reinvestidos da burguesia comercial; por fim, a aparente retórica defensora do *laissez-faire* se mostrou inconsistente com a prática governamental de investimentos públicos conspícuos especialmente em termos militares a fim de garantir a chamada *Pax Porfiriana*. Dessa forma, tem-se que o padrão de desenvolvimento encabeçado pelo Porfiriato mostrou sinais de esgotamento a partir do início do século XX, especialmente em virtude da questão agrária. Esta, por sua vez, marcou o estopim da Revolução Mexicana, mas não era o único conflito de classe existente no país.

A situação econômica e social do México no início do século XX se encontrava de forma contrastante entre o norte e o sul do país. No norte, havia uma tendência ao desaparecimento das relações de *peonaje*, pressão salarial por causa da demanda por trabalho nas ferrovias, indústrias e fazendas comerciais. Já no sul, observava-se um predomínio das relações de *peonaje* e baixo dinamismo econômico. O que permeia tudo? Grande dependência de capitais estrangeiros, especialmente no norte do país e uma ligação próxima com os EUA.

O descontentamento geral com o Porfiriato pode ser visto sob três dimensões. A primeira delas era a insatisfação de frações de classe burguesa com a competição existente com empresas estadunidenses, cujo centro político se dava em torno Francisco Madero. A segunda das dimensões correspondia ao descontentamento de setores operários que buscavam mais liberdade de organização e melhores condições de trabalho. Por fim, a última das dimensões compreende o desagrado dos camponeses em função das expropriações de terras comunais e a perseguição política, especialmente de indígenas. Nas palavras de Barbosa (2010),

A Revolução, não esperada pelos contemporâneos, era uma filha inesperada do projeto liberal do século XIX e não foi fruto da miséria e da estagnação, mas provocada pela desordem da expansão econômica e das transformações sociais e políticas decorrentes dessas mudanças (BARBOSA, 2010, p. 62).

Os eixos geográficos da Revolução se deram ao sul com as forças camponesas lideradas por Emiliano Zapata e de caráter agrarista; e ao norte, sem um programa homogêneo de reivindicações, mas girando em torno da figura de Madero. A partir da derrota do inimigo contrarrevolucionário comum constituído no governo de Victoriano Huerta (1913-1914), instala-se um momento de intensificação do conflito de classes e das posições políticas opostas, com vitórias significativas das classes populares entre 1914 e 1915. No entanto, a partir de 1915 instaura-se uma nova fase na Revolução, onde os exércitos populares

enfraquecidos do sul recuaram frente ao avanço de forças do norte e nordeste do país, período que marca a construção de uma aliança entre os setores médio-urbanos com os latifundiários.

A insurreição camponesa pode ser vista como o elemento chave para a detonação do processo revolucionário no México. Comparando o campesinato mexicano com o brasileiro e o argentino nesse período, Moreno-Brid & Ros (2009, p. 70-71) concluem que tal como Brasil e Argentina, o México também desenvolveu um período de agricultura capitalista, que pode ser visto como a construção de seu modelo primário-exportador. No entanto, a partir da tipologia construída aqui nesse trabalho, os vizinhos sul-americanos Brasil e Argentina tinham força de trabalho predominantemente de origem afro-americana e euro-americana, respectivamente. No México, houve uma mistura de tipos de campesinato, onde em certa medida os modelos brasileiro e argentino conviveram com grandes comunidades indígenas e nesse sentido é que o processo de reforma agrária mexicano foi muito mais precoce do que nos demais países da região.

Em 1917 foi aprovada uma nova Constituição, a qual incorporou fundamentalmente temas relativos a educação, posse da terra e do subsolo, direito dos trabalhadores e a secularização da relação Estado e Igreja.

Basicamente, a nova Carta trata das garantias democráticas; da organização jurídica; da eliminação da participação religiosa na educação; da reforma agrária e da proteção à pequena propriedade e às terras comunais; da nacionalização das riquezas do subsolo; do estabelecimento de limites à propriedade, submetendo-a ao interesse social; e da delimitação dos direitos e garantias do trabalhador. Uma reflexão pertinente é que essa constituição avançada só foi possível devido à pressão e às batalhas de camponeses e operários durante a revolução (BARBOSA, 2010, p. 91-92).

Entre 1920 e 1934 se estabelece a chamada Dinastia Sonorense, a qual representa um momento de certa estabilização política e consolidação da Revolução. Com a ascensão de Lázaro Cárdenas em 1934, tem-se um período de ruptura com a hegemonia política da Dinastia Sonorense fortemente influenciada por Plutarco Ellías Calles. Na gestão cardenista, três aspectos ganham destaque: 1) o apoio dos operários em uma aliança política importante com o governo federal; 2) a radicalização da reforma agrária, sendo o período presidencial que mais hectares redistribuídos realizou entre 1915 e 1940; e 3) a nacionalização das companhias de petróleo estrangeiras (BARBOSA, 2010, p. 106-108). Para Barbosa (2010), a Revolução Mexicana deve ser entendida como um processo em que o governo Cárdenas representa seu desfecho e um momento de ruptura histórica no país. Mais do que isso, Meyer (1998, p. 171-172) caracteriza que o processo de institucionalização da Revolução Mexicana

começou a ser feito a partir de Calles (1924-1928), mas foi com a gestão de Lázaro Cárdenas del Río que esse processo se completou.

O sentido dessa institucionalização revolucionária a partir da presidência de Calles (1924-1928) deve ser compreendido a partir do significado das ações levadas à frente em um contexto de estabilização política e reconstrução do Estado e de seus aparelhos. Dessa forma, a década de 1920 representou as bases do que posteriormente viria a ser o governo de Cárdenas del Río, pois, como afirma Meyer (1998, p. 164-165), Calles tinha um programa deliberado de promover o desenvolvimento capitalista do país em que o Estado teria um importante papel de construir a unidade de interesses nacionais, cujo fundamento central era uma forte ideia de nacionalismo. É a partir daí que uma série de instituições criadas ao longo dessa década deve ser vista, tais como o Banco de México, cujo papel era de servir como Banco Central do país, o Banco de Crédito Agrícola (1926), entre outras. Ainda assim, é preciso ter em mente que a política econômica seguia uma cartilha liberal clássica, isto é, orçamento equilibrado, estabilidade monetária e restabelecimento da confiança internacional sobre a economia mexicana (MEYER, 1998, p. 173). Essa mentalidade pode ser vista de maneira efetiva a partir das restrições oriundas da queda nas exportações de petróleo, a qual implicou mudanças significativas na condução da política de crédito, especialmente a partir de 1927. Em um modo geral, o significado dos anos 1920 para o período de governo de Lázaro Cárdenas del Río pode ser sintetizado como uma reestruturação do Estado e de sua relação com a sociedade civil em um projeto de consolidação do capitalismo no país, por meio da criação de instituições financeiras e de infraestrutura que favorecessem os interesses privados.

Uma das principais consequências para o processo de desenvolvimento mexicano após o fim do Porfiriato foi a Constituição de 1917, a qual propiciou mais centralização e possibilidades de ação estatal. Nesse sentido, as consequências dessa mudança institucional profunda estão intimamente relacionadas aos desdobramentos nos anos 1930. Do ponto de vista econômico, essa Constituição redefiniu legalmente o significado da propriedade da terra, das relações de trabalho e dos recursos do subsolo. No que diz respeito às relações de trabalho, Moreno-Brid & Ros (2009) sintetizam:

O Artigo 123 é também considerado uma das legislações trabalhistas mais progressistas da época, estabelecendo o direito para formar sindicatos, um sistema de

salários mínimos, jornada de trabalho de 8 horas em 6 dias semanais, e pagamento igual para trabalho igual (MORENO-BRID & ROS, 2009, p. 69)⁷⁶.

Dessa forma, o processo de proletarização da força de trabalho ganha força e a regulação também pendendo para interesse dos trabalhadores em virtude das disputas oriundas da Revolução. A instabilidade política inaugurada após o fim do porfiriato só seria plenamente resolvida a partir do governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940) com a hegemonia do então *Partido Nacional Revolucionario* (PNR). A partir de 1940 instaura-se um processo de tentar por meio do Estado a construção e organização mais avançada em termos nacionais dos distintos interesses de longo prazo das classe e frações de classe. Nesse sentido, como mostram os autores, várias alianças foram travadas entre Estado, trabalhadores, camponeses, industriais e comerciantes, por exemplo (MORENO-BRID & ROS, 2009, p. 70).

Entre 1926 e 1932 o México teve sua própria crise econômica, cuja origem está na redução das exportações de petróleo e minerais para os EUA, agravadas após o *crash* de 1929 no vizinho do norte. Esse declínio nas exportações ocorreu em função de uma queda na própria produção, pelo menos antes de 1929. Nesse sentido, a deterioração dos termos de troca explica boa parte desse processo, tendo sido o México um dos países mais afetados negativamente (MORENO-BRID & ROS, 2009, p. 80). Uma importante mudança após a crise de 1929 no âmbito da política econômica mexicana diz respeito à forma pela qual a gestão macroeconômica passou a ser feita. Entre 1920 e 1932 o caráter da política econômica instrumental tinha sido fundamentalmente ortodoxo, mas especialmente a partir de Lázaro Cárdenas del Río (1934-1940) o México passou a ser um país com práticas de política econômica anticíclicas.

Ao longo da administração de Lázaro Cárdenas del Río, a indústria foi estimulada através de investimentos direcionados e com caráter protecionista, mudança nos preços relativos urbano-rural favorecendo as atividades manufatureiras concentradas nas cidades e imigração de certos grupos industriais no México nos anos 1920. Dessa forma, o setor mais dinâmico da economia mexicana passou a ser o manufatureiro (MORENO-BRID & ROS, 2009, p. 84). Para esses autores, a consolidação do Estado desenvolvimentista na gestão de Lázaro

⁷⁶ “Article 123 is also considered one of the most progressive labor legislations of the time, establishing the right to form trade unions, a system of minimum wages, 8-hour workdays a 6-day workweek, and equal pay for equal work”.

Cárdenas del Río se deve às instituições criadas, à reforma agrária e ao novo caráter da gestão macroeconômica levado à frente.

Em resumo, o período de Cárdenas viu a consolidação de um Estado desenvolvimentista no sentido de de colocar em lugar um Estado com o objetivo de elevar o bem-estar social e com suficiente autonomia e recursos para perseguir uma política econômica coerente (MORENO-BRID & ROS, 2009, p. 88, tradução própria)⁷⁷.

Na interpretação de Cardoso & Faletto (2004, p. 103-105), o processo revolucionário no México foi o meio pelo qual os setores médio-urbanos conseguiram uma participação efetiva no exercício do poder por meio da inserção nos aparelhos do Estado. Entretanto, isso só se deu em função do estopim oriundo da questão agrário-camponesa, o qual permitiu em um momento seguinte certas conquistas por parte desses grupos, materializadas, por exemplo, na Constituição de 1917. De certa forma, a Revolução significou uma importante mudança na política do país exatamente por esse caráter de mobilização política das massas populares no seio do Estado, ainda que sem conseguir impor completamente seus interesses. Por outro lado, essa participação maior dos setores médio-urbanos acarretou consequências na gestão da política econômica a partir de então, o que pode ser visto na aplicação de políticas de defesa do emprego e que favorecessem a acumulação capitalista.

As consequências da Grande Depressão em uma economia fortemente dependente dos capitais estrangeiros tal como era a mexicana foram muito mais acentuadas – visto que a maior parte de sua receita exportadora era oriunda da indústria petrolífera e demais minérios, a qual é fortemente intensiva em capital⁷⁸ –, como já foi delineado acima. Nesse sentido, se a crise no México foi precipitada já em 1926, exatamente a partir de uma crise na indústria do petróleo, as consequências em termos políticos estavam postas à mesa às vésperas da década de 1930. O Cardenismo representa, portanto, uma consequência dessa intensificação das disputas e um produto da própria correlação de forças políticas em curso na sociedade mexicana:

Como todos os ‘grandes homens’, Cárdenas era produto de seu tempo: ele emprestou seu nome para um período no qual – não obstante a supremacia presidencial Mexicana

⁷⁷ “*In sum, the Cárdenas period saw the consolidation of a developmental state, in the sense of putting in place a state with the aim of raising social welfare and with sufficient autonomy and resources to pursue a coherent economic policy*”.

⁷⁸ Meyer (1998, p. 179) estima que cerca de 57,5% do capital investido na indústria petrolífera mexicana era de origem estadunidense, 26,2% britânica, 11,4% holandesa e apenas 3% mexicana. Além disso, as taxas alfandegárias sobre o petróleo representavam um terço da receita nacional.

– mouldou-o mais do que por ele foi moldada (...) Cardenismo: um projeto nacionalista, radical, que fundamentalmente afetou a sociedade Mexicana, e que representou a última grande fase reformadora da Revolução Mexicana (KNIGHT, 1996, p. 7, tradução própria)⁷⁹.

De uma maneira geral, Lázaro Cárdenas del Río se associou às forças populares e, com isso, delineou seu projeto de governo com base na radicalização das reivindicações de sua base aliada. Isso foi possível, pelo menos em parte, em função da polarização da elite política mexicana do Partido Nacional Revolucionario (PNR) frente à crise de 1929. Para tanto, a indicação por Cárdenas de seu *Plan Sexenal* sugere uma concepção de projeto nacional delineada com base em políticas de desenvolvimento em quatro setores fundamentalmente: agricultura, indústria, infraestrutura e desenvolvimento social (MÉXICO, 2006, p. 17-49).

A política trabalhista desenvolvida ao longo da administração de Cárdenas esteve desde o início associada ao princípio intervencionista sobre as relações de trabalho. Knight (1996, p. 35) deixa isso claro ao trazer um trecho de discurso onde o próprio Cárdenas declarava que o papel do governo era arbitrar e regular os problemas sociais. Nesse sentido, parte importante das mudanças institucionais nesse âmbito ocorreram no sentido de aproximar Estado e organizações dos trabalhadores a fim de construir uma política nacional que favorecesse em última instância a classe trabalhadora nos conflitos com a burguesia industrial e comercial. Inicialmente, a burguesia não foi contra esse tipo de política, pois ao mesmo tempo que ela promovia uma espécie de keynesianismo e, com isso, favorecia o mercado interno, Cárdenas não mostrava tolerância para o que Knight (1996, p. 35) denominou por “sindicalismo irresponsável”, especialmente para os trabalhadores das indústrias petrolíferas, majoritariamente estrangeiros. Mas à medida que essa política de favorecimento da classe trabalhadora começou a atuar contrariamente aos interesses das frações de classe burguesa, o apoio desses últimos começou a esmaecer e se tornou uma crítica hostil cada vez maior. Assim como Calles tinha como palavra de ordem a *organização* dos interesses das classes sob o Estado a fim de promover uma política de coalizão dos interesses nacionais, Cárdenas também compartilhava desse princípio. No entanto, diferentemente de Calles, o sentido dessa organização não era pró-capital, porém mais voltada relativamente aos trabalhadores.

⁷⁹ “Like all ‘great men’, Cárdenas was a product of his times: he lent his name to a period which – Mexican presidential supremacy notwithstanding – moulded him more than he moulded it (...) Cardenismo: a radical, nationalist project which fundamentally affected Mexican society, and which represented the last, great reforming phase of the Mexican Revolution”.

Lázaro Cárdenas del Río buscou consolidar as instituições financeiras criadas ao longo da década de 1920, mas o fez também ao fomentar outras mais. Nesse sentido, pode-se listar as seguintes instituições criadas em sua administração, tais como o Banco Nacional de Crédito Ejidal (1935), criado para apoiar o processo de reforma agrária e assistência técnica, especialmente para os *ejidos*; o Banco Nacional de Comercio Exterior (1937), cuja função prioritária visava o apoio às atividades exportadoras; o Banco Nacional Obrero de Fomento Industrial (1937 e incorporado ao Banco Nacional de Promoção de Cooperativas em 1944), criado para fomentar o desenvolvimento industrial. A importante criação da Nafinsa (1934) antecede o governo Cárdenas, mas é certamente uma instituição central como *raison d'être* da reorganização do Estado e de seu papel nesse período. Mais do que isso, a criação da Nafinsa representa o primeiro banco diretamente orientado para o desenvolvimento após o Banco de Avío (1830-1842)⁸⁰ e eixo central para o financiamento industrial de longo prazo, ainda não tenha sido deliberadamente pensada por Lázaro Cárdenas del Río. Isso não implica, obviamente, que seu governo não promoveu instituições de crédito com foco direto sobre a atividade industrial, tal como pode ser vista na criação do Banco Obrero de Fomento Industrial, em 1937.

As transformações institucionais ocorridas no período de Lázaro Cárdenas del Río como presidente não residem apenas na criação de instituições formais, mas também na consolidação de um programa de governo em cumprimento das conquistas alcançadas na Constituição de 1917. Isto é, a mudança institucional proposta em sua gestão abarca uma tentativa de consolidar o programa revolucionário popular inaugurado a partir de 1910 no seio da política nacional e talvez aqui resida o sentido de seu forte nacionalismo. A nacionalização da indústria petrolífera não pode, entretanto, ser vista como um exemplo de política econômica nacionalista, pois, como atesta Knight (1996, p. 41), esta se deu mais em função do comportamento agressivo das companhias estrangeiras em relação aos trabalhadores. Por

⁸⁰ Para Potash (1983), o Banco de Avío representou o esforço deliberado dos interesses industriais em formação no seio do Estado mexicano após a independência. Isso fica claro ao autor analisar o papel desempenhado por Lucas Alamán, ministro do governo Bustamante e “alma inspiradora” dessa gestão. A percepção de Alamán, como retrata Potash (1983, p. 43-50) era a de que a independência nacional só seria completa por meio do desenvolvimento da manufatura industrial e a solução proposta por ele era o estabelecimento de um banco para a promoção do desenvolvimento industrial. A recepção dessas ideias no contexto político-institucional do país não parece ter sido de rejeição, dado que tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado a proposta foi facilmente aprovada. Em suma, a visão de Alamán e de boa parte de seus apoiadores parece ser próxima a existente no Brasil, ao longo do século XIX, com relação aos proponentes das indústrias naturais, cujas ideias centrais podem ser vistas em Fonseca (2004). Mas é preciso fazer uma importante observação: ainda que certos interesses industriais possam ser vistos como influentes no cenário político do México, não há provas de que a industrialização fosse em si o objetivo primário do governo Bustamante, mas provavelmente em função das necessidades do Tesouro nacional.

outro lado, a criação de uma empresa estatal, a PEMEX, já estava prevista na cartilha do *Plan Sexenal* e completamente de acordo com o que constava na Constituição de 1917, especialmente o Artigo 27, o qual “colocava a nação acima da propriedade privada em assuntos correspondentes à terra, água e recursos do subsolo” (MORENO-BRID & ROS, 2009, p. 69, tradução própria)⁸¹. O investimento estrangeiro também não era visto como ignorado nesse setor e essa política de nacionalização também não tinha uma definição a priori sobre a data a ser executada, o que não indica uma intenção deliberada nesse sentido desde o início da administração de Lázaro Cárdenas del Río.

Talvez um dos principais legados do Cardenismo tenha sido sua intensa política agrária. Como mostra Barbosa (2010, p. 107), foi a maior distribuição de terras ocorrida após o estopim da Revolução em 1910 e marcou uma mudança radical tanto no ritmo quanto no conteúdo da reforma agrária. De acordo com Knight (1996, p. 19), essa política de reforma agrária cardenista não pode ser vista como uma estratégia para o desenvolvimento industrial. O sentido dessa reforma deve ser entendido como um aspecto central de sua concepção modernizadora, a qual passaria necessariamente pela socialização da terra e de suas riquezas. O caminho para tal seria o Estado e o enfrentamento direto dos interesses burgueses e dos tradicionais latifundiários em favor dos *ejidos*. Um importante mecanismo, como mostrado anteriormente, foi a criação do Banco Nacional de Crédito Ejidal, em 1935.

Lázaro Cárdenas del Río e Getúlio Vargas podem ser vistos como políticos semelhantes em muitos aspectos, mas certamente divergiam em questões fundamentais. Ambos possuíam uma ideia de nação integrada como elemento central para alcançarem a modernização. Além disso, os dois conceberam seus objetivos em termos de planos de ação, por meio de discursos, cartas ou documentos formais, delimitando as áreas de atuação do Estado e da relação com a sociedade civil. No entanto, o sentido da intenção de ambos os estadistas era bem diferente. Se em Vargas podemos identificar uma intencionalidade industrializante, como Fonseca (2003) argumenta, em Cárdenas essa perspectiva não é tão forte. Isso não significa que Cárdenas era anti-indústria ou que não a concebia como um setor a ser pensado a partir do Estado, mas certamente o fim de suas intenções não era a indústria em si. Se para Vargas a diversificação produtiva, sendo a indústria um importante elemento desse processo, era condição necessária para a modernização e a consequente melhora no bem-estar social, para

⁸¹ “Article 27 placed the nation over and above private property on matters regarding land, water, and subsoil resource”.

Cárdenas a condição necessária passava por um projeto nacional-popular que abarcaria sua visão de socialismo de longo prazo⁸². Nas palavras de Knight (1996, p. 36), essa visão pode ser resumida em quatro palavras: igualitarismo, sobriedade, responsabilidade e patriotismo. Dito de outra forma, modernização era o objetivo de ambos, mas seus significados eram bastante diferentes. Para Vargas, modernização significava capitalismo. Para Cárdenas, significava gestão nacional-popular com forte influência das lutas camponesas do período revolucionário.

Esse projeto de gestão nacional-popular cardenista passava intrinsecamente por uma reformulação do sistema educacional, a qual foi diretamente influenciada a partir da nomeação de Narciso Bassols como ministro da educação, em 1931, antes mesmo da ascensão de Cárdenas ao poder, e pelo caráter anti-clerical da mesma. A partir da posse de Lázaro Cárdenas del Río em 1934, o orçamento destinado à educação previa aumento significativo, de 15% para 20% dos gastos totais entre 1934 e 1940, mas efetivamente só se alcançou uma mudança de 12% para 14%, entre 1935 e 1940, embora ainda assim tenha sido relevante se comparado com os governos anteriores (KNIGHT, 1996, p. 27-31). Ao longo desse período, várias políticas foram implementadas, especialmente no meio rural, tais como a *Escuela Normal Rural*; no meio urbano, criou-se o Instituto Politécnico Nacional (1936), cujo objetivo estava associado com a formação técnica dos trabalhadores.

Ainda que representasse a ascensão dos interesses populares ao poder, o governo de Lázaro Cárdenas del Río não conseguiu consolidá-los para uma transição de longo prazo, o que fica claro nas eleições seguintes e na reação conservadora a partir da segunda metade de seu mandato. O recrudescimento da inflação, que afetou de maneira mais acentuada os setores médio-urbanos da sociedade mexicana, foi um elemento conjuntural importante para a virada de apoio à sua gestão. O surgimento de organizações anti-Cárdenas, tais como a Unión Nacional Sinarquista (UNS), em 1937, e a Acción Nacional, em 1939, caracterizaram a insatisfação que os setores médio-urbanos demonstravam com a política cardenista. Aliado a

⁸² A definição do termo *socialismo* é bastante controversa e por isso cabe aqui uma precisão conceitual. Não foram encontradas evidências ao longo da pesquisa de que Lázaro Cárdenas del Río apresentasse uma concepção teórica de socialismo como a socialização dos meios de produção. Para tanto, seria necessário que ele se apropriasse de conceitos marxistas tais como classe e capital, associando-os à dinâmica do desenvolvimento mexicano. Isso não significa que sua compreensão política fosse incompatível com o socialismo científico, mas que, talvez, a melhor definição para o projeto cardenista seja o termo *nacional-popular* com forte viés distributivista. Entende-se dessa forma, pois a ideia de nação e do nacionalismo mexicano, assim como a ascensão dos interesses das camadas populares – em especial os camponeses – estavam no centro de seu projeto político, antes de definições claras sobre o papel relativo das classes nas relações sociais de produção.

isso, tem-se a insatisfação da burguesia, especialmente a de Monterrey, com o intervencionismo estatal nas relações de trabalho pendendo sempre para os trabalhadores. Se o início da década de 1930 apresentava uma correlação de forças políticas que permitiu a ascensão de um projeto nacional-popular como o de Lázaro Cárdenas del Río, o final dessa década apresentava um cenário bastante diferente e que se confirmou com a eleição do conservador Manuel Ávila Camacho, em 1940.

Se as bases para o desenvolvimento industrial já estavam colocadas e em muitos aspectos o governo de Cárdenas favoreceu seu avanço por meio da política econômica, a partir de Ávila Camacho (1940-1946) a política de reforma agrária radical promovida por Cárdenas não continuaria. O processo de industrialização, no entanto, prosseguiria sob forte dependência do capital estrangeiro. Se, como mostra Córdova (2000, p. 38), o *Partido Nacional Revolucionario* fundado em 1929 se constituiu como uma verdadeira coalizão de forças políticas distintas a partir da figura de Calles, mas frente a uma severa situação econômica adversa permitiu que um projeto como o de Cárdenas pudesse implementado, as condições para a continuidade dessa aliança política não era a mesma ao final da década de 1930. Dito em outras palavras, esse contrato social popular não apresentava mais uma correlação de forças políticas que o sustentasse.

4. ESTADO E CORRELAÇÃO DE FORÇAS: A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA NAS DIFERENTES TRAJETÓRIAS DE INDUSTRIALIZAÇÃO DOS PAÍSES SELECIONADOS

A discussão contemporânea sobre o Estado e a economia tem se dado fortemente entre duas correntes da teoria política, quais sejam, os Marxistas (ou Neo-Marxistas) e os histórico-institucionalistas. Ambas as correntes lidam com a questão da autonomia relativa e as funções do Estado capitalista, assim como o papel da burocracia, da institucionalização das relações de classe e da própria autonomia relativa do Estado frente às classes sociais. No entanto, um importante ponto de discordância se dá no que pode ser visto como “prioridade de origem” da relação Estado e sociedade civil. Essa inversão sujeito-predicado fica evidente em Marx ([1843] 2010)⁸³ ao criticar as concepções de Bruno Bauer a respeito da relação entre o judaísmo e o Estado Prussiano àquela época. Nesse sentido, a influência de Feuerbach se mostra presente na construção do materialismo histórico-dialético de Marx à medida que este critica a ideia de Bruno Bauer sobre o problema da integração dos judeus na sociedade alemã, especialmente no Estado. Para Bauer, se o Estado renunciasse à religião, a plenitude humana seria alcançada e, nesse sentido, para os judeus se integrarem seria preciso que eles renegassem sua religião, visto que há uma contradição entre interesse geral e povo escolhido. O interesse geral seria assegurado pelo Estado Moderno, o qual pode ser visto nessa visão como o emancipador político da sociedade civil. Dessa forma, Bruno Bauer entende que o Estado constrói a sociedade civil e, portanto, a questão judaica seria apenas um problema religioso.

Marx ([1843a] 2010a), por outro lado, entende que nem a emancipação política pressupõe a renúncia a alguma religião, nem que a emancipação política garantirá a emancipação humana. Para tanto, sua crítica se centra em dois aspectos de uma tese geral, isto é, a Revolução Burguesa e a constituição do Estado Moderno não garantem a emancipação humana; e a emancipação humana pressupõe a erradicação do Estado burguês. Com isso, Marx argumenta que a religião seria a consciência ideal para a reprodução do *status quo* e aqui reside o fundamento da inversão sujeito-predicado: assim como o Estado, a religião é

⁸³ Em um texto anterior, na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, Marx já explicita sua crítica a essa inversão sujeito-predicado, especialmente no que tange à crítica da religião. Em sua interpretação, Marx ([1843b] 2010b) identifica que na Alemanha de sua época o pressuposto básico de toda crítica estava na crítica da religião, como se esta fosse algo abstrato, não-humano. No entanto, em suas palavras: “O homem é o *mundo do homem*, o Estado, a sociedade. Esse Estado e essa sociedade produzem a religião, uma *consciência invertida do mundo*, porque eles são um *mundo invertido*” (MARX, 2010b, p. 145, grifos do autor).

produto de uma construção social. No primeiro, a liberdade conferida pelo Estado capitalista não é uma liberdade plena, mas burguesa. Dito de outra forma, o significado da liberdade individual no Estado Moderno se dá dentro da lei a qual garante ao indivíduo o direito à propriedade privada. O fato é que isso não é algo em si, mas historicamente construído e portanto não é o Estado que constrói e configura a sociedade civil, mas a natureza da complexidade do tecido social que compõe a sociedade civil é que constrói o Estado. Já no segundo, isto é, a religião, sua causa é secular e fruto da miséria humana, não algo metafísico, apenas da psiquê humana.

Mas qual é a relação desse aspecto da inversão sujeito-predicado entre o Estado e a sociedade civil para os objetivos desse trabalho? O ponto central reside na compreensão proposta da relação entre o Político e o Econômico na configuração do processo de industrialização dos países latino-americanos. Essa relação é analisada com base nos conceitos de Estado-relação (Poulantzas) e da análise integrada do desenvolvimento (Cardoso & Faletto), os quais lidam com a problemática do papel econômico do Estado não o tomando como a gênese do processo, mas de sua expressão como um Estado de classe. Isso significa dizer que a materialidade própria do Estado capitalista tem uma natureza de classe específica, qual seja, a burguesa, pois tanto as relações de classe quanto o Estado se constituem em um mesmo espaço.

Essa materialidade própria do Estado não é, portanto, o “sujeito” do desenvolvimento econômico, mas o “predicado” desse processo, cujo “sujeito” é a própria dinâmica da luta de classes. É nesse sentido que aqui se propõe uma aproximação da perspectiva conjunta entre Poulantzas (1981) e Cardoso & Faletto (2004) a respeito da relação Estado e desenvolvimento econômico latino-americano, e não de interpretações fundamentadas em correntes histórico-institucionalistas da teoria política⁸⁴, de forte influência weberiana. Como mostra Ianoni (2013, p. 587), as abordagens estatistas ou histórico-institucionalistas argumentam que o sentido da relação Estado e sociedade civil se dá de forma oposta, isto é, o desenvolvimento histórico parte do Estado em direção a sociedade. Apesar dessa divergência entre ambas as correntes teóricas, isso não significa que haja incompatibilidade teórica fundamental entre elas, pois, tanto Marx quanto Weber pontuaram consistentemente que o Estado capitalista está intimamente relacionado com interesses sociais distintos (IANONI, 2013, p. 591). Por outro lado, na abordagem poulantziana relacional há uma primazia de determinação das relações de

⁸⁴ Sobre a teoria política institucionalista, ver Vincent (2004, p. 28-37).

produção sobre o Estado e o poder, pois o Estado capitalista não é um Estado qualquer, mas possui uma natureza de classe, a qual se define, seguindo a tradição marxista, a partir da constituição das relações de produção. Isso não significa dizer, entretanto, que para Poulantzas há uma mera direção unívoca no sentido da formação do Estado capitalista, a qual tornaria esse próprio Estado em um Estado-Coisa, como nas abordagens do marxismo tradicional. Também não caberia aqui uma análise a partir das concepções de Foucault sobre o poder, visto que, de acordo com Araújo & Tapia (2011, p. 11-12) tal interpretação apesar de ter exercido influência no desenvolvimento teórico da abordagem poulantziana relacional do Estado, apresenta o poder como uma realidade em si e sem fundamento fora dele mesmo, isto é, nas relações de produção. Para esses autores, Poulantzas “critica a posição de Foucault por acreditar que ela acaba levando a uma absolutização e essencialização do poder, que o transforma num dos polos da relação poder-resistência” (ARAÚJO & TAPIA, 2011, p. 12).

Tabela 6 – Quadro esquemático: teses sobre o Estado

Definição de Estado	Burocracia estatal bem desenvolvida	Contradições do Estado
Estado-Coisa (marxismo tradicional)	evidencia o Estado como uma ditadura de classe, sem qualquer autonomia	exteriores ao Estado
Estado-Sujeito (correntes weberianas)	evidencia a autonomia tendencialmente absoluta do Estado	exteriores às classes sociais
Estado-Relação (poulantzas 3)	evidencia diversos interesses e contradições nos aparelhos estatais	inerentes às contradições de classe na estrutura do Estado

Fonte: Poulantzas (1981); Araújo & Tapia (2011); Ianoni (2013). Elaboração própria.

O quadro esquemático da tabela 6 resume três importantes teses a respeito do Estado, sua relação com a burocracia estatal e a natureza das contradições existentes em seu seio. Como fica claro, a abordagem relacional de Poulantzas enfatiza que o Estado capitalista antes de ser algo exterior à sociedade civil é em si produto de sua luta de classes e de suas contradições. A própria materialidade do Estado traz consigo a luta de classes e é um mecanismo fundamental para a explicação das transformações históricas. Para Poulantzas (1981),

É esta estrutura precisa das relações de produção capitalista que transforma a força de trabalho em mercadoria e o excesso de trabalho em mais-valia, e que dá lugar igualmente nas relações do Estado e da economia a uma separação relativa (acumulação do capital e produção da mais-valia), base da ossatura institucional própria ao Estado capitalista, pois traça novos espaços e campos relativos respectivamente ao Estado e à economia (POULANTZAS, 1981, p. 22).

Já em textos anteriores Poulantzas reconhecia esse traço típico da constituição do capitalismo, qual seja, a separação entre o Estado e a sociedade civil. Isso porque sua característica fundamental enquanto modo-de-produção é a atomização do trabalho no que diz respeito às relações sociais. A consequência desse processo é que no nível político há uma generalização abstrata da liberdade formal e da igualdade, pois a partir da necessidade de reprodução das relações capitalista, nesse modo-de-produção “todos os homens são livres e iguais tanto quanto todos os homens são indivíduos privados” (POULANTZAS, 2008, p. 85, tradução própria)⁸⁵. Tal separação é para Poulantzas a forma precisa que encobre no capitalismo a presença do político nas relações de produção e pode levar a um entendimento de exterioridade do Estado em relação à produção e distribuição material da vida.

A preocupação central de Poulantzas (1981) não é propriamente com o processo de constituição do Estado nos diferentes países, mas a compreensão de sua anatomia dentro de uma sociedade capitalista. Nesse sentido, essa análise representa uma importante interpretação sobre a natureza da política acerca do processo de transformações socioeconômicas. Mais do que isso, implica a análise específica da política com as relações de produção, sem, no entanto, entender a primeira como mera decorrência da segunda. Do ponto de vista do estudo dos distintos processos de industrialização latino-americanos, essa perspectiva é central para o objetivo aqui proposto basicamente por dois motivos principais. O primeiro deles é por entender que o Estado não é algo exterior à sociedade civil, embora apareça assim no capitalismo. O segundo advém em decorrência do primeiro, pois não sendo o Estado exterior às relações sociais de produção é nele que concentra a expressão política da luta de classes. Sendo assim, à medida que o processo de transformação histórica em direção ao capitalismo abrange também o Estado capitalista, este último atua no próprio desenvolvimento capitalista por ser a condensação material das relações entre as classes sociais, isto é, das relações de produção.

Dada essa intrínseca relação entre o político e o econômico no capitalismo, a qual aparece sob a forma de uma relativa separação, interpretar as transformações estruturais do capitalismo passa necessariamente por uma análise da esfera política. Explicando em outros termos, quer dizer que o desenvolvimento capitalista não é decorrência apenas de mecanismos de mercado independentemente da luta política de classes. Ao contrário, ele decorre fundamentalmente a partir dessa dinâmica, a qual está articulada com as vinculações externas

⁸⁵ “*all men are free and equal in as much as all men are private individuals*”.

diferenciadas dos países, isto é, da posição relativa na hierarquia internacional da economia-mundo capitalista. Cardoso & Faletto (2004) justificam precisamente a análise integrada do desenvolvimento e a necessidade da política para a compreensão desse processo de desenvolvimento capitalista:

A esfera política do comportamento social influi necessariamente na forma do processo de desenvolvimento. Por isso, se se parte de uma interpretação global do desenvolvimento, os argumentos baseados em puros estímulos e reações do mercado são insuficientes para explicar a industrialização e o progresso econômico (CARDOSO & FALETTTO, 2004, p. 41).

Partir de um foco teórico que não seja fundamentado nas correntes histórico-institucionalistas da teoria política não quer dizer, entretanto, que as instituições não importam para a industrialização. Ao contrário, é o processo de mudança institucional que propicia a transformação estrutural, mas esta deve ser entendida como uma dinâmica historicamente colocada de consolidação do capitalismo. Se fala-se em capitalismo, fala-se em relações de classe que se materializam politicamente no Estado e se expressam sob a forma de políticas estatais. Com isso, tem-se o nexó teórico proposto aqui no trabalho: a política econômica como expressão concreta de um tipo de mudança institucional dentro de um contexto de relações de classe historicamente inseridas.

Essa perspectiva teórica representa uma interpretação do desenvolvimento econômico latino-americano intrinsecamente associada à sua história e vinculação externa. A industrialização se mostra, portanto, como um processo de avanço do próprio desenvolvimento capitalista e seu enraizamento depende da dinâmica que a luta política de classes irá impor na condução da política econômica, especialmente em um contexto de crise tal qual se configurou ao longo da década de 1930. As distintas dinâmicas industrializantes entre os países selecionados não podem ser caracterizadas como meras consequências dos incentivos econômicos sobre os agentes, pois essa análise consequencialista ignora o caráter político por trás dos próprios interesses das classes sociais. No caso concreto latino-americano, isso quer dizer que os interesses das distintas frações de classes dominantes nos países não necessariamente seriam os mesmos em termos de políticas econômicas e que os interesses favoráveis à industrialização precisavam estar consolidados enquanto interesses de classe burguesa industrial. Essa consolidação dependia, por outro lado, dos elementos de ordem econômica necessários à construção de um processo de industrialização e elencados por Cohn (1968), isto é, das condições históricas para que relações sociais de produção de tipo capitalistas se instituíssem nos países.

Seria errôneo pensar que a política do Estado capitalista é produto apenas das tensões entre os interesses das frações de classe dominante e que constituem o bloco no poder. As massas populares também devem ser vistas como constituintes dessa complexa relação entre as classes, a qual em alguns países resultou em alianças favoráveis a construção de um Estado desenvolvimentista e representava uma significativa ascensão dos interesses dos setores médios-urbanos constituídos ao longo do processo de desenvolvimento primário-exportador.

Nesse sentido, tanto os novos setores industriais quanto os setores populares se articularam no seio mesmo do Estado, ou pelo menos com seu concurso. Nessas condições, a industrialização foi impulsionada pelo Estado, não só porque os setores que o controlavam necessitavam criar um mecanismo de acumulação rápida de capitais, mas também porque tais setores estavam constituídos por uma aliança entre setores populares e os grupos médios, contando-se sobretudo entre estes últimos a burocracia e os germes da nova burguesia (CARDOSO & FALETTI, 2004, p. 141).

Essa aliança de classes – ou frações de classes – não necessariamente caracterizou um projeto de desenvolvimento alternativo, isto é, não-capitalista. Talvez o caso mais representativo aqui analisado e que poderia configurar uma alternativa de desenvolvimento tenha sido o do México, especialmente com Lázaro Cárdenas del Río. Entretanto, a força de determinados segmentos da burguesia mexicana e alguns setores médios acarretaram um revés nessa possibilidade, cujas bases se originaram ao longo do processo da Revolução Mexicana, eclodido em 1910. No Brasil, por outro lado, essa correlação de forças se deu mais no sentido de um pacto político que favoreceu diretamente os interesses de uma burguesia industrial mais consolidada em função da relativa fragilidade da hegemonia oligárquica existente. Oposto a isso ocorreu na Argentina, visto que lá a situação de crise favoreceu não a uma inflexão no curso do desenvolvimento, mas a uma reação conservadora a fim de sustentá-lo. Por fim, na Colômbia a debilidade da instituição de relações sociais de produção capitalistas, o relativo afastamento em relação à economia internacional e a sustentação da polarização política sem a ascensão de uma burguesia industrial com força política para impor seus interesses e influenciar a constituição do bloco no poder travancou o próprio desenvolvimento industrial do país. Ainda assim, o contexto de crise política interna inicialmente favoreceu o governo de López Pumarejo e várias medidas benéficas a uma proposta industrializante podem ser vistas, porém a reconfiguração das forças conservadoras, especialmente a partir de 1937, dificultou o avanço nessa direção.

Carnoy (1984) e Araújo & Tapia (2011) fazem uma separação a respeito dos papéis do Estado capitalista na visão poulantziana. Estes se dividem em dois, quais sejam, o papel positivo (ou ação positiva do Estado) e o papel negativo (ou ação negativa do Estado). Na

primeira forma de atuação, o Estado funciona apenas na condição de inculcar e implantar-se pela repressão e ideologia dominante por meio de seus aparelhos. Na segunda, há o processo de transformação da realidade, isto é, na criação, organização e reprodução da dominação de classe através de sua autonomia relativa. Disso decorre a assertiva aqui proposta, isto é, a de que o papel do Estado para Poulantzas é essencial na compreensão do estudo da política econômica para a análise do sentido dos processos socioeconômicos. Especificamente no caso latino-americano, a industrialização deve ser entendida como um processo em que a relação Estado e capital foi fundamental para sua configuração. Tal relação, no entanto, não foi igualmente estruturada em virtude da singularidade que o desenvolvimento capitalista assumiu em cada país e para a industrialização, expressão do aprofundamento das relações capitalistas no seio das sociedades, dependeu do grau que a luta política de classes permitiu ao longo do período vigente do modelo primário-exportador construir a própria autonomia relativa do Estado frente às classes sociais.

Tendo isso em mente, ainda resta uma importante pergunta a ser respondida: qual o significado dessa autonomia relativa do Estado para o processo de industrialização e construção do capitalismo nas economias latino-americanas? Para responder essa questão é preciso entender antes que para Poulantzas (1981) o Estado não é uma particularidade do capitalismo. Em formações sociais precedentes também é possível identificar sistemas de organização política com certo nível de centralização decisória, hierárquica e de comando, isto é, formas distintas de Estado. A real particularidade do Estado capitalista reside no fato que nele se encarna a separação típica do modo-de-produção capitalista entre trabalho intelectual e trabalho manual, entre o Político e o Econômico. E é exatamente a partir desse fato, embora não apenas dele, que a natureza de classe do Estado capitalista emerge através de sua ossatura organizacional.

Este Estado, que representa o poder da burguesia, remete às particularidades da constituição desta classe como classe dominante (...) a burguesia é a primeira classe da história que tem necessidade, para se firmar como classe dominante, de um corpo de intelectuais orgânicos (POULANTZAS, 1981, p. 69).

Assim como podemos identificar no aprofundamento da industrialização uma característica do próprio desenvolvimento histórico capitalista, esse processo na América Latina deve ser entendido também à luz das distintas autonomias relativas que os Estados apresentavam na década de 1930. A razão dessa assertiva pode ser vista sob dois aspectos: 1) sendo o capitalismo uma construção histórica complexa, entendê-lo como o mero mecanismo

das forças de mercado é insuficiente para apreendê-lo enquanto processo social; 2) à luz do primeiro aspecto, tem-se que a industrialização corresponde a um movimento histórico onde a generalização das relações capitalistas se aprofundam, visto que é onde a separação radical do trabalhador de seus meios de produção se processa de forma mais intensa e concentrada no espaço-tempo.

O primeiro aspecto tratado no parágrafo anterior demanda maiores esclarecimentos a fim de situar adequadamente o presente trabalho. Ao compreender-se o capitalismo como uma construção social complexa não se deve tomá-lo como algo dado, natural, e pelo qual a análise irá seguir. Tal perspectiva é semelhante ao novo-institucionalismo *à la* Williamson (1993) e por isso propõe-se um afastamento de tal arcabouço teórico. Como justificativa, tem-se como base Ankarloo (2002), que faz algumas críticas à relação entre a teoria dos custos de transação e a mudança histórico-institucional. Grosso modo, pode-se sintetizar a incompatibilidade da análise aqui proposta com a teoria dos custos de transação pelo fato de que apesar dela incorporar em sua abordagem maior realismo, história e dinâmica social, os fundamentos que ela parte ainda são os da teoria econômica neoclássica. O problema desse pressuposto base é que tal arcabouço teórico é essencialmente a-histórico e por isso entende a história à luz do presente, quando deveria ser exatamente o oposto (ANKARLOO, 2002, p. 28).

Procurou-se mostrar nesse trabalho como os interesses de classe e o Estado são importantes para um processo de mudança institucional tal qual a industrialização se caracteriza. Essa imbricada associação não é, como se tentou demonstrar a partir do arcabouço teórico utilizado, absoluta ou com uma direção única, porém fruto de um processo histórico de disputa entre as diferentes frações de classe dominante e classe dominada. Dito de outra forma, tem-se que um complexo processo de mudança institucional com vistas ao aprofundamento do desenvolvimento capitalista nos países depende da *relação* entre as classes sociais existentes. Esta relação, por sua vez, está intimamente associada ao processo histórico de formação dos Estados, da posição nacional na hierarquia da economia-mundo capitalista e da maneira pela qual as classes dominantes se convertem em classes burguesas capazes de controlarem e imporem seus interesses sobre o sistema produtivo nacional. Mas um ponto importante dessa dinâmica é o papel da política ao longo do processo de industrialização e como ela se materializa por meio do Estado.

Como foi dito em capítulos anteriores, para Poulantzas (1981, p. 208) o intervencionismo estatal não pode ser apreendido igualmente entre os países, pois as formações sociais se apresentam com distintos níveis de desenvolvimento. Mais do que isso, para o autor a ação estatal sobre a economia representa a expressão máxima do conteúdo político de suas funções. Situar a relação Economia e Política como algo que, por um lado, vise o preenchimento de funções econômicas não-rentáveis ao capital por parte do Estado é insuficiente para compreender ou até mesmo justificar as razões do intervencionismo estatal. Também é insuficiente – e de certa maneira simplista – assumir que o intervencionismo estatal representa apenas os interesses do capital, pois tal análise ignora décadas de lutas políticas e conquistas da classe trabalhadora e as relega como vitórias que no fundo favoreciam ao capital.

Pensando concretamente no objeto desse trabalho, poderia-se explicar a relação Economia e Política considerando as políticas econômicas fins e institucionais dos anos 1930 com vistas à industrialização dos países latino-americanos, especialmente nos países mais bem sucedidos, como uma espécie de manipulação da burguesia industrial para favorecer seus próprios interesses. Essa visão apresenta duas fraquezas, as quais comprometem a própria interpretação do sentido dessas políticas. A primeira dessas fraquezas foi esboçada nas linhas anteriores, quer dizer, corresponde a uma visão passiva por parte das classes trabalhadoras. Já a segunda fraqueza ignora a necessidade política da intervenção estatal sobre a economia e como esse engajamento do Estado se constrói sob um equilíbrio instável de compromisso político que, em última instância, tende a favorecer aos interesses da burguesia. Mas o fato é que a burguesia não pode ser vista como uma classe única, o que significa dizer que nem todas as frações de classe burguesa estão de acordo com as mesmas políticas a serem levadas à frente pelo Estado. Tudo depende da hegemonia do bloco no poder e do nível que a autonomia relativa do Estado apresenta, isto é, do nível de desenvolvimento capitalista existente. Nas palavras de Poulantzas:

Assim, mesmo quando o Estado atua em setores não rentáveis para o capital, suas intervenções se situam sempre, e de toda maneira, num contexto político, e são, também aí marcadas, em suas modalidades ou extensão, pela política do Estado (POULANTZAS, 1981, p. 209).

Mas o que se trata por política? Vincent (2004) sumariza as diversas interpretações sobre isso, focando especialmente nas diferenças entre Teoria Política e Filosofia Política e entre Teoria e Política. Para o autor, não há uma rígida distinção entre as duas primeiras, pois é possível delinear uma aproximação entre ambas dado que assim como a filosofia em si não é

uma prática constante ou única, a teoria também não o é. Dessa forma, é difícil distinguir claramente as fronteiras entre uma e outra. A relação entre Teoria e Política se dá de forma a ter uma dupla ligação entre ambas, visto que não há uma Política única a qual se teoriza a respeito. Nesse sentido, Vincent (2004) argumenta que a Política não é um ser em si cujo alcance se dá pela Teoria, mas um espaço complexo em que a distinção entre a Política e a Teoria, isto é, entre o *ser* e o *dever ser*, não é tão simples de definir.

A política pode ser vista aqui como uma relação de poder entre os seres humanos no intuito de fazer valer seus objetivos. Isso quer dizer que o objetivo da política não pode ser visto nela mesma, mas a partir de sua relação com a Economia⁸⁶, isto é, do equilíbrio instável de compromisso entre os distintos interesses das frações de classe que compõem determinada sociedade. No capitalismo, a arena onde a política se materializa é por excelência no Estado, o qual recebe a alcunha de “capitalista” por razões muito claras: em última instância, é um Estado onde a assimetria existente nas distribuições de poderes garante uma necessidade política da formação de um interesse geral sob o Estado. Tal interesse geral favorece a burguesia, mas não de forma absoluta. A política do Estado capitalista é contraditória, pois é fruto de disputas de interesse em torno da constituição de uma hegemonia específica.

As funções do Estado assumem, portanto, um conteúdo político que se deve a hegemonia do bloco no poder, a materialidade institucional e ao arcabouço material de seus aparelhos. Esse conteúdo político das funções do Estado se expressa por meio de sua autonomia relativa e da dinâmica que a luta política de classes assume, a qual não se dá apenas entre as classes dominante e dominada, mas também entre as frações de classe dominante e no seio do Estado. Sendo a industrialização um processo de mudança institucional e estrutural tanto da dinâmica produtiva interna quanto das relações sociais de produção vigentes, explicá-la apenas como um fenômeno econômico que a partir dele se configuram disputas políticas é também uma forma de inversão sujeito-predicado. Sem querer tomar essa compreensão como uma tese geral sobre o processo de industrialização capitalista, mas pensando-o à luz das experiências concretas latino-americanas da década de 1930, tem-se que a complexidade histórica de cada país impôs limites ao próprio aprofundamento da industrialização e do desenvolvimento

⁸⁶ Entende-se por Economia dentro do contexto aqui analisado o processo de produção e distribuição material da vida, algo fundamental para a construção e reprodução da sociabilidade humana. Nesse sentido, transcende-se o mero mecanismo utilitarista de mercado entre oferta e procura como mediador da relação entre o ser humano, o trabalho e a natureza, pois entende-se que tal mecanismo não diz respeito a uma ontologia humana, mas é uma construção histórica e social. Com isso, atribui-se também ao capitalismo e suas instituições o mesmo caráter de *construção humana* e não de *precipitado humano básico*.

capitalista. Isso não significa que avanços nessa direção não tenham sido levados à frente por meio de políticas econômicas que atuassem no sentido de reconfigurar a relação capital-trabalho, a questão da propriedade da terra e dos recursos naturais, do espaço que o Estado ocupava na vida econômica nacional, na legislação como um todo, no financiamento dos investimentos, entre outros. Um importante exemplo, como foi visto, é a Colômbia, país cujo próprio desenvolvimento primário-exportador se deu tardiamente e, com isso, o aprofundamento das relações capitalistas de produção também. A consequência para o caso colombiano foi que embora a década de 1930 tenha representado sob a administração de López Pumarejo um vislumbre governamental nos moldes de Vargas no Brasil, acarretando medidas progressistas na regulação a partir do Estado da relação capital-trabalho, por exemplo, a reação conservadora impediu que posteriormente a industrialização avançasse para patamares mais avançados. Por outro lado, são exatamente esses constrangimentos impostos pela política que ajudam a explicar, pelo menos em parte, o não-enraizamento desse processo na economia colombiana nos anos 1930.

Pode-se identificar diversas evidências de que a industrialização latino-americana é anterior aos anos 1930 e em alguns países inclusive apresentou níveis significativos de desenvolvimento ao longo do modelo primário-exportador. Ora, se isso é verdade, como explicar que diversas políticas econômicas implementadas pelos Estados latino-americanos e que favoreceram diretamente o aprofundamento desse processo de industrialização se deram porque tais setores não eram do interesse do capital? Caso não fossem do interesse do capital, faria sentido níveis de industrialização em países como Brasil, Argentina e México, respectivamente, em cerca de 13%, 20% e 12% do produto interno bruto⁸⁷, em um momento histórico tratado pela literatura como de baixa intervenção estatal sobre esse setor? Esses argumentos nos levam a crer que pelo menos em alguns países a indústria não era desinteressante, seja porque ela tinha uma relativa lucratividade, seja porque ela era necessária como suporte para a acumulação primário-exportadora. De qualquer forma, não parece justificável à luz dessas informações afirmar que os Estados favoreceram a industrialização por meio de políticas econômicas específicas simplesmente porque os setores industriais não eram do interesse do capital. O argumento aqui utilizado é que a crise do modelo primário-exportador, cujo epicentro se deu a partir das repercussões oriundas da crise de 1929, propiciou uma tensão no seio da hegemonia do bloco no poder, que no Brasil e no México favoreceu a configuração de políticas econômicas fins e institucionais pró-indústria,

⁸⁷ Para os dados, ver Bértola & Ocampo (2013, p. 160).

ao passo que na Colômbia e na Argentina essa dinâmica foi mais truncada. Nos dois primeiros casos, verifica-se que os interesses de uma burguesia industrial já se mostravam significativamente, como pode ser visto, no Brasil, por meio da política de intervenção cafeeira (PERISSINOTTO, 1997) e ao longo da Revolução de 1930 e da política varguista (FONSECA, 1999; 2003). Já no México, o Banco de Avío, ainda no século XIX e a dinâmica da Revolução Mexicana, especialmente a partir da década de 1920, como demonstrado no capítulo anterior, são elementos importantes que demonstram para esse país como os interesses burgueses industriais já estavam em vias de consolidação como hegemonia do bloco no poder. Para a Argentina, a reação conservadora verificada a partir do golpe contra Yrigoyen representou uma proposta de solução política voltada a sustentar o modelo de desenvolvimento vigente, pois o equilíbrio de compromisso assumido pelo Estado não demonstrou a mesma força pró-indústria do que nos casos anteriores. Por fim, na Colômbia, ainda que López Pumarejo se mostrasse com forte intenção progressista e a tenha demonstrado diversas vezes em seus discursos e propostas, sua sustentação política só se deu até o momento que as forças conservadoras se reorganizaram contra seu projeto transformador para o país. Nesse sentido, seu governo poderia ser visto mais como de tipo reformador social do que propriamente industrializante.

Pode-se identificar o nascimento do capital industrial latino-americano a partir do conceito de *complexo primário-exportador*, tendo como referência o caso típico do Brasil com o café, cuja força econômica se impôs sobre o movimento da economia nacional especialmente a partir do período compreendido como República Velha. Há uma longa tradição teórica de análise pormenorizada do complexo cafeeiro instituído no país, mas destacam-se o trabalho de Mello (2009) e Silva (1976) a respeito desse conceito. Em linhas gerais, esses autores identificam as origens da indústria no Brasil a partir da constituição do complexo primário-exportador de café centrado em São Paulo, pois foi nesse momento histórico do desenvolvimento brasileiro que uma série de atividades econômicas se integraram a partir de um núcleo produtivo específico e assumiram características tipicamente capitalistas. Assim, a acumulação cafeeira foi se tornando cada vez mais também acumulação urbana, o que pode ser visto através da estreita conexão entre o avanço da lavoura capitalista de café rumo ao oeste paulista e a expansão de serviços de transporte (especialmente as estradas de ferro e o porto de Santos), financeiros e comerciais (bancos e casas de importação e exportação). O ano de 1888 representa um marco histórico nesse processo, pois foi a partir dessa data que as relações de trabalho passaram a se dar cada vez mais por meio de assalariamento nas lavouras

de café, propiciando uma importante monetização da dinâmica interna da economia brasileira, ou em outras palavras, expandiu-se o mercado interno potencial⁸⁸. Com isso, deu-se o processo de transformação do “fazendeiro de café” em “homem de negócios”, comentado anteriormente. Curto e grosso, entre 1888 e meados dos anos 1930 constituiu-se o período em que o capital cafeeiro se tornou ao mesmo tempo capital agrário, industrial e mercantil, atrelando as consequências da política econômica não apenas sobre a produção e distribuição de café, mas fundamentalmente sobre diversas outras atividades econômicas direta e indiretamente ligadas ao café.

A transformação comentada nas linhas anteriores poderia ser colocada sob outra forma: o “fazendeiro” se converte em “capitalista”. Esse jogo de palavras tem um significado que vai além do mero preciosismo intelectual, pois é nesse processo de mudança que a interação proposta aqui nesse trabalho entre o *político* e o *econômico* se mostra de maneira mais evidente. Isso decorre dos interesses existentes sobre a política econômica entre um e outro. À medida que se capitalizam as relações de produção e se diversificam as atividades econômicas envolvidas a partir de um mesmo núcleo produtivo, multiplicam-se também os interesses por trás da política econômica a ser implementada. Mesmo o “fazendeiro de café” convertido em “capitalista” não mais era apenas “fazendeiro de café”, porém acionista em empresas de estradas de ferro, dono de casas comerciais, de atividades de beneficiamento e pequenas indústrias. Mais do que isso, o avanço desse processo de capitalização implica uma transformação do próprio Estado e da burocracia estatal, aprofundando seu desenvolvimento. Dessa forma, tomando um exemplo concreto da experiência brasileira como parâmetro de análise, as constantes políticas de valorização do café implementadas ao longo da República Velha não podem ser vistas apenas como políticas para os interesses dos cafeicultores. Havia interesses de Estado, ainda que de forma regionalizada, em sua proposição, assim como interesses não especificamente cafeicultores em seus resultados. Nesse sentido, Mello (2009, p. 104) e Perissinotto (1997) tratam precisamente desses aspectos.

⁸⁸ A crescente monetização da economia no contexto de transformação capitalista tem um sentido muito particular e que merece uma especial atenção. Para Marx ([1844] 2008, p. 157-161), o dinheiro não é uma particularidade do capitalismo, mas é nesse modo-de-produção que ele assume um aspecto inteiramente novo: a expressão concreta da alienação do homem. Esse sentido do dinheiro no capitalismo se deve à sua essência de generalidade e de concentração exteriorizada das potencialidades humanas. Dessa forma, com o desenvolvimento capitalista, processa-se a crescente monetização da economia, pois é no dinheiro que se condensa concretamente as relações sociais de produção capitalistas sob a aparente igualdade política firmada pelo contrato de trabalho. Silva (2012) realiza uma síntese contemporânea do estado das artes na teoria monetária marxista, com especial atenção para a categoria “dinheiro”.

À luz da experiência brasileira, isto é, da consolidação do complexo primário-exportador de café a partir da República Velha, seria possível uma análise comparada para os demais casos latino-americanos em análise? Responder essa questão implica avançar na interpretação a respeito do significado que a formação de um complexo primário-exportador tem com a constituição de uma hegemonia específica do bloco no poder e com o processo de industrialização desencadeado a partir da crise de 1929.

O elemento central da resposta reside nas considerações que Cardoso & Faletto (2004) tecem a respeito da ascensão dos interesses dos setores médios-urbanos nas aspirações políticas de cada país e na relação que se constituiu com os esquemas de dominação. No caso brasileiro, o que se verifica é que apesar da fragilidade representativa que esses novos interesses dos setores médios-urbanos e das massas populares tiveram em se impor politicamente, houve também uma debilidade histórica em se constituir uma unidade das classes dominantes. Não é porque havia a incipiente formação de uma burguesia industrial que ela conseguiu impor seus interesses sobre as demais frações de classe dominante no Brasil, mas é exatamente pela incapacidade dessa sobreposição que posteriormente, com a crise de 1929 e a Revolução de 1930, que politicamente pode-se constituir uma hegemonia de interesses industriais dentro do bloco no poder. É nesse sentido que a intencionalidade industrializante de Getúlio Vargas emerge concretamente.

Na Argentina, apesar de ser possível verificar o desenvolvimento relativo de um setor produtivo voltado ao mercado interno a partir da constituição de um complexo primário-exportador, o contexto histórico-político foi distinto. Comparadamente ao Brasil, a polarização dos interesses foi mais intensa, não apenas entre as frações de classe dominante, mas também a pressão das massas populares foi maior. Nesse sentido, a constituição de um sistema político que pudesse impor medidas voltadas à consolidação do mercado interno não apresentou viabilidade ao longo dos anos 1930. Isto é, a ausência de intencionalidade industrializante por parte dos presidentes José Félix Uriburu (1930-1932) e Augustín Justo (1932-1938) representa um símbolo da incapacidade da correlação de forças políticas no país ao longo desse período em traduzir uma resposta industrializante frente a crise de 1929. Outrossim, o fato da Argentina continuar mais atrelada à Grã-Bretanha do que aos EUA foi um importante fator, pois denota a sustentação do ideário liberal britânico do século XIX e como as classes sociais dominantes do país estavam mais vinculadas a esse pensamento. Por outro lado, as frações de classe burguesa-industriais – ou “elites empreendedoras” – tiveram dificuldades em constituírem a nova hegemonia dentro do bloco no poder nesse período.

O atraso no desenvolvimento capitalista colombiano se evidencia na constituição tardia de sua economia primário-exportadora. Se no Brasil tal dinâmica se intensificou sob formas cada vez mais capitalistas a partir de 1888 – ainda que não de forma generalizada em todas as regiões brasileiras –, no país vizinho, como visto pela literatura, só é possível identificar esse processo a partir de 1910. Além disso, as dificuldades em consolidar relações capitalistas de produção evidenciam a própria fraqueza com que se deu a formação de um complexo primário-exportador semelhante ao do Brasil. As consequências políticas desse desenvolvimento tardio comparadamente aos demais países em análise acarretou no fortalecimento da “oligarquia exportadora tradicional” e de sua consequente não-transformação, por exemplo, em “oligarquia exportadora capitalista”. Isso significa que mesmo sendo possível evidenciar aspectos de intencionalidade industrializante no governo de Alfonso López Pumarejo (1934-1938), esta não se assentava em uma correlação de forças políticas que sustentasse uma hegemonia de interesses industriais no seio do Estado e do bloco no poder. Esse argumento ganha força ao se observar tanto as resistências políticas ao seu projeto reformista, especialmente a partir de 1937, quanto nos desdobramentos políticos posteriores ao seu primeiro mandato.

No México, apesar do forte peso das atividades mineiras sobre a economia, o tamanho populacional e geográfico desempenharam papéis significativos no processo de desenvolvimento do país, pois propiciaram alternativas produtivas potenciais, ainda que não tenham se generalizado. De uma maneira geral, a ascensão dos interesses médios-urbanos e das massas populares foram inseridos no escopo do Estado mexicano através da via revolucionária, a qual desempenhou um importante papel frente à fraqueza da constituição de uma burguesia nacional capaz de comandar o sistema produtivo local. *Incapacidade*, no entanto, não significa *ausência* de burguesia nacional ou de setores burgueses mais consolidados, o que ganha evidência no precoce caso do Banco de Avío ainda no século XIX, cujo fim se deu algumas décadas após sua instituição. O fato é que a via revolucionária inaugurada a partir de 1910 dinamizou a economia interna a partir da pressão dos setores médios-urbanos, das massas populares e de setores da incipiente burguesia nacional no intuito de questionar as bases da dominação oligárquica tradicional. Esse questionamento, entretanto, não se traduziu em ruptura, embora politicamente esses setores passassem a ter maior representação se comparado com o período do Porfiriato. A consequência desse processo é que a partir de 1930, com a intensificação de greves, movimentos sociais e a crise internacional, a polarização política se deu através de um radicalismo dos interesses populares

evidenciados a partir do governo de Lázaro Cárdenas del Río (1934-1940). A própria natureza da estrutura política e social historicamente construída na sociedade mexicana, cujas bases estão no tipo de vinculação externa que o país assumiu, limitou as possibilidades da transformação econômica e de uma maior incorporação política dos interesses populares no seio do Estado e de seus aparelhos. No entanto, a intencionalidade nacional-popular do Cardenismo trouxe importantes consequências para o processo de industrialização do país, ainda que não tenha sido o objetivo central de seu governo. A interpretação que se faz é que no contexto de uma economia fortemente dependente de capitais externos, da relativa maior incapacidade da burguesia nacional controlar o sistema produtivo local e do tipo de vinculação externa historicamente construída, a dinâmica do desenvolvimento industrial recaí mais ainda sobre o Estado. Sendo assim, frente às adversidades oriundas da crise de 1929 e do aumento da polarização política do país, as políticas propostas e de fato implementadas no México ao longo desse período evidenciam uma hegemonia do bloco no poder que favoreceu medidas de consolidação do mercado interno via industrialização. Além disso, dada a precedente centralização política no Estado, este assumiu cada vez mais o papel de indutor do desenvolvimento, caracterizando assim o sentido do intervencionismo estatal mexicano, como, por exemplo, nos casos de nacionalização do petróleo e da criação de instituições financeiras específicas.

5. CONCLUSÕES

O exercício interpretativo proposto nesse trabalho procura lidar com o desenvolvimento histórico das economias latino-americanas, tendo especial atenção para a diferenciação das estruturas produtivas dos países. Nesse sentido, o foco se deu em uma análise comparada dos distintos processos de industrialização em quatro países da região, analisando como as respostas nacionais frente a uma situação de crise econômica são fortemente dependentes de uma interação complexa entre aspectos políticos, econômicos e ideológicos, além, é claro, de condições histórico-estruturais previamente consolidadas. Dessa forma, a análise realizada procurou apresentar a estreita relação entre Estado e industrialização como central na inter-relação entre a Política e a Economia no bojo de construção do capitalismo em quatro países latino-americanos, quais sejam, Brasil, Argentina, Colômbia e México, ao longo dos anos 1930.

É preciso, no entanto, fazer uma advertência metodológica sobre as pretensões desse trabalho e o significado que aqui se toma desse duplo movimento que se entende como um estudo de Economia Política: não se apreende nem a Política nem a Economia como esferas separadas ou autônomas, porém expressões de um mesmo processo. Isso significa que o exame histórico-teórico realizado não se deu como um estudo da economia por trás da política ou vice-versa, muito menos procura identificar, ainda que indiretamente, algum tipo de supremacia de um pelo outro. O real sentido da apropriação do termo Economia Política aqui se dá no intuito de compreender que toda decisão econômica é também uma decisão política, assim como a política se assenta sobre condições materiais concretas e não em si mesma. Com isso, afirma-se que as distintas dinâmicas que o processo de industrialização assumiu em cada um dos países analisados devem ser apreendidas a partir da “análise integrada do desenvolvimento”, a qual parece uma proposta razoável para o estudo comparado da industrialização latino-americana.

A partir da análise realizada, tanto do ponto de vista do capitalismo originário quanto do tardio, dois grupos de aspectos emergem como fundamentais para a consolidação de um processo de industrialização. O primeiro deles diz respeito aos aspectos econômicos, que podem ser sumarizados em quatro: 1) potencialidades industriais “naturais”, isto é um conjunto de atividades econômicas existentes e que propiciem uma articulação com práticas industriais em gestação; 2) a existência de um excedente monetário de tipo capitalista; 3) uma

classe que se aproprie desse excedente e cuja mentalidade e comportamento sejam burgueses; e 4) uma classe trabalhadora livre e apta ao assalariamento, permitindo assim a existência de um mercado interno. O segundo grupo corresponde aos aspectos políticos, sumarizados também em quatro: 1) “elites empreendedoras” ou frações de classe burguesa de natureza industrial; 2) hegemonia do bloco no poder favorável à construção de um projeto de industrialização; 3) a autonomia relativa do Estado, capaz de construir e organizar o interesse de longo prazo das classes dominantes; e 4) a intencionalidade industrializante do poder executivo fundamentada por uma correlação de forças políticas que a sustente. A interação de ambos os grupos de aspectos identificados evidencia, pelo menos em parte, essa inter-relação entre o *político* e o *econômico* no estudo da industrialização latino-americana, pois compreende tanto o componente histórico-estrutural de formação das economias nacionais, quanto a dinâmica da vinculação externa que cada uma teve desde a independência. Sendo assim, as respostas para a crise de 1929 se inserem exatamente nesse contexto complexo de aspectos políticos e econômicos, captadas aqui através do estudo das políticas econômicas fins e institucionais definidas como fundamentais para o processo de industrialização. Esta definição de instituições não se deu arbitrariamente, mas com base na experiência histórica do caso típico brasileiro.

Associando essas instituições com o arcabouço teórico poulantziano, tem-se que é necessária uma correlação de forças políticas específicas a fim de que a construção da mudança histórico-institucional se processe e vá ao encontro dos interesses de frações de classe burguesa-industrial. Nesse sentido, a teoria poulantziana se mostra como um instrumento interpretativo para as experiências de industrialização, porém não as experiências casos de validação teórica. Explicando de outra maneira, isso quer dizer que a construção de políticas deliberadamente voltadas à industrialização não pode ser vista como uma decisão em si, como se fosse naturalmente a solução ideal para o “bem-estar geral”. A própria concepção de “bem-estar geral” ou de “política nacional” tem que ser entendida como algo historicamente construído e que expressa um conteúdo político por quem a defende. A valoração desse conteúdo, no entanto, não é objetivo *direto* desse trabalho.

Dessa forma, nos distintos processos de industrialização em sociedades dependentes tais como as latino-americanas na década de 1930, não bastaria apenas a tomada do poder formal por frações de classe burguesa com interesses industriais ou reformadores sociais que favorecessem a própria consolidação do capitalismo, se o poder real ainda pendesse para os tradicionais grupos dominantes que viam na sustentação do modelo primário-exportador a

forma pela qual o desenvolvimento nacional deveria seguir. O caso colombiano se destaca exatamente em função disso. A crise de 1929, a qual colocou em xeque o modelo primário-exportador, cujos sinais de arrefecimento já apareciam desde meados da década anterior, abriu uma janela de oportunidade para uma inflexão histórica no desenvolvimento econômico dos países em questão. Ademais, é preciso considerar tanto o momento histórico do capitalismo na análise, pois a própria forma que essa industrialização poderia ter tido em função do padrão tecnológico vigente, das condições de financiamento e do nível de politicização existente entre as classes trabalhadoras, quanto o processo de construção dos Estados Nacionais e de suas respectivas autonomias relativas. Sendo assim, os distintos arranjos político-institucionais apresentam relevância justificada para os distintos processos de industrialização.

REFERÊNCIAS

- ABEL, Christopher. Colombia, 1930-58. In: BETHELL, Leslie. (Org.). *The Cambridge history of Latin America*. Cambridge University Press, vol. VIII, 1999.
- ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. Economic backwardness in political perspective. *American Political Science Review*, vol. 100, n. 1, 2006.
- ALESINA, Alberto. Macroeconomics and politics. In: FISCHER, Stanley. *NBER Macroeconomics annual*, vol. 3. The MIT Press, 1988.
- ALLEN, Robert. Why the industrial revolution was british: commerce, induced invention, and the scientific revolution. *European History Review*, vol. 64, n. 2, p. 357-384, 2011.
- ALTHUSSER, Louis. Idéologie et appareils idéologiques d'État. *La Pensée*, n. 151, 1970.
- ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Ed. Verso, 2ª edição, 1991.
- ANKARLOO, Daniel. New institutional economics and economic history. *Capital & Class*, n. 78, 2002.
- ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; TAPIA, Jorge Ruben Bitón. Estado, classes e estratégias: notas sobre um debate. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, vol. 1, n. 1, 2011.
- ARRIGHI, Giovanni. *The long twentieth century: money, power and the origins of our times*. Ed. Verso, 2010.
- BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. *A revolução mexicana*. Ed. Unesp, 2010.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e mercado nos setores de base. *Revista Economia*, vol. 7, n. 4, p. 239-275, 2006.
- _____. Ortodoxia e heterodoxia antes e durante a Era Vargas: contribuições para uma economia política da gestão macroeconômica nos anos 1930. *Revista Economia*, vol. 9, n. 4, p. 183-214, 2008.
- BEIGEL, Fernanda. Dependency analysis: the creation of new social theory in Latin America. In: PATEL, Sujata. (Org). *The ISA handbook of diverse sociological traditions*. SAGE Studies in International Sociology, 2010.
- BÉRTOLA, Luis; OCAMPO, José Antonio. *El desarrollo económico de América Latina desde la independencia*. México D.F., Fondo de Cultura Económica, 2013.
- BILBAO, Francisco. Iniciativa de la América. Discurso proferido em Paris, 1856. Disponível em: <http://www.bicentenarios.es/doc/8560622.htm>, acessado em set/2013.

BLANCHARD, Jean Olivier; FISCHER, Stanley. *Lectures on macroeconomics*. The MIT Press, 1993.

BULMER-THOMAS, Victor. The Latin American economies, 1929-1939. In: BETHELL, Leslie. (Org.). *The Cambridge history of Latin America*. Cambridge University Press, vol. VI, parte I, 1994.

BUSHNELL, David. *The making of modern Colombia: a nation in spite of itself*. University of California Press, 1993.

CAICEDO, José Maria Torres. Las dos Américas. Disponível em <http://www.filosofia.org/hem/185/18570215.htm>, acessado em set/2013.

CARDOSO, Fernando Henrique. The entrepreneurial elites of Latin America. *Studies in Comparative Development*, vol. 2, n. 10, 1966.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Ed. Civilização Brasileira, 8ª edição, 2004.

CARNOY, Martin. *The State and political theory*. Princeton University Press, 1984.

CARVALHO, Fernando Cardim de. Economic policies for monetary economies: Keynes's economic policy proposals for an unemployment-free economy. *Revista de Economia Política*, vol. 17, n. 4, 1997.

CHERESKY, Isidoro. Sindicatos y fuerzas políticas en la Argentina preperonista (1930-1943). *Boletín de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, n. 31, p. 05-42, 1981.

CLARKE, Simon. (Org.). *The state debate*. London, Macmillan, 1991.

CODATO, Adriano. Poulantzas, o Estado e a revolução. *Crítica Marxista*, n. 27, p. 65-85, 2008.

_____. *Elites e instituições no Brasil: uma análise contextual do Estado Novo*. Tese (Doutorado) – Ciência Política, IFCH/Unicamp, 2008.

COHN, Gabriel. Problemas da industrialização no século XX. In: MOTA, Carlos Guilherme et alii. (Org.). *Brasil em perspectiva*. Ed. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1968.

CONCEIÇÃO, Octavio Augusto Camargo. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. *Revista de Economia Contemporânea*, vol. 6, n. 2, p. 119-146, 2002.

CÓRDOVA, Arnaldo. *La formación del poder político en México*. Ediciones Era, México, D.F., 2000. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/48664142/Cordova-Arnaldo-La-Formacion-Del-Poder-Politico-En-Mexico>, acessado em jan/2014.

CORSI, Francisco Luiz. Política econômica e política externa: uma análise comparativa do Brasil e da Argentina (1930-1945). *Textos para Discussão*, PPGE/UFRGS, 2012.

DEAS, Malcom. Colombia, Ecuador and Venezuela, c. 1880-1930. In: BETHELL, Leslie (Org.). *The Cambridge History of Latin America*, vol. V, 1998.

DÍAZ-ALEJANDRO, Carlos. *Essays on the economic history of the Argentine Republic*. Yale University Press, 1970.

_____. A América Latina em depressão: 1929/39. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 10, n. 2, 1980.

DOS SANTOS, Theotonio. A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico. *Textos para Discussão*, n. 22, GREMIMT/UFF, Niterói, 1997.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. Ed. Paz e Terra, 1985.

ECHEVARRÍA, Juan José; VILLAMIZAR, Mauricio. El proceso colombiano de desindustrialización. *Borradores de Economía*, n. 361, Banco de La Republica, 2006.

ESPAÑA, Irina Rosa; SÁNCHEZ, Fábio. Industrialización regional, café y capital humano en la primera mitad del siglo XX en Colombia. *Documentos CEDE*, n. 36, Universidad de Los Andes, 2010.

EVANS, Peter; RAUCH, James E. Bureaucracy and growth: a cross-national analysis of the effects of “weberian” State structures on economic growth. *American Sociological Review*, vol. 64, n. 5, p. 748-765, 1999.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. Ed. Globo, 3ª edição, 2001.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina: um ensaio de história ecomparada (1850-2002)*. Ed. 34, São Paulo, 2004.

FERES JÚNIOR, João. *A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos*. EDUSC, Bauru, 2005.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Ed. Globo, 5ª edição, 2011.

FERRARI, Andrés Haines. *O Peronismo: um fenômeno argentino. Uma interpretação da política econômica 1946-1955*. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Departamento de Economia e Relações Internacionais, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1999.

_____. Sobre a intencionalidade da política industrializante no Brasil na década de 1930. *Revista de Economia Política*, vol. 23, n. 1, jan-mar/2003.

_____. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 15, n. 2 (26), p. 225-256, 2004.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sergio. O Estado e suas razões: o II PND. *Revista de Economia Política*, vol. 28, n. 1, jan-mar/2007.

FOSTER, Lynn V. *A brief history of Central America*. Facts on File Publisher, 2ª edição, 2007.

FRANK, Andre Gunder. *World accumulation, 1492-1789*. Algora Publishing, New York, 1978.

FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*, Ed. Abril Cultural, 1983.

_____. *A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 4ª edição, 2007.

_____. *Formação econômica do Brasil*. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2007.

GALEANO, Eduardo. *Las venas abiertas de América Latina*. Siglo Veintiuno Editores, 76ª edição, 2004.

GERSHENKRON, Alexander. *Economic backwardness in historical perspective: a book of essays*. Harvard University Press, 1962.

GREW, Raymond. The case for comparing history. *American Historical Review*, v. 85, n.4, pp. 763-778, 1980.

HELLIE, Richard. *Slavery in Russia: 1450-1725*. University of Chicago Press, 1984.

HODGSON, Geoffrey. The approach of institutional economics. *Journal of Economic Literature*, vol. 36, p. 166-192, 1998.

_____. What are institutions? *Journal of Economic Issues*, vol. 60, n. 1, 2006.

HOBBSBAWM, Eric. *Nations and nationalism since 1780: programme, myth, reality*. Cambridge University Press, 2ª edição. 2000.

_____. *A era do capital 1848-1875*. Ed. Paz e Terra, 13ª edição, São Paulo, 2007.

_____. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Ed. Paz e Terra, 23ª edição, São Paulo, 2008.

HURBON, Laënnec. *Comprendre Haïti. Essai sur l'État, la nation, la culture*. Ed. Karthala, Paris, 1987. Disponível em http://classiques.uqac.ca/contemporains/hurbon_laennec/comprendre_haiti/comprendre_haiti.pdf, acessado em set/2013.

IANONI, Marcus. Autonomy of the state and development in the democratic capitalism. *Revista de Economia Política*, vol. 33, n. 4, p. 577-598, 2013.

KALECKI, Michal. Political aspects of full employment. *Political Quarterly*, vol. 14, n. 4, 1943.

KEYNES, John Maynard. *The general theory of employment, interest and money*. Project Gutenberg, 2003. Disponível em <http://gutenberg.net.au/ebooks03/0300071h/printall.html> , acessado em set/2012.

KINDLEBERGER, Charles. *The world in depression, 1929-1939*. University of California Press, Berkeley and Los Angeles, 1975.

KNIGHT, Alan. Mexico, c. 1930-46. In: BETHELL, Leslie. (Org.). *The Cambridge history of Latin America*. Cambridge University Press, vol. VII, 1996.

LENZ, Maria Heloísa. *Crescimento Econômico e Crise na Argentina de 1870 a 1930: a Belle Époque*. Ed. UFRGS, 2004.

LEÓN PALACIOS, Paulo César. La industrialización colombiana: una visión heterodoxa. *Revista Innovar*, vol. 12, n. 20, Universidad Nacional de Colombia, 2002.

LEWIS, Colin. Industry in Latin America before 1930. In: BETHELL, Leslie. (Org.). *The Cambridge history of Latin America*. Cambridge University Press, vol. IV, 1986.

_____. *Argentina: a short history*. Oneworld Publications, 2002.

_____. States and markets in Latin America: the political economy of economic interventionism. *Working Paper n° 09/05*, London School of Economics, Department of Economic History, 2005.

LOVE, Joseph. Economic ideas and ideologies in Latin America since 1930. In: BETHELL, Leslie. (Org.). *The Cambridge history of Latin America*. Cambridge University Press, vol. VI, parte I, 1994.

MADDISON, Angus. *Contours of the world economy, 1-2030 AD: essays in macro-economic history*. Oxford University Press, 2007.

_____. *Historical statistics of the world economy: 1-2008 AD*, 2010. Disponível em <http://www.ggd.net/maddison/maddison-project/home.htm> . Acessado em maio/2013.

MARIUTTI, Eduardo Barros. *Colonialismo, imperialismo e o desenvolvimento econômico europeu*. Tese (Doutorado) – Ciências Econômicas, IE/Unicamp, Campinas, 2003.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política – livros I e III*. Coleção “Os Economistas”, ed. Nova Cultural, São Paulo, 1996 e 1986.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Ed. Boitempo, 2008.

_____. *Sobre a questão judaica*. Ed. Boitempo, 2010a.

_____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Ed. Boitempo, 2010b.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858*. Ed. Boitempo, 2011a.

_____. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Ed. Boitempo, 2011b.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo, Ed. Unesp, 11ª edição, 2009.

MÉXICO. *Informes presidenciales – Lázaro Cárdenas del Río*. Cámara de Diputados, Centro de Documentación, Información y Análisis, 2006. Disponível em: <http://www.diputados.gob.mx/cedia/sia/re/RE-ISS-09-06-08.pdf> , acessado em jan/2014.

MEYER, Jean. Mexico: revolution and reconstruction in the 1920s. In: BETHELL, Leslie. (Org.). *The Cambridge history of Latin America*. Cambridge University Press, vol. V, 1998.

MORA, Óliver Marcel Toscano. *Os governos de Alfonso López Pumarejo: estado e reformas econômicas e sociais na Colômbia*. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Departamento de Economia e Relações Internacionais, UFRGS, Porto Alegre, 2012.

MORENO-BRID, Juan Carlos; ROS, Jaime. *Development and growth in the Mexican economy: a historical perspective*. Oxford University Press, 2009.

NORTH, Douglass. Institutions. *The Journal of Economic Perspectives*, vol. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.

_____. Economic performance through time. *The American Economic Review*, vol. 84, n. 3, p. 359-368, 1994.

NORTH, Douglass; WEINGAST, Barry. Constitutions and commitment: the evolution of institutions governing public choice in seventeenth-century England. *Journal of Economic History*, vol. 49, n. 4, p. 803-832, 1989.

O'BRIEN, Patrick K. Fiscal exceptionalism: Great Britain and its European rivals, from civil war to triumph at Trafalgar and Waterloo. *Working Paper n° 65/01*, London School of Economics, Department of Economic History, 2001.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. Ed. Unesp, 2003.

PALACIOS, Marco. *Coffee in Colombia, 1850-1970*. Cambridge University Press, 2002.

PEÑA, Milcíades. *Masas, caudillos y elites*. La dependencia argentina de Yrigoyen a Perón. Ediciones Fichas, Buenos Aires, 1973.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. *Estado e capital cafeeiro: burocracia e interesses de classe na condução da política econômica (1889-1930)*. Tese (Doutorado) – Ciências Sociais, IFCH/Unicamp, Campinas, 1997.

POTASH, Robert. *Mexican government and industrial development in the early republic: the Banco de Avío*. University of Massachusetts-Amherst Press, 1983.

POULANTZAS, Nicos. *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Ed. Seuil, Paris, 1974.

_____. *O Estado, o poder, o socialismo*. Ed. Graal, 1981.

_____. Preliminaries to the study of hegemony in the State. In: MARTIN, James. (Org.). *The Poulantzas Reader: Marxism, law and the State*. Ed. Verso, 2008.

PREBISCH, Raúl. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. *Desarrollo Económico*, vol. 26, n. 103, 1986.

RESTREPO, Nicolás. La iglesia Católica y el Estado colombiano, construcción conjunta de una nacionalidad en el sur del país. *Tabula Rasa*, n. 5, p. 151-165, 2006.

ROBINSON, James; ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon. Institutions as the fundamental cause of long-run growth. In: AGHION, Phillipe; DURLAUF, Steven. (Orgs). *Handbook of Economic Growth*, vol. 1A, Elsevier/North-Holland, p. 385-472, 2005.

ROTONDI, Claudia. Between liberalism, “liberism”, and social State: the reception of the social market economy model in Italy. *XVIIIe Colloque Charles Gide – Les institutions dans la pensée économique*, Université Paris-Dauphine, 2010. Disponível em <http://colloquegide2010.univ-paris1.fr/IMG/pdf/Rotondi.pdf> , acessado em jan/2014.

RÜPKE, Jörg. (Ed.). *A companion to Roman religion*. Blackwell Publishing, 2007.

SAES, Décio. A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas. *Crítica Marxista*, n. 7, parte 3, 1998.

SALOMÃO, Ivan Colangelo. *O desenvolvimento em construção: um estudo sobre a pré-história do pensamento desenvolvimentista brasileiro*. Tese (Doutorado) – Curso de Economia, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Porto Alegre, 2013.

SÁNCHEZ-ALONSO, Blanca. Labor and immigration. In: BULMER-THOMAS, Victor; COATSWORTH, John; CORTÉS, Roberto Conde. *The Cambridge economic history of Latin America*, vol. 2, Cambridge University Press, 2008.

SEN. Amartya. Well-being, agency and freedom: the Dewey Lectures (1984). *The Journal of Philosophy*, vol. 82, n. 4, 1985.

_____. *Development as freedom*. Alfred A. Knopf INC., New York, 2000.

_____. *Sobre ética e economia*. Ed. Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Giliad de Souza. Teoria monetária marxista: uma análise do estado das artes. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Departamento de Economia e Relações Internacionais, UFRGS, Porto Alegre, 2012.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. Ed. Alfa-Omega, São Paulo, 1976.

TAKAHASHI, Kohachiro. La place de la révolution de Meiji dans l’histoire agraire du Japon. *Revue Historique*, tomo 210, fascículo 2, p. 229-270, 1953.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira*. Ed. Zahar, 2ª edição, 1973.

_____. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Ed. Unicamp, 3ª edição, Campinas, 1998.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. Ed. Martins Fontes, 4ª edição, 2010.

VILLANUEVA, Javier. El origen de la industrialización argentina. *Desarrollo Económico*, v. 12, n.47, oct/dez, 1972.

VINCENT, Andrew. *The nature of political theory*. Oxford University Press, 2004.

WILLIAMSON, Oliver. Transaction cost economics and organization theory. *Industrial and Corporate Change*, vol. 2, n. 2, 1993.

WOOD, Ellen Meiksins. *The origin of capitalism: a longer view*. Ed. Verso, 2002.

ZYSMAN, John. How institutions create historically rooted trajectories of growth. *Industrial and Corporate Change*, vol. 3, n. 1, 1994.